

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE LETRAS
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

EMPREGO DO INDICATIVO E DO SUBJUNTIVO
EM REDAÇÕES DO ENSINO MÉDIO.

Rosângela Abrahão de Castro

Rio de Janeiro
2005

Rosângela Abrahão de Castro

**EMPREGO DO INDICATIVO E DO SUBJUNTIVO
EM REDAÇÕES DO ENSINO MÉDIO.**

Dissertação apresentada à Pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob a orientação do Professor Doutor Helênio Fonseca de Oliveira.

Rio de Janeiro
2005

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/PROTEC

C355 Castro, Rosangela Abrahão de.
Emprego do indicativo e do subjuntivo em redações do ensino
médio / Rosangela Abrahão de Castro. – 2005.
134 f.

Orientador : Helênio Fonseca de Oliveira
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Letras

1. Língua portuguesa – Verbos – Teses. 2. Língua portuguesa –
Modo – Teses. 3. Redação – Teses. I. Oliveira, Helênio Fonseca de.
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III.
Título.

CDU 806.90-541.45

**EMPREGO DO INDICATIVO E DO SUBJUNTIVO
EM REDAÇÕES DO ENSINO MÉDIO.**

por

Rosangela Abrahão de Castro

BANCA
EXAMINADORA:

Prof. Dr. Helênio Fonseca de Oliveira (orientador)

Prof. Dr. Claudio Cezar Henriques (UERJ)

Prof^a. Dr^a. Rosane Santos Mauro Monnerat (UFF)

SUPLENTES:

Prof. Dr. André Crim Valente (UERJ)

Prof^a. Dr^a. Maria Luiza de Castro Silva (UNIPLI)

Rio de Janeiro
2005

Ai Se Sesse

Zé da Luz

*Se um dia nós se gosta-se
Se um dia nós se quere-se
Se nós dois se empara-se
Se jutim nós dois vive-se
Se jutim nós dois mora-se
Se jutim nós dois drumi-se
Se jutim nós dois morre-se
Se pro céu nós assubi-se
Mas porém se acontece-se de São Pedro não abri-se
A porta do céu e fosse te dizer qualquer tolice
E se eu me arrimina-se
E tu com eu insinti-se
Prá que eu me arresouve-se
E a minha faca puxa-se
E o bucho do céu fura-se
Távez que nós dois fica-se
Távez que nós dois cai-se
E o céu furado arria-se
E as virgem todas fugir-se*

Agradecimentos

Pelos caminhos de uma dissertação encontram-se sempre doses de aspereza e solidão, que certamente são amenizadas pela colaboração, muitas vezes carinhosa, de que direta ou indiretamente, ajudam a percorrer esta trilha. Assim, agradeço:

Ao meu orientador, amigo e eterno professor, Helênio Fonseca de Oliveira, que mais do que orientar, esclareceu minhas constantes dúvidas e, com seu raciocínio preciso e técnico aliado à extrema sensibilidade, conduziu-me por vias menos desconfortáveis.

Aos amigos e companheiros do Colégio Pedro II, Sônia Homena, Solveig Fava, Jesen, Ana Luísa, que, com especial generosidade, possibilitaram a coleta de redações de seus alunos do Ensino Médio para a formação do *corpus* deste trabalho. E ainda a Inês Miguez Nascimento, cuja contribuição foi decisiva para o término da dissertação.

Ao Chefe do Departamento de Língua Portuguesa, do Colégio Pedro II, Manoel de Carvalho Almeida, cuja afetuosa ajuda foi imprescindível para a obtenção desta titulação.

Às grandes amigas Eliane e Maria Luísa, que, mesmo a distância, não me deixaram entibiar.

A Dona Helena e a “Seu” Rubinho, por, existindo, tornarem sempre tudo mais fácil.

A Raquel Guimarães R. Costa (*in memoriam*), cujo encorajamento afetuoso foi decisivo no início do curso.

Sinopse

Valores semânticos e sintáticos dos modos Indicativo e Subjuntivo em frases do português escrito. Valores discursivos dos modos verbais em orações complexas. O emprego do Subjuntivo em orações independentes. O emprego dos modos verbais na oração coordenada explicativa. Os modos verbais e a concordância dos tempos nas orações adverbiais concessiva e condicional. A seleção do Indicativo e do Subjuntivo e a concordância dos tempos nas orações completivas e nas relativas. A seleção do modo verbal com a negação.

Sumário

- 1 Introdução.
 - 1.1 A língua padrão no texto escolar.
 - 1.2 Erro e adequação.
 - 2 Considerações iniciais acerca do emprego do Indicativo e do Subjuntivo.
 - 2.1 Valores sintático-semânticos dos modos Indicativo e Subjuntivo.
 - 3 Análise do *corpus*: regras para o uso dos modos verbais e, no Subjuntivo, para o emprego dos tempos.
 - 3.1 A oração iniciada com o modalizador talvez.
 - 3.1.1 A determinação em relação ao SV e em relação ao enunciado.
 - 3.2 A oração introduzida por porque e sinônimos.
 - 3.3 A oração iniciada por embora e sinônimos.
 - 3.3.1 As conjunções contrastivas embora e mas no modo argumentativo de organização do discurso.
 - 3.3.2 Graus de hipótese das orações concessivas.
 - 3.4 As construções potenciais introduzidas por se e quando.
 - 3.4.1 A visão factual e a visão hipotética nas condicionais.
 - 3.4.2 A condicional generalizante.
 - 3.5 O esquema modo-temporal nas orações completivas.
 - 3.5.1 As completivas sem nominalizador e as introduzidas por se.
 - 3.5.2 A completiva introduzida por que e o valor dos termos subordinantes para o modo da subordinada.
 - 3.6 O emprego dos modos nas orações relativas.
 - 4 Conclusão.
 - 5 Referências bibliográficas.
- Anexo I – *Corpus* analisado.
- Anexo II – Proposta de exercícios.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se volta para o emprego dos modos verbais e, ainda, para o jogo dos tempos no interior do Subjuntivo em redações dissertativas, um dos principais objetos do ensino de língua materna no Ensino Médio. É intenção, igualmente, alcançar professores, não apenas das séries desta etapa, como também os das séries finais do ensino Fundamental, como contribuição para a abordagem do assunto tanto do ponto de vista gramatical como do discursivo.

De maneira geral, o estudo dos tempos e modos verbais tem ficado restrito ao aspecto morfológico — flexão verbal com ênfase nas desinências modotemporais e número-pessoais e nas alterações do radical. O valor e o emprego dos tempos e modos são observados no âmbito dos usos expressivos da linguagem nas seções reservadas à compreensão de texto. Na minha prática como professora de Português, ao longo dos anos, notava que a idéia que se tinha a respeito dessa parte da expressão lingüística era como que percebida intuitivamente pelos falantes da língua, e o emprego inadequado de tempos e modos era creditado à “falta de atenção” dos alunos, tão comumente alegado pelos professores.

Nos últimos anos, entretanto, o foco do ensino de língua materna se deslocou da esfera estritamente gramatical para os aspectos discursivos da linguagem com destaque nos gêneros textuais, fundamentado na Análise do Discurso, que privilegia a lingüística do texto. À teoria gramatical de cunho descritivo e normativo se sobrepôs um estudo que busca uma gramática do texto, envolvendo tanto a modalidade escrita quanto a falada, o que não significa que necessariamente se deixou de lado o conhecimento das regras gramaticais da língua padrão, mas

compreende-se que a língua materna deve ser estudada tendo-se em vista o seu caráter de intersubjetividade numa perspectiva sociocultural. Assim, o aluno deve ser estimulado a perceber na língua “uma forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade” (Koch, 2002).

Por este ângulo, os modos verbais, dentre outros itens gramaticais, estabelecem-se como marcas lingüísticas de modalização da atitude do falante perante seus enunciados. Como uma das metas principais do ensino de Língua Portuguesa no nível médio é a produção e a compreensão de textos especialmente os argumentativos, não se pode entender, então, que esse estudo se limite apenas à morfossintaxe. Esses aspectos lingüísticos da argumentatividade da linguagem, que, considero, devem estar presentes sistematicamente no Ensino Fundamental, justificam-se com mais regularidade nas séries do Ensino Médio.

Ainda que os PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs) tenham estabelecido que a unidade de análise lingüística não é mais a frase, privilegiando a lingüística do texto, não podemos esquecer que o texto é feito de frases, estas de sintagmas, que por sua vez são constituídos de palavras, as quais se constituem de morfemas e que o estudo do texto inclui o dessas unidades de que ele é feito. E ainda que o enunciado, frase atualizada no discurso, “é a unidade de comunicação integrada num acontecimento comunicativo concreto realizado por um falante ou escrevente” (Vilela e Koch, 2001).

Dessa forma, uma gramática descritiva da língua deve servir de caminho, nas atividades de sala de aula, para que o aluno desenvolva a competência na leitura e produção de textos, entendendo-se texto, em sentido amplo, como “ocorrência

lingüística falada ou escrita, dotada de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal” (Val, 1999:3).

O que tenho notado, repito, ao longo do tempo em que me dediquei ao ensino de Língua Portuguesa nos níveis Fundamental e Médio é que dos conteúdos programáticos a parte da descrição morfossintática e normatização dos fatos lingüísticos toma sempre maior espaço, evidenciando um ensino que privilegia o conhecimento metalingüístico sobre o lingüístico. No entanto, sabe-se que conhecer bem a classificação dos termos da oração ou mesmo a conjugação de verbos defectivos em português não garante ao falante que produza textos com aquele conjunto de características que lhe permitam ser considerados como tal, quais sejam, a coesão e a coerência. Com efeito, esses conhecimentos são condição necessária, mas não suficiente, para um bom desempenho lingüístico.

O presente trabalho, no entanto, não se dedica à investigação minuciosa dos usos dos tempos e modos das formas finitas em frases do português, o que certamente seria um estudo fascinante, mas parte de construções inaceitáveis, ou mesmo passíveis de modificações, encontrados nas construções de frases da língua padrão em redações do final do Ensino Médio. Dessa forma, para o recorte do emprego dos modos e tempos verbais que devem ser observados mais de perto no âmbito das séries assinaladas, foram analisadas cerca de 300 redações: 150 do concurso vestibular da UERJ, de 2003, cerca de 140 redações dos alunos do Ensino Médio de dois colégios da rede pública de ensino do Rio de Janeiro, um federal — Colégio Pedro II — e um estadual — Colégio Estadual Prof. Ernesto Faria — e algumas redações de alunos dos cursos iniciais da graduação em Letras da UERJ, do ano de 2003, que me foram oferecidas por meu orientador.

Ao final da investigação, verificou-se que o uso do Indicativo e do Subjuntivo por parte desses alunos nem sempre condiz com o que é aceitável nas construções formais. Um exemplo claro disso é a ocorrência em algumas redações de frases em que não se observou a concordância modo-temporal, ou *consecutio temporum*, o que fere a coerência do enunciado em texto não-literário.

Há que se salientar que não houve, na escolha desse material, qualquer intenção além da compilação de frases criadas por estudantes, para efeito de observar as dificuldades no uso dos modos e tempos verbais. Igualmente importante é asseverar que os textos analisados foram os que mais facilmente me vieram às mãos. A utilização desses trechos em nenhum momento tem como objetivo indicar uma possível ineficiência do ensino de Português, já que não é esta a finalidade do trabalho, mas mostrar a necessidade de se olhar para um aspecto dos estudos gramaticais que talvez seja levado em conta apenas de um único ângulo, o formal. Assim, os usos inadequados dos modos e tempos verbais, numa perspectiva discursiva, indicam o caminho para nos determos em alguns empregos dos modos, especialmente o Subjuntivo, em textos da modalidade escrita.

Além dos atuais estudos lingüísticos sobre os modos verbais, de base estruturalista e gerativista e ainda os mais recentes numa abordagem enunciativa, muitos estudiosos tradicionais da língua portuguesa se detiveram na questão do emprego dos tempos e modos verbais. Dentre os mais antigos há que se destacar o de Epifânio da Silva Dias, que em sua *Sintaxe Histórica Portuguesa* apresenta um rigoroso estudo do comportamento sintático e semântico dos verbos em português, descrevendo o emprego dos modos de forma sistemática; no Brasil, M. Said Ali, na *Gramática Histórica*, de 1922, e Cláudio Brandão, *Sintaxe clássica portuguesa*, de 1963, entre outros de tal importância. O que não se pode esquecer é que em todos

esses estudos, a perspectiva clara é a da gramática normativa, com a descrição de uma modalidade da língua: a escrita, padrão, sobretudo com exemplos extraídos do que se consideravam os bons autores da língua, num arco de tempo bastante expandido, indo, por vezes, os autores buscar formas de expressão da Idade Média. Tais trabalhos continuam a iluminar os atuais, sem escapar esta dissertação, de análise da língua portuguesa.

Dessa forma, não se partirá de um *corpus* produzido por usuários maduros da língua; o nosso se caracteriza por ser baseado em textos escritos contemporâneos, produzidos por uma população escolarizada numa fase avançada próxima à maturidade lingüística, e é nele que vamos buscar os usos incorretos dos tempos e modos verbais para nosso estudo. Não serão os escritores quem nos dirão como se deve escrever, mas os alunos das classes atuais que explicitarão o que carecem aprender.

1.1 A LÍNGUA PADRÃO NO TEXTO ESCOLAR.

Para a atividade de ensino de língua materna, no que se refere à descrição dos fatos gramaticais, não se deve prescindir das regras de funcionamento das estruturas lingüísticas. Mesmo que já se esteja distanciando o tempo em que a tradição escolar elegeu as obras literárias como o paradigma de textualidade, nos dias atuais o estudo da língua, com a perspectiva da análise textual, ainda privilegia o caráter de gramaticalidade das construções escritas. Não obstante, para a descrição da língua, o reconhecimento das regras gramaticais tem como modelos os textos de veiculação socialmente respeitável, desde jornais e revistas a letras de música popular. E, como é o uso que faz a regra, o estudo dos usos se apóia na descrição de enunciados de uma determinada época, se se pretende um entendimento da língua como um “sistema de signos simbólicos” (Coseriu, 1979:26), plenamente dominado por seus usuários.

Como formas essencialmente próprias da expressão da linguagem humana, na tradição ocidental, os **substantivos** — as palavras “que significam os objetos do nosso pensamento” (Arnauld&Lancelot, 2002) — os **verbos** (“cujo principal emprego é significar a afirmação”) e as **conjunções** — as palavras “que significam a maneira dos pensamentos” —, formam, em frases encadeadas semanticamente, a textualidade. Essa trama semântica, responsável pela organização de um texto, tem estado na mira dos estudos gramaticais ao longo da vida escolar do aluno, e se aprofundam nas séries finais do Ensino Médio. O principal foco dos estudos nessas séries está na organização discursiva, já que a coerência do texto se dá

no plano do discurso. Em vista disso, se é na articulação sintática que se constrói o texto, será pelo estudo da frase, que, além de ser a menor unidade comunicativa autônoma do texto, expressa as intenções do enunciador, que a descrição lingüística deve se voltar para as formas de argumentar. Além disso, a modalidade manifesta a intenção do falante, e ela está presente obrigatoriamente nas frases, quer por meios lexicais, quer pela expressão dos modos e tempos verbais.

Por texto escolar se entendem criações que basicamente se caracterizam por representarem simulações de uma situação de vida. Ao criar histórias, as crianças de séries do Ensino Fundamental “fingem” ser escritores, mas sabem que não são, ainda que, tomando escritores como modelos, possam ter seus textos lidos por outras crianças e eventualmente ter suas histórias editadas em publicações escolares. Normalmente, ao serem dadas situações para a criação dos textos, os enunciados das redações iniciam-se com “Imagine que...”. É inegável que a motivação para a escritura de textos relacionados com a experiência vivida dos alunos é sempre um estímulo para que suas criações façam sentido e eles se interessem mais pelas questões gramaticais que possibilitem a expressão de sua vontade. Como todos os professores sabem, a leitura ou a atividade de criação de texto obrigatórias resultam, na maior parte das vezes, tanto em trabalhos mal escritos como em leitura automática, sem que o aluno se comprometa com sua atividade. Geralmente, fazem o trabalho para que o professor corrija, e os resultados são geralmente recebidos e guardados sem que se procure observar que pontos da escritura sofreram reparos. Quando se trata da criação de textos dissertativos, as atividades escolares ficam mais distantes do cotidiano dos alunos, pois estes sabem que, salvo raras situações, seus textos não representam uma efetiva atividade comunicativa. Na verdade, suas redações usualmente se destinam à avaliação do desempenho na forma escrita, não

apenas no que diz respeito aos aspectos superficiais do texto, mas também às falhas gramaticais que afetam a coesão e a coerência textuais.

Portanto, é desafiante para o professor de Português fazer do ensino da língua, utilizando a gramática, um caminho para a reflexão sobre a linguagem e não apenas, no caso de estudo da organização interna da língua da qual o aluno é usuário como escritor e como leitor, uma relação prescritiva de formas lingüísticas. Até porque o ensino normativo apenas mostra-se insuficiente para dar conta dos diferentes sentidos que se podem estabelecer entre o enunciado e o modo como se lê esse enunciado. Não é raro encontrarem-se formas consideradas inaceitáveis pelas gramáticas escolares de cunho normativo que, no entanto, mais se justificam em determinados situações comunicativas.

Desta forma, baseando-se na noção de Charaudeau, *apud* Oliveira (b) (2003), de que

o texto “representa o resultado material do ato de comunicação”, refletindo “as escolhas conscientes ou inconscientes que o sujeito falante [emissor] fez nas *categorias da língua* e os *modos de organização do discurso* em função das restrições impostas pela *situação*” (*op. cit.*, p. 28)

os estudos gramaticais não podem prescindir da teoria gramatical que auxilia o falante para o necessário conhecimento sobre a língua (conhecimento metalingüístico), concedendo-lhe autonomia quanto às suas “escolhas”, referidas pelo autor.

Sabe-se que a modalidade escrita tende a trazer maior grau de formalidade para a expressão lingüística, uma vez que, segundo Kato (1987:28), “a fala é regida por imposições de ordem comunicacional e funcional, enquanto a escrita sofre, além disso, as imposições de ordem normativa e convencional, que podem, por vezes, conflitar com as de ordem funcional”. E se, na produção de textos

do gênero narrativo, os falantes podem descuidar de regras gramaticais mais rígidas, em razão de ser o narrativo um modo de organização discursiva mais próxima do relato oral, em textos argumentativos, basicamente escritos, para os quais alunos do Ensino Médio são preparados, eles sabem que terão de lançar mão das regras gramaticais da língua padrão. E por forma padrão da língua tome-se a conceituação de Oliveira (c) (2003):

o reduto do padrão é a prosa formal não literária, que assume a forma de cartas comerciais, textos didáticos, científicos, técnicos, burocráticos, jurídicos notícias na mídia impressa etc.

A gramática normativa funciona até certo ponto como padrão lingüístico ideal, termo que em sociolingüística se refere à maneira como os falantes gostariam de falar (ou de escrever) em circunstâncias formais, em oposição ao padrão lingüístico real, que é a forma como eles realmente falam e escrevem nessas circunstâncias.

Teoricamente, esse padrão escolar deveria corresponder à língua escrita culta formal, ou seja, à língua padrão propriamente dita.

Assim, ao se preparar para a redação, ou mesmo para a leitura, de um texto argumentativo, tradicionalmente conhecido no ambiente escolar como dissertativo, o falante está ciente da necessidade de fazer uso, muitas vezes, dos conhecimentos gramaticais adquiridos na escola por meio da gramática normativa. No entanto, ainda que, em determinadas situações comunicativas, a “norma” padrão, que se confunde às vezes com o conceito de língua culta¹, afaste-se da língua do usuário, em outras situações — por poucas que sejam —, é dela que ele vai se utilizar para que seja bem sucedido em seu projeto comunicativo. Oliveira (b) (2003) nos lembra, a propósito da noção de P. Charaudeau — teórico da **análise semiolingüística do discurso** — de **contrato de comunicação**, que

¹ Oliveira(c) (2003), em estudo sobre as variedades do português, distingue língua culta de língua padrão: “**Língua culta** é um termo mais amplo que **língua padrão**, uma vez que abrange não só o padrão, que é supra-regional, mas também as variedades cultas informais de cada região. Entendam-se como **cultos** os **dialetos sociais** das pessoas acima de determinado grau de escolaridade.” (negritos no original)

não poderemos falar ou escrever o que quisermos, do modo que quisermos, com a morfossintaxe, o vocabulário, a ortografia, etc. que quisermos, a quem quisermos, com o tom que quisermos, etc. Os atos de linguagem se dão dentro de um quadro de *restrições e liberdades*, nos limites do qual nos movimentamos. Essas *restrições e liberdades* podem ser da língua propriamente dita ou do comportamento lingüístico.

Não podemos, por exemplo, usar o pronome da primeira pessoa com o verbo na terceira, porque o sistema da língua não o permite, logo a língua tem suas restrições, mas podemos escolher entre duas ou mais formas de estruturar a frase (*escolhas sintáticas*), entre duas ou mais palavras (*escolhas lexicais*) e assim por diante, porque ela oferece também espaços de “liberdade” (itálicos no original – *op. cit.*, p. 33)

O emprego do Indicativo e do Subjuntivo, portanto, será examinado tendo em mira, além da descrição gramatical, no plano morfossintático, os aspectos discursivos que se vão prestar ao estabelecimento dos sentidos que correspondam à intenção comunicativa do falante/escrevente.

1.2 ERRO E ADEQUAÇÃO.

Uma das especificidades do trabalho pedagógico é a correção de trabalhos dos alunos, e uma tarefa muito discutida é a noção de erro e acerto nas redações escolares. Longe de ser o objetivo principal das ações na escola, como o fora em épocas passadas, o trabalho de correção das redações tem sido alvo de discussões, levando os professores à busca de critérios que, por um lado, valorizem tanto o conhecimento dos alunos quanto a sua forma de expressão, mas que, por outro, permitam que suas redações atinjam uma forma tal, que demonstrem terem os falantes alcançado domínio da organização do texto e da frase de acordo com as especificidades das diferentes variantes da língua.

Por ser esta dissertação dirigida às atividades didáticas de Português, as regras aqui estabelecidas, originadas da descrição gramatical, são relativas a um tipo de registro em determinado tipo de texto, o dissertativo. Há que se sublinhar que este tipo de texto é o que mais formalidade apresenta no espectro das possibilidades de interação comunicativa. De maneira geral, entende-se que a variedade formal está ligada à expressão escrita, enquanto a informal se liga à oralidade, o que de certa forma expõe certa imprecisão. Conforme ensina Helênio Oliveira,

na verdade, a dicotomia correta é **formal versus informal** e não **escrito versus falado**. Em circunstâncias formais, a comunidade espera que se empregue, seja escrevendo ou falando, a **língua-padrão** (cf. ing. *standard language*), entendida aqui como a variedade formal culta – e até certo ponto supra-regional – do idioma, que corresponde, em parte ao menos, à língua descrita pela gramática escolar. Em situações informais, ao contrário, seja na fala ou na escrita, a expectativa da comunidade é que se empreguem as variedades informais da língua. Em outras palavras: o binômio decisivo para a obediência à norma gramatical é o

referente ao grau de formalidade da comunicação e não à natureza oral ou escrita desta. (negritos e itálicos no original, destaque sublinhado meu. Oliveira, 2002)

O autor ainda adverte que essa oposição **formal** x **informal** não passa de uma simplificação didática, já que na verdade há quatro graus de formalidade a se considerarem. No registro oral, seriam: o **ultraformal**, manifestado, por exemplo, em discursos em cerimônias sociais formais, como formaturas e posses; o **formal**, numa conferência; o **semiformal**, em uma conversa, numa festa, entre pessoas que são apresentadas no momento; e o **informal**, enfim, na conversação diária. No registro escrito: o **ultraformal** corresponderia a “certos textos jurídicos e um ou outro texto burocrático”; o **formal**, a um verbete de enciclopédia, ou a um ensaio; o **semiformal**, às crônicas (na mídia impressa); e o **informal**, usado em bilhetes. Vai-se utilizar aqui, portanto, o binômio **formal** *versus* **informal**, reconhecendo-se que se trata de uma simplificação.

Cumprido, no entanto, observar que o uso dos modos verbais neste trabalho é suposto como associado à organização frasal, estando o Subjuntivo necessariamente vinculado à hipotaxe. Em outras palavras, tendo-se a língua como um sistema de oposições², o Subjuntivo — o membro marcado da oposição — é o modo da subordinação, uma vez que o Indicativo forma as orações independentes e, no período composto, as subordinantes. O que se propõe, então, é que o estudo do emprego dos modos verbais fique assim comprometido com o estudo da frase e que a descrição gramatical leve em conta o valor discursivo do enunciado.

Dessa forma, as frases do *corpus* analisado aparecerão em caixas divididas em duas partes: a superior, com o título FRASES DO *CORPUS* EXAMINADO, da

² Em Mattoso (1977:182), na estrutura lingüística, “cada elemento não existe senão como oposição a outro elemento, ou, em outros termos, só existe lingüisticamente porque existe outro elemento com que ele entra em oposição”.

maneira como se encontram nas redações, e a inferior, com o título FRASES ACEITÁVEIS NA FORMA PADRÃO, elas estão da maneira como se entende o correto quanto a esta variedade. Na parte superior da caixa, a forma escrita das frases foi mantida conforme no original, desde que não comprometesse o seu entendimento, numeradas de acordo com a numeração do *corpus*, no Anexo I, e ao final de cada frase, a indicação da origem de cada uma.

No entanto, conforme já observado anteriormente, reportando-se o estudo dos modos ao da subordinação, algumas regras apresentam uma motivação sintática, e, neste caso, a previsão de um ou outro modo fica limitada, como, por exemplo, com a construção de subordinada concessiva, em que o uso do Indicativo é inaceitável, ficando a frase passível de correção. Em outras construções, como nas orações relativas, o emprego tanto do Indicativo quanto do Subjuntivo fica livre para a escolha do falante, dependendo de sua visão do modo de certeza ou dúvida, do que é visto como real ou como possível. Será correto, então, o emprego do modo verbal que corresponder à expectativa do falante quanto à sua asserção, já que a motivação tende a ser semântica. Por esta razão, ao se perceber em algumas orações relativas ou em algumas orações completivas do *corpus* que havia uma possibilidade do Indicativo onde se empregou o Subjuntivo, ou vice-versa, a parte da caixa com as frases do *corpus* alteradas recebeu o título de FRASES POSSÍVEIS NA FORMA PADRÃO.

Assim, ao mostrar esses empregos do Indicativo e do Subjuntivo em frases da língua padrão, o professor interfere no comportamento lingüístico do aluno por meio da correção, e ainda o torna capaz de fazer escolhas gramaticais que correspondam à sua intenção comunicativa, o que se torna uma “interferência construtiva” (Oliveira, 2002).

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DO EMPREGO DO INDICATIVO E DO SUBJUNTIVO.

2.1 VALORES SINTÁTICO-SEMÂNTICOS DOS MODOS INDICATIVO E SUBJUNTIVO.

A modalidade é fortemente marcada, entre outras formas, pelo esquema **modo-temporal dos verbos**, sobretudo nos textos de natureza argumentativa, tendo-se que o tempo verbal é uma categoria gramatical voltada para a significação externa dos processos ou acontecimentos verbais, enquanto o modo é a atitude subjetiva do falante cristalizada em morfemas gramaticais.

De acordo com a definição de dez estudiosos, cuja representatividade no século XX é inquestionável, selecionados para este estudo por critérios que, não se apoiando em quadros teóricos específicos, baseiam-se na seriedade e na importância dos trabalhos desenvolvidos por eles na descrição da Língua Portuguesa, a opção por um modo verbal, a despeito de determinações de ordem gramatical (morfo-sintática), envolverá sempre uma avaliação subjetiva do usuário da língua. Desta forma, destacam-se as seguintes afirmações sobre os três modos — Indicativo, Subjuntivo e Imperativo — que podem ser, na realidade, limitados aos dois primeiros, ficando o último, dependendo da perspectiva teórica, como um submodo do Subjuntivo:

- José Carlos Azeredo (2002: 164):

[...] o modo, por sua vez, é a expressão das atitudes do enunciador mediante a variação mórfica do verbo. O indicativo é o modo pelo qual os fatos são concebidos como existentes por si mesmos; o subjuntivo é o modo em que se expressam os conteúdos dependentes da subjetividade do enunciador ou do sentido do

verbo da oração principal ou da estrutura da frases; (Azeredo, 2002: 164)”

- Evanildo Bechara:

[...] Os **modos do verbo** – São, conforme a posição do falante em face da relação entre ação verbal e seu agente:

a) indicativo – em referência a fatos como verossímeis ou tidos como tais [...]

b) subjuntivo (conjuntivo) – em referência a fatos incertos [...]
(Bechara, 2002: 221)

- Cláudio Brandão:

Modos são as formas assumidas pelo verbo para indicarem certos estados de espírito em relação ao fato ou estado expressos por ele. Mostram a maneira sob a qual se apresenta à mente o enunciado verbal, isto é, se é concebido como real, como esperado, desejado, querido, ordenado, indeterminado. (Brandão, 1963: 382)

O **Indicativo** é o modo da realidade: serve de enunciar um fato ou um estado verdadeiros ou supostos verdadeiros em orações independentes ou dependentes, declarativas, interrogativas, exclamativas, quer afirmando, quer negando. (*op. cit.* p. 383)

Muitas são as idéias significadas pelo subjuntivo: a incerteza, a possibilidade, a dúvida, a futuridade, a vontade, o desejo, a esperança, o temor, a suposição, a concessão, etc. É ele o modo próprio das orações dependentes, mas também ocorre nas independentes. (*op. cit.* p. 394)

- Celso Cunha e Lindley Cintra – p. 436 e 453.

Entende-se por modo, como vimos, a propriedade que tem o verbo de indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia; [...] Com o modo indicativo exprime-se, em geral, uma ação ou um estado considerados na sua realidade ou na sua certeza, quer em referência ao presente, quer ao passado ou ao futuro. É, fundamentalmente, o modo da oração principal. [...] Ao empregarmos o modo subjuntivo [...] encaramos, então a existência ou não do fato como uma coisa *incerta, duvidosa, eventual* ou, mesmo, *irreal*. (itálicos no original. Cunha e Cintra, 1975, pp. 436 e 453.)

- Eduardo Guimarães:

[...] não se pode atribuir o subjuntivo ao caráter subordinado da oração. O subjuntivo depende do sentido do verbo da principal, ou de algum outro elemento em outros casos. E se observarmos o sentido destes verbos vemos que o subjuntivo é desenvolvido por verbos que representam no seu sentido um tipo de inclusão do locutor no sentido do enunciado, e o indicativo por outro tipo. Por

exemplo, verbos que não são indicativos de ‘certeza’ do locutor desenvolvem o subjuntivo, e os que indicam ‘certeza’ do locutor do indicativo. [...] o subjuntivo é desenvolvido por uma avaliação do locutor sobre o que diz. [...] o subjuntivo é, então, explicável pela presença de uma forma, que o comanda, e que aparece como representação do modo de enunciação. (Guimarães, 2002: 90-91)

- Joaquim Mattoso Câmara Jr.:

Aquele [o tempo] ao momento da ocorrência do processo, visto do momento da comunicação. Este [o modo] ao julgamento implícito do falante a respeito da natureza, subjetiva ou não, da comunicação que faz. [...] O subjuntivo, incluindo o imperativo, assinala uma tomada de posição subjetiva do falante em relação ao processo verbal comunicado. No indicativo não há essa “assinalização”, mas não se afirma a sua inexistência. (Câmara Jr. 1976: 88-9)

[...] o imperativo, como já vimos, não é mais do que um subjuntivo sem o elo da subordinação sintática. Por isso, confunde-se formalmente com ele no verbo negativo ou mesmo no afirmativo, fora da 2ª pessoa do singular e a 2ª do plural ou 5ª pessoa, que só aparece nos verbos portugueses em registros especiais da língua escrita. (*op. cit.*, p. 92)

- Fátima Oliveira:

O **modo Indicativo** é o modo preferencial das frases simples, da maior parte das coordenadas e ainda da oração principal em muitas frases complexas.

O **modo Conjuntivo**, embora possa surgir em alguns tipos de frases simples e também coordenadas, é sobretudo em construções de subordinação que se observa o seu uso, quer obrigatório, quer opcional, apresentando diferentes leituras nesse último caso. (*In*: Mateus, 2002: 259)

- Mário A. Perini, para quem o Subjuntivo é considerado uma das marcas da subordinação:

(d) desinências do modo subjuntivo; [dentre:] (a) conjunções (subordinativas); (b) relativos; (c) marcas de interrogação indireta; (e) desinências de gerúndio e de infinitivo. [Perini: 1996:138]

- Maria Joana de Almeida Vieira Santos:

[...] qualquer [SVconj] indica que o falante não afirma o conteúdo significativo do seu enunciado, ou porque não o subscreve como sendo absolutamente certo ou verdadeiro, ou porque dele tem um conhecimento não comprovado, ou porque não pretende transmiti-lo como sujeito a discussão, ou porque o remete para as informações acessórias da interação dialogal. Por conseguinte, torna-se o instrumento privilegiado de informação pressuposta, ou seja, de informação à qual é conferido um grau menos de relevância. [...]

[...] o [SVconj] assume o papel de operador coadjuvnte na configuração lingüística de *actos ilocutórios* e, em particular, nos *actos ilocutórios ligados à injunção*. (sublinhados meus. Santos, 2003: 514-515)

- Mário Vilela e Ingedore Villaça Koch:

A “modalidade” é uma categoria semântico-formal em que intervêm, por um lado, uma hierarquia de meios morfológicos, sintáticos, prosódicos e lexicais, e, por outro lado, a atitude do falante perante a validade do conteúdo fixado no enunciado, que é apresentado como coincidente ou não coincidente com a realidade. Há assim duas modalidades básicas na frase: realidade e irrealidade. [...]

O **indicativo** é a forma básica dos modos: representa o conteúdo do enunciado como um fato, denota o realmente existente, o previsível e o que está em vias de se realizar. Como forma básica, é o modo ‘não-marcado’. [...] A semântica do **subjuntivo** pode ser definida em oposição à do indicativo: é o modo do ‘não-realizado’, ou ‘ainda não realizado’. [...] Costuma dizer-se que o subjuntivo é o modo da oração subordinada, o que é parcialmente verdade, mas há usos do subjuntivo, a que poderíamos chamar ‘optativo’, em que não há, aparentemente, dependências. (Vilela e Koch, 2001: 175-177)

Em conformidade com a perspectiva do falante, pois, marca-se a certeza ou a hipótese, o verdadeiro e o não verdadeiro, o factual e o irreal pelo uso de um ou outro modo verbal. Dessa forma, se o enunciador tem certeza de um acontecimento, formará frases com tempos do Indicativo; se há uma dúvida, ou trata-se de alguma hipótese sobre o acontecido, o modo usado é o Subjuntivo. Dentro de um sistema de oposições, como o é a língua, o Indicativo é o modo não-marcado, “a forma básica dos modos: representa em princípio o conteúdo do enunciado como um fato, denota o realmente existente, o previsível e o que está em vias de se realizar”, nas palavras de Vilela e Koch (2001:176); e o Subjuntivo é o modo marcado, flexional e semanticamente oposto ao Indicativo.

Deve-se ressaltar que, por ser o elemento não-marcado da oposição gramatical, o Indicativo pode invadir os limites sintáticos e semânticos do Subjuntivo. Assim, em muitos contextos o Indicativo pode exprimir hipótese, como

em frases condicionais, de forte conteúdo hipotético, do tipo *Se essa moda pega, os pais ficam doidos...*; já o Subjuntivo só exprimirá fato, o que seria uma invasão no espaço do não-marcado, se essa asserção de veracidade estiver submetida a algum processo que implique subjetividade do falante, como: (a) formas lexicais de sentimentos, em frases do tipo *É bom que ele seja o monitor da turma*, em que *ser o monitor da turma* é uma expressão de factualidade, mas modalizada, ou seja, que passou por uma avaliação do falante, *É bom [que]* (cf. seção 3.5 deste trabalho); ou (b) a argumentação, como no caso da oração subordinada adverbial concessiva, que representa uma verdade minimizada em face de uma restrição (cf. seção 3.3 desta dissertação); uma frase demonstrativa do Subjuntivo como verdade de menor relevância seria *Embora ele seja o monitor da turma, o seu poder de liderança é quase nulo*, em que o fato de *ele ser o monitor da turma* é irrelevante para o enunciador diante do fato, valorizado por ele, de *o seu poder de liderança ser quase nulo*.

Nesse sentido, nunca é demais lembrar que é comum o elemento lingüístico não-marcado assumir o valor semântico do marcado, como uma forma alternativa, como acontece com a categoria gramatical de número dos nomes em português, para citar apenas um exemplo, em que a expressão *o ser humano*, no singular (categoria não marcada) pode significar a totalidade *dos seres humanos*. Com efeito, numa variedade informal da língua, em certos dialetos menos prestigiados socialmente, ouve-se comumente *Você quer que eu ajudo?*, em que o Indicativo domina o espaço que na forma padrão seria do Subjuntivo, ou ainda o uso do presente do Indicativo, o tempo não-marcado do comentário, para relatar fatos passados, como uma alternativa a expressão de uma narrativa. O elemento marcado, contudo, já não tem essa mesma liberdade na língua, ocorrendo no ambiente do não-

marcado em contextos precisos e necessariamente definidos por determinadas regras, e em número muito menor.

Entendendo-se a modalidade “como a gramaticalização das atitudes subjetivas do falante e a sua transposição para o conteúdo do enunciado” (Vilela e Koch, 2001), é nas orações e nas relações entre elas que se encontra essa forma atualizada. Mas nem sempre essa relação se dá de forma tão mecânica. Encontram-se na língua situações em que, a despeito da intenção de o falante informar uma certeza, com um verbo de natureza factual usa-se o Subjuntivo, como em:

(1) Sinto que você seja o demitido.

Neste caso, ainda que a proposição da subordinada possa informar uma certeza, o verbo da principal denota um sentimento, é uma expressão da subjetividade do falante. A mesma construção com orações completivas — Indicativo na subordinante + Subjuntivo na subordinada — ocorreria com verbos como temer, desejar etc..

Azeredo (2002:225), examinando as orações de causa e condição, observa que a distinção entre elas reside “numa distinção de atitudes do enunciador em relação à ‘realidade’ da informação contida na oração adverbial”. Por não ser efetivamente muito definido o “campo da hipótese”, que, por sua subjetividade, é amplo e difuso, em relação à objetividade do “campo da certeza”, o autor refere-se a uma “gradação de matizes de sentido” para a idéia hipotética. Ele, então, arrola os itens dessa gradação, a partir do mais próximo da certeza:

a) dados já conhecidos, com o Indicativo, para frases como:

(2) Se o dinheiro traz tanta alegria, por que será que existem pessoas ricas...

b) fatos possíveis/prováveis, com verbos no futuro do Subjuntivo, como em:

(3) ... *se todos pensarem do mesmo jeito, nós teremos um país melhor...*

c) fatos remotamente prováveis, com o pretérito imperfeito do Subjuntivo:

(4) *Se ele trouxesse o livro, ainda poderíamos acabar o trabalho a tempo.*

d) situações irreversíveis, com o pretérito mais-que-perfeito do Subjuntivo:

(5) *Se tivéssemos aproveitado melhor o tempo, poderíamos acabar o trabalho a tempo.*

Além dos tempos do Subjuntivo, o futuro do Indicativo também pode conferir ao texto esse cunho de hipótese ou de expectativa no enunciado. Em Oliveira (*In: Mateus, 2003*), ressalva-se o fato de o futuro apresentar um valor semântico de incerteza como em:

(6) *A esta hora Maria já estará em casa.*

em que fica claro que a forma de futuro do presente não está relacionada a um acontecimento futuro em relação ao momento da enunciação, portanto o futuro do presente em (6) não tem valor gramaticalmente temporal; tem, antes, um valor modal de incerteza da mesma forma que é tão comum, por não se ter certeza do que se afirmou, apor-se imediatamente a frase interrogativa (que já denuncia a dúvida), como em:

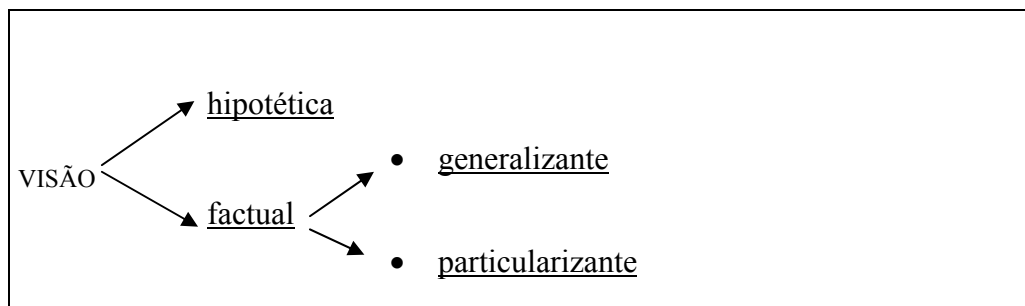
(7) *A esta hora Maria já está em casa. Será?*

Dessa forma, o emprego do Subjuntivo e do Indicativo está sujeito basicamente à atitude do falante quanto ao seu enunciado, podendo haver também aspectos sintáticos que determinem seu uso; por exemplo, é obrigatório o uso do Subjuntivo em orações introduzidas por determinados conectivos, ou operadores argumentativos.

Charaudeau (1992) denomina “visão” a maneira como o falante “vê” o conteúdo semântico de seu texto. Portanto, em frases como (4) e (5) acima, há uma visão hipotética sobre o que se falou; a visão é factual em (2): é conhecido e aceitável para pelo menos uma parte dos envolvidos na conversa que o dinheiro é responsável pela felicidade e o emissor, em vista disso pergunta a causa de um fato inesperado nesta situação, que também é comprovável: pessoas serem infelizes apesar de terem dinheiro. Dentro da visão factual, Charaudeau (*op. cit.*) distingue também a visão factual generalizante da particularizante. O que se repete ou as verdades estabelecidas culturalmente dentro do conhecimento do mundo partilhado pelos indivíduos corresponde à visão factual generalizante, como esta frase que se lê aqui, já o acontecimento único, pontual, apresenta visão particularizante, como

(8) *O autor publicou o estudo no ano passado.*

O esquema modo-temporal, portanto, tende a corresponder à noção de “visões” de Charaudeau, as quais, numa esquematização, como a seguir, são:



Como se verá adiante, o Subjuntivo expressa o que é hipotético ou o que não se realiza, e o Indicativo, o que é factual, realizado ou em vias de realização. Quanto ao tempo verbal, que normalmente está mais vinculado ao conteúdo semântico da proposição, não terá uma distribuição tão “lógica” quanto se pensa ao atribuir o seu sentido à localização dos eventos no tempo, numa linha igualmente “lógica” da anterioridade em relação ao momento em que se fala ou se enuncia. Mas o tempo verbal é uma representação lingüística de conteúdos temporais atualizados

no discurso, ou, em outros termos, a denominação de presente, pretérito e futuro, mesmo com suas subdivisões, imperfeito e mais-que-perfeito, futuro do presente e futuro do pretérito, não tem correspondência óbvia com conteúdos temporais da realidade externa, uma vez que a forma do tempo gramatical não indica necessariamente que o acontecimento ou a ação expressa pelo verbo tenham se realizado no tempo indicado.

Assim, a “ordenação temporal dos fatos e idéias que constituem o conteúdo de nossos discursos” (Azeredo, 2002:128) se estabelece com base no momento da enunciação, no qual se funda o enunciado, o ponto de referência, que pode ser passado, presente ou futuro em relação ao momento da enunciação, e o intervalo de tempo, ou a linha do tempo na qual se situam os fatos relatados. Ainda assim, em determinadas estratégias de enunciação, essa ordenação nem sempre é tão esquemática, como na seguinte construção com orações justapostas — “*Levou três, pagou dois!*” — semanticamente equivalente à condicionalidade — “*Se levar três, pagará dois!*” — em que o pretérito perfeito do Indicativo não representa a visão particularizante nem se refere a fatos passados em relação ao ME.

Além de ocorrer em alguns, poucos, tipos de frases independentes, o Subjuntivo, nas frases complexas, situa-se nas subordinadas, ao passo que o Indicativo, sendo normalmente o modo verbal das frases simples, ocorre em constituintes subordinantes das orações complexas. Em (9), a oração principal, aparentemente contrariando essa regra sintática, na verdade, está modalizada com um advérbio de dúvida, ou hipótese, talvez, que corresponde à expressão oracional pode ser [que], conforme se analisará mais adiante neste trabalho:

(9) *Talvez ele diga que Maria não está em casa.*

Além disso, nessa perspectiva, não se deve prescindir do estudo das conjunções como operadores discursivos cujos valores semânticos podem ser determinantes da correlação modo-temporal entre as orações que formam o período, o que justifica o uso, por exemplo, de desde que (temporal), com o verbo geralmente no pretérito perfeito do Indicativo, e desde que (condicional), sinônimo de se, que seleciona o Subjuntivo.

Na mira desses estudos discursivos dos tempos verbais, a oposição em tempos da narrativa e tempos do comentário proposta por Harald Weinrich trouxe uma contribuição para uma descrição mais precisa dos usos do que o que se fazia nos limites da gramática tradicional. Portanto, ainda que haja referência ao tempo dos eventos em relação ao momento em que se fala, e que a concordância dos tempos numa frase obedeça à “lógica” dos acontecimentos (a *consecutio temporum*), a explicação do uso de acordo com o projeto discursivo organiza de forma mais clara essas categorias da língua no plano do ensino. Com efeito, qualquer falante percebe o distanciamento provocado por textos narrativos, com as ações ordenadas em tempos do pretérito. Já com os textos organizados para o comentário, a maior parte dos verbos está no presente ou no futuro. O enunciador, então, ao relatar o acontecido, sabe que não será contestado, ao passo que, ao desenvolver uma idéia com tempos no presente, de maneira geral está opinando, e “fatos não se discutem; opiniões, sim”, conforme já evidenciava Garcia (1977: 277).

Weinrich, afirmando que os tempos verbais expressam o “comportamento do falante articulado nos dois grupos temporais do mundo comentado e do narrado” (*apud* Koch, 2002:39), leva em conta apenas os tempos do Indicativo, uma vez que os do Subjuntivo, assim como o Imperativo, o Infinitivo, o Gerúndio e o Particípio são para ele

semitempos: são formas verbais de espécies diferentes, mas, de modo algum, formas verbais em sua totalidade, já que se mostram indiferentes à distinção entre o mundo comentado e o mundo narrado. Podem, porém, fixar a perspectiva ou estabelecer o relevo, e apresentam-se, na maioria dos casos, ligados a um tempo pleno, que lhes determine a situação comunicativa. (Koch, *op. cit.*, pp. 39-40)

Com efeito, como se verá adiante, seria interessante observar que nos enunciados em que marcadores discursivos favorecem com maior presteza a argumentação, como com as conjunções concessivas e com as condicionais, o uso dos tempos do Subjuntivo deixa essa divisão bem delimitada. As orações que expressam passado vão se formar com tempos do pretérito com qualquer tipo de conjunção, já as que expressam uma idéia de futuro, selecionarão o presente ou o futuro do Subjuntivo de forma excludente. Confiram-se as frases:

(10) *Se eles se dedicarem, conseguirão bons resultados.*

(11) *Caso eles se dediquem, conseguirão bons resultados.*

(10a) * *Se eles se dediquem, conseguirão bons resultados.*

(11a) * *Caso ele se dedicarem, conseguirão bons resultados.*

em que conjunções com o mesmo valor sintático e semântico selecionam ou futuro ou presente do Subjuntivo, o que deixa claro que ambos os tempos estão voltados para a mesma representação discursiva. Mas ao se cotejarem (12) e (13):

(12) *Se eles se dedicassem, conseguiriam bons resultados.*

(13) *Caso eles se dedicassem, conseguiriam bons resultados.*

percebe-se que as conjunções introduzem orações com o pretérito imperfeito do Subjuntivo, evidenciando-se a oposição entre os tempos do mundo comentado — o presente ou o futuro do Subjuntivo — e os do mundo narrado — pretérito, no caso, pretérito imperfeito do Subjuntivo. No Subjuntivo, portanto, nas proposições de conteúdo hipotético, a expectativa ou o que pode acontecer após o momento da enunciação é representado ou pelo presente ou pelo futuro, dependendo da conjunção

que inicia a oração; já o passado, normalmente a hipótese mais próxima da irrealidade nas construções condicionais, ou o grau máximo de hipótese, segundo Azeredo (2001:101), leva o verbo para o pretérito imperfeito.

Se, como afirma Weinrich, só se deve levar em conta o Indicativo para análise do valor discursivo dos tempos verbais, o emprego do Subjuntivo é mais morfossintático, porém ele marca significativamente os níveis de hipótese: o maior nível de hipótese, ou o contrafactual, o que não está sujeito à “opinião”, de acordo com Garcia (*op. cit.*), tem sua expressão no tempo do mundo narrado (pretérito), e o menor grau, ou o que é passível de realização, nos tempos do mundo comentado (presente e futuro). Com efeito, no esquema modo-temporal das construções condicionais, os tempos do Subjuntivo, de maneira geral, correspondem ao mundo em que estão os do Indicativo, ou seja, se a oração principal trazer um verbo num dos tempos do mundo narrado, o tempo da oração subordinada será o pretérito do Subjuntivo, mas estando a principal no mundo do comentário, os tempos da subordinada são o presente ou o futuro.

Deve-se salientar que, para Charaudeau, apenas as proposições hipotéticas irrealizáveis, com o verbo no pretérito imperfeito do Subjuntivo, como (12) e (13) são consideradas hipóteses, uma vez que pressupõem a idéia de que “não podem acontecer”. As frases hipotéticas como (10) e (11), para o estudioso francês, não são hipotéticas, mas expectativas, estando mais próximas da factualidade, já que pressupõem a idéia de que “podem acontecer”.

Não obstante, nas construções com orações completivas, há maior autonomia com relação à concordância entre o tempo verbal da subordinada e o da oração superior, como em (14) em que tanto o imperfeito simples quanto o presente

simples do Subjuntivo, podem designar ações futuras em relação ao momento do falante e ao tempo da oração principal:

(14) *O diretor pediu que eu faça / fizesse os trabalhos até no máximo, sexta-feira próxima.*

Cabe neste ponto uma referência a Koch (2001: 51), ao afirmar que uma das dificuldades de aplicação do esquema temporal de Weinrich ao português está no fato de o pretérito perfeito simples, nesta língua, aparecer comumente em textos do mundo comentado. Os dois “mundos”, como se sabe, são os correspondentes da **atitude comunicativa** do falante: ao relatar, ele não se compromete com o que fala, numa atitude “distensa”, “relaxada”, no mundo da narrativa; no mundo do comentário, há um envolvimento do locutor com o que diz, “há uma adesão máxima do locutor ao seu enunciado, o que cria uma ‘tensão’ entre os interlocutores que estão diretamente envolvidos no discurso” (Koch, *op. cit.*). Mas, além da atitude comunicativa, o esquema temporal pode indicar a **perspectiva**. Vale, então, lembrar numa forma esquematizada os tempos que indicam a perspectiva:

TEMPOS DO MUNDO NARRADO:

1. sem perspectiva, ou **tempos-base**: pretérito perfeito simples e pretérito imperfeito
2. com perspectiva **retrospectiva**: pretérito mais-que-perfeito
3. com perspectiva **prospectiva**: futuro do pretérito

TEMPOS DO MUNDO COMENTADO:

1. sem perspectiva, ou tempo-base: presente
2. com perspectiva **retrospectiva**: pretérito perfeito composto
3. com perspectiva **prospectiva**: futuro do presente

O que garante a concordância de tempo da narrativa com tempo do comentário, segundo Koch (*op. cit.*, p. 53), é o fato de se considerar, em Português, os valores distintos do pretérito perfeito simples em cada uma das atitudes comunicativas: no mundo narrado, é o tempo \emptyset , sem perspectiva; no mundo

comentado, como o tempo \emptyset é o presente, ele terá valor retrospectivo em relação ao tempo-base.

Por outro lado, se está no futuro o verbo subordinante, a concordância será possível apenas com o presente do Subjuntivo — ambos do comentário: não marcado (*faça*) com perspectiva de posterioridade (*vai querer*) —, como em (15):

*(15) O diretor vai querer que eu faça / *fizesse os trabalhos até no máximo, sexta-feira próxima.*

Esse caráter de futuridade, como potencialidade ou possibilidade, que envolve os tempos do Subjuntivo se deve ao fato de este ser o modo como o falante vê o não-realizado, da não-certeza. Com efeito, presente e futuro do Subjuntivo estão em distribuição complementar em grande parte das construções complexas, não ocorrendo o futuro do Subjuntivo em orações completivas, as chamadas substantivas nas gramáticas escolares, salvo as introduzidas por pronomes e advérbios interrogativos.

Mas essa possibilidade de concordância fica submetida, muitas vezes, ao conteúdo lexical do verbo subordinante, o qual determina, de maneira geral, o modo da subordinada. Assim, as possibilidades de concordância nas construções com verbos factivos na principal, como em (16) e (17), vão ser diferentes das com verbos volitivos, como em (18):

(16) Lamento que você seja / tenha sido reprovado no exame.

(17) Lamentei que você esteja / estivesse acamado.

*(18) Espero que você seja / *tenha sido aprovado no exame.*

*(19) Esperava que você *seja / fosse aprovado no exame.*

Já com o Indicativo, a concordância de tempos entre a subordinante e a subordinada abrange possibilidades múltiplas, como se verifica em:

(20) Sei que você está / estava / esteve / estará no elenco da novela.

(21) Soube que você está / estava / esteve / estará no elenco da novela.

(22) Eu me lembrei de que você está / estava / esteve / estará no elenco da novela.

É com as orações subordinadas introduzidas pelo pronome relativo, classificadas pela gramática escolar como orações subordinadas adjetivas, que há uma maior autonomia em relação aos modos verbais, em que o tempo estará submetido às exigências de coerência.

(23) Eles precisam de firmas que preparam / preparem boas festas.

(24) Eles precisaram de firmas que preparam / preparem boas festas.

(25) Eles escolherão a firma que preparou / prepara boas festas.

(26) A firma que oferecer / ofereceu / oferece / ofereça bons preços será a escolhida.

Não obstante a maior elasticidade na concordância de tempos, como em (25), o valor que o emissor atribui aos estados de coisas que referencia em seus enunciados, fato ou hipótese, realidade ou possibilidade, não deixa de se submeter aos conteúdos semânticos dos lexemas dessas proposições. Veja-se em (27) a impossibilidade de uso do Subjuntivo na relativa em razão do conteúdo lexical do verbo da oração subordinante:

(27) Eles encontraram firmas que oferecem / ofereçam bons preços.*

Da mesma forma, a seleção do modo da oração completiva adjetival de *é certo* está submetida ao significado dessa expressão, que tanto indica “conveniente ou conforme com alguma norma ou padrão; correto, adequado”³, e neste caso há uma avaliação do falante, ou o que está confirmado, garantido que aconteça. Na primeira acepção, como a expressão subordinante passa por uma modalização do

³ Uma das acepções da palavra em HOUAISS, Antônio, e Villar, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

enunciador, a completiva traz o verbo no Subjuntivo (28), e na segunda o Indicativo denota a idéia de certeza, de fato confirmado (29):

(28) É certo que ele venha visitar a mãe amanhã. [pois ela passa por dificuldades]

(29) É certo que ele vem visitar a mãe amanhã. [pois já comprou a passagem].

Outra noção importante para a concordância dos tempos verbais na frase é a de polifonia, desenvolvida, como se sabe, primeiramente pelo pensador russo Mikhail Bakhtin, para a análise de textos literários, operacionalizada, a partir de estudos de Semântica Argumentativa, por Ducrot e Anscombre, na França, e Vogt, no Brasil. Tendo claro que toda manifestação de linguagem está marcada pela subjetividade, e num projeto discursivo planejado, pela intersubjetividade, o texto pode apresentar índices de polifonia quando se percebem “vozes” diversas que se manifestam de pontos de vista diferentes, que podem ser contestadas ou ratificadas pelo enunciador. Conhecidos são os sinais que marcam a presença dessas “vozes” no texto, como os de pontuação, travessão e aspas, ou ainda os marcadores de pressuposição, algumas palavras como “já” ou “ainda”, e os operadores argumentativos, esses influenciando diretamente o sistema modo-temporal, conforme se verá adiante com as orações iniciadas pelas conjunções concessivas ou pelas condicionais.

É interessante observar, ainda, que o futuro do pretérito do Indicativo, como metáfora temporal — noção de Weinrich para o uso de tempos do mundo comentado em textos narrativos, ou tempos do mundo narrado em textos de comentário —, pode sinalizar que o falante não se responsabiliza pela veracidade do fato narrado ou declarado. É o que se verifica com frequência nos noticiários atualmente, quando os enunciadores noticiam certos acontecimentos e, ao mesmo

tempo, evidenciam que o que estão dizendo é atribuído a outrem (ou políticos, ou pessoas outras envolvidas com os fatos, como autoridades policiais, etc.). Assim, numa notícia televisiva sobre o envolvimento de um político de uma grande cidade brasileira com compra e venda de votos, apesar de as câmeras mostrarem dinheiro em espécie ao lado de listas de eleitores com os respectivos endereços e números de registro dos títulos de eleitor etc., o repórter anuncia:

(30) Ex-governador estaria envolvido com um esquema de compra e venda de votos.

O uso do futuro do pretérito, nesse contexto, possibilita a transferência da responsabilidade acerca da veracidade do que se está declarando para outras pessoas que não o enunciador.

A intersubjetividade da linguagem também fica patente em frases introduzidas por embora e sinônimos, como se verá adiante, em que a conjunção concessiva introduz um argumento acolhido pelo enunciador, mas minimizado, como que preparando um argumento mais forte em favor da sua tese, conforme em (31):

(31) Embora sejamos donos da nossa fala, nem sempre dizemos somente o que pensamos.

Aqui há uma construção do tipo **embora A, B**, em que **A** é admitido por todos em geral, inclusive pelo falante, o qual, entretanto, expressando esse fato no Subjuntivo, não o considera “tão verdadeiro”. Sua atitude, ao expressar a concessão inicialmente, é uma forma de admitir um fato, aceito pelo interlocutor, para em seguida apresentar, com mais peso, seu argumento, **B**; e aí como expressão de certeza usa o Indicativo.

Assim, além dos aspectos sintáticos, devem-se levar em conta os relativos à Semântica Argumentativa para a concordância dos modos, e dos tempos em construções complexas. O uso do Subjuntivo em português é, pois, vinculado à

subordinação no plano sintático, e no semântico exprime as idéias de incerteza, hipótese, ou de algo não acontecido.

Como forma mais impregnada de subjetividade, pode-se ver que, em frases como

(1) Sinto que você seja o demitido

há duas verdades: o sentimento do falante, que é fato, portanto expresso pelo Indicativo na oração principal, e a demissão do interlocutor, que igualmente é tida como certeza. O que poderia parecer uma situação incompatível semanticamente — certeza, fato \Leftrightarrow Subjuntivo —, explica-se em razão de o verbo da principal explicitar conteúdo semântico da ordem dos sentimentos do falante. Assim, a segunda proposição, embora factual, está imbuída da subjetividade do verbo da oração principal, a subordinante, ficando, então, o verbo no modo Subjuntivo, como ocorre também nas frases a seguir:

(32) Lamento que você fique de fora.

(33) Desejo que você seja o escolhido.

(34) Gosto que você seja o representante do grupo.

Os elementos da língua, não somente os lexicais (as palavras), mas os gramaticais (como tempos, modos, gêneros, etc) também são polissêmicos. Casos como esses se explicam pela polissemia do Subjuntivo, cujo significado se expandiu de não factualidade para subjetividade.

Deve-se sublinhar que as expressões de hipótese, dúvida, interrogação e negação estão na ordem da maior subjetividade, ao passo que a expressão de fatos, do mundo narrado, estaria voltada para o conhecimento externo, objetivo. Essas expressões, que vão do maior distanciamento em relação ao que se narra ao maior envolvimento do falante com seu discurso, conforme já mencionado, não são

categorias em oposição, mas uma questão de graus, ou “gradação de matizes de sentido” (Azeredo, 2002:226).

Observe-se que a construção (35) justifica-se pelo valor semântico do verbo da principal, que pode indicar mais certeza, contagiando então o verbo da subordinada, ou menos certeza, levando-o verbo para o Subjuntivo, como em (35a):

(35) *Creio que ele foi o demitido.*

(35a) *Creio que ele seja o demitido,*

em que o conteúdo da subordinada é modalizado com um grau mais baixo de certeza do que em (35).

Assim, concordando com Charaudeau (1992:484), quando explica que a correlação de tempos e modos verbais se coloca sob dois pontos de vista: o da “situação” e o da “realização” temporal, e consiste em descrever a cronologia dos processos que se encadeiam, de acordo com um princípio de coerência, o emprego do Indicativo e/ou do Subjuntivo estaria sujeito à visão de “realização”, que representa a modalidade, ou seja, como o falante avalia o seu enunciado. A noção de “situação temporal” é o que mais se aproxima das noções gramaticais de presente, pretérito e futuro das gramáticas tradicionais, em que os usos dos tempos estão de acordo com a linha do tempo em que os fatos se dão em relação ao momento em que o falante produz seu enunciado. A “situação temporal” remete, portanto, aos fatores externos língua, ou lexicais, ao passo que a “realização temporal” envolve aspectos internos, ou gramaticais da língua.

Além da contaminação semântica do verbo da principal e das visões, conforme Charaudeau, é significativo na correlação de modos o estudo da construção frasal, cujo elemento central é o verbo, como predicador, harmonizando-se com a conjunção, operador argumentativo e responsável pela coesão interfrasal.

As questões relacionadas à configuração modo-temporal do português, portanto, devem ser avaliadas em razão de seu valor no discurso, com bases tanto semânticas quanto sintáticas, principalmente para o desenvolvimento da capacidade de expressão escrita em textos argumentativos. Afinal, esse é um dos principais focos do ensino de língua materna no nível do Ensino Médio.

3 ANÁLISE DO *CORPUS*: REGRAS PARA O USO DOS MODOS VERBAIS E, NO SUBJUNTIVO, PARA O EMPREGO DOS TEMPOS.

As escolhas que os falantes fazem em relação a construções da língua escrita obedecem a alguns critérios, que podem ser da ordem da variedade mais adequada à sua expressão — culta, coloquial ou literário, por exemplo, — ou quanto ao tipo de construção gramatical mais adequada ao conteúdo semântico de seus enunciados. Uns ou outros implicam a capacidade do falante de selecionar, num universo lingüístico variado, desde que seja preparado culturalmente para tal, quer pelo grau de escolarização, quer por seu nível de informações culturais. Assim, escrever *Estamos temerosos de que algo possa acontecer* ou *Temos receio de que algo possa acontecer* depende unicamente da escolha do falante entre duas construções possíveis na língua, das quais ele tem conhecimento, que representam uma mesma idéia.

Quanto ao uso de modos verbais em construções frasais, complexas ou independentes, em alguns casos a aceitabilidade de uma forma está sujeita a regras sintáticas e semânticas aceitas pelos falantes. Tratando-se as situações de linguagem como jogos, numa metáfora mais do que conhecida, “o jogo só satisfaz o jogador na medida em que este lhe respeita as regras; em matéria de linguagem, as regras são ditadas pelos usos comunicativos do utensílio lingüístico” (Martinet, 1973:181). Nas aulas de Português, então, essas regras devem ser observadas para que se desenvolva a competência do aluno para a produção de frases na variedade padrão da língua.

Em outros casos, como no das orações relativas, o uso dos modos se submete à “visão” do falante sobre o fato enunciado, conforme se verá em 3.6. O

trabalho na sala de aula, então, deve estar voltado não para a “correção” da forma verbal, mas para uma reflexão sobre o melhor uso, a forma adequada ao que se quer comunicar.

Assim, este capítulo se propõe a apresentar as frases de alunos com inadequações quanto ao uso do Indicativo ou do Subjuntivo e estabelecerá as respectivas regras de usos dos modos verbais. Essas regras, segundo a forma padrão para os textos escritos formais, estabelecer-se-ão basicamente a partir da estrutura de subordinação, uma vez que, no *corpus* analisado, só há um caso de construção “independente”, assim considerada por grande parte dos gramáticos da língua portuguesa. Entretanto, como não estou convencida de que essas construções com Subjuntivo merecem tal classificação categoricamente, vai-se considerar que em frases iniciadas por talvez, por exemplo, subjaz uma construção hipotática, em que houve o apagamento da subordinante.

Inicialmente, tratar-se-á das orações iniciadas por talvez, o modalizador de dúvida estreitamente ligado ao modo Subjuntivo; em seguida, de ocorrências com operadores argumentativos — as chamadas conjunções subordinativas adverbiais — que apresentaram irregularidade nas construções; depois, do modo nas orações completivas, as chamadas “subordinadas substantivas”; e ao final, serão comentados os usos dos modos nas orações relativas, e os efeitos de sentido que o emprego de um outro modo pode produzir.

3.1 A ORAÇÃO INICIADA COM O MODALIZADOR TALVEZ.

FRASES DO <i>CORPUS</i> EXAMINADO
<p>1 – “talvez muitas pessoas nem <u>apreciam</u>.” (PII, 2s)</p> <p>22 – “Talvez <u>esquecemos</u> que podem deixar marcas monstruosas...” (EM – 18)</p> <p>27 – “Esta pergunta talvez jamais <u>poderá</u> ser respondida, mas se o homem aprender...” (EM – 82)</p> <p>28 – “Partindo da máxima ‘errar é humano’ e da Teoria do Caos que dita que o universo tende para a desordem talvez <u>poderíamos</u> justificar a imensa quantidade de erros cometidos ao longo do processo histórico.” (EM – 110)</p> <p>29 – “Não erraria ou tentaria não errar, não teria crises graves e não teria marcas profundas, mas talvez (<i>sic</i>) <u>deixaria</u> de experimentar outro sabor, o sabor talvez amargo, mas experimentaria...” (EM – 120)</p> <p>30 – “Talvez <u>subestimamos</u> neste último século nossa capacidade de resolver problemas.” (EM – 136)</p> <p>34 – “Talvés (<i>sic</i>) tudo <u>poderia</u> ser bem mais fácil se antes de tomar determinada atitude refletisse-se um pouco sobre...” (EM – 176)</p>
FRASES ACEITÁVEIS NA FORMA PADRÃO
<p>1a – Talvez muitas pessoas nem <u>apreciem</u>.</p> <p>22a – Talvez <u>esqueçamos</u> que podem deixar marcas monstruosas...</p> <p>27a – Esta pergunta talvez jamais <u>possa</u> ser respondida, mas se o homem aprender...</p> <p>28a – ... talvez <u>pudéssemos</u> justificar a imensa quantidade de erros cometidos ao longo do processo histórico.</p> <p>29a – [Não erraria ou tentaria não errar, não teria crises graves e não teria marcas profundas], mas talvez <u>deixasse</u> de experimentar outro sabor...</p> <p>30a – Talvez <u>tivéssemos</u> subestimado neste último século nossa capacidade de resolver problemas.</p> <p>34a – Talvez tudo <u>pudesse</u> ser bem mais fácil, se...</p>

Nas redações examinadas para este trabalho, o maior número de ocorrências de uso inapropriado de modos verbais, mais especificamente do uso do Indicativo pelo Subjuntivo, dá-se com orações iniciadas pelo advérbio talvez. Em textos escritos, o grau de formalidade é maior, o que nem sempre é observado por

estudantes, que se utilizam das formas próprias do discurso oral, no qual o número de casos de emprego do Indicativo é maior, em suas redações escolares.

O Subjuntivo em frases independentes, entendidas aqui como o processo sintático em que a seqüência de sintagmas se organiza em torno de apenas um eixo verbal (Azeredo, 2001), traduz, conforme Cunha e Cintra (1985), a idéia de:

a) desejo:

(36) *Deus te ajude!*

b) dúvida:

(37) *Uma palavra talvez mudasse sua opinião.*

c) ordem:

(38) *Que limpem tudo o mais rápido possível.*

d) proibição:

(39) *Que não entrem sem ingressos.*

Em primeiro lugar, há que se examinar o que se define por oração dependente e oração independente, o que são as frases simples e as compostas, ou complexas, e ainda a relação entre a sintaxe e a semântica das frases. Frase e oração são conceitos que não raro se entrecruzam, mas se nossa perspectiva é a gramatical, na extensão da sintaxe a frase é a menor unidade de comunicação, enquanto por oração se tem uma frase formada por dois termos — o sintagma nominal, sujeito, e o sintagma verbal, predicado (ainda que haja teorias que admitam as orações sem sujeito, essas construções não serão consideradas para este trabalho).

Tomada como oração cada predicação, ou unidade predicativa (Vilela e Koch, 2001), serão frases simples os enunciados de (36) a (39) acima. No entanto, essas frases simples são modalizadas, isto é, revelam a intenção do falante expressa no uso Subjuntivo. E, ainda que haja apenas um eixo verbal, no plano da enunciação elas apresentam uma enunciação pressuposta (entre colchetes):

(36a) *[Eu desejo que] Deus te ajude!*

(38a) [Eu ordeno] *Que limpem tudo o mais rápido possível.*

(39a) [Eu exijo] *Que não entrem sem ingressos.*

Não é outra a razão de ser comum nesse tipo de expressões de convicções e anseios dos falantes que se utilizem do nominalizador — a conjunção que, elemento gramatical da língua utilizado como “recurso para encaixar uma oração dentro de um SN⁴”, na definição de Perini (1996:133). Note-se que as frases simples em que o advérbio talvez se antepõe ao verbo prescindem desse conectivo, o que reforça a idéia de que esse advérbio é o equivalente sintático e semântico de é possível que. A equivalência com as frases complexas, ou o período composto por subordinação, a que se faz menção aqui, demonstra a relação que se pode estabelecer entre as chamadas frases simples, com verbo no Subjuntivo, e as frases complexas cujos núcleos do predicado da oração principal selecionam o modo Subjuntivo na oração subordinada. A ocorrência de Subjuntivo em orações absolutas pode ficar, então, restrita a duas circunstâncias: ou quando há uma oração subordinante subentendida, ou quando se emprega o advérbio talvez à esquerda do verbo a que se refere.

Note-se que em (38a) e em (39a) o próprio nominalizador (que pressupõe uma outra oração) é explícito. Nesse tipo de construção, em que a subordinante passa por um apagamento, o modo verbal geralmente é considerado como modo Imperativo.

A frase (37) traz uma ocorrência com a anteposição do advérbio talvez ao NdP⁵, e é interessante observar o que acontece com outros modalizadores de igual valor semântico, como possivelmente, acaso, porventura, quicá.

⁴ Em Perini (*op. cit.*), SN = sintagma nominal.

⁵ Tomo a abreviatura NdP, núcleo do predicado, de Perini (*ibidem*).

- (40) *Uma palavra quiçá mudasse sua opinião.*
(41) *Uma palavra acaso mudasse sua opinião.*
(42) *Uma palavra porventura mudasse sua opinião.*
(43) *Uma palavra possivelmente mudasse sua opinião.*

Nesses exemplos, a posição do advérbio importa para a seleção do modo verbal, além de claramente possibilitar leituras diferentes, uma vez que o seu deslocamento para a direita ocasiona uma pequena alteração no entendimento da frase. Confira-se *uma palavra possivelmente mudou sua opinião* em contraste com *uma palavra mudou possivelmente sua opinião*. Com efeito, não é aceito em português o Subjuntivo com o advérbio talvez à direita do verbo, como em (21a), ao passo que esse modo é o obrigatório se o advérbio fica à esquerda do verbo.

- (37a) *Uma palavra mudou, talvez, sua opinião.*
(40a) *Uma palavra mudou sua opinião, quiçá.*
(42a) *Uma palavra mudou, porventura, sua opinião.*

Reiterando o que já se mencionou anteriormente, o Subjuntivo após talvez sugere o caráter subordinado da oração, como em (37c). Com efeito, se compararmos a frase (37) com (37a), em que o advérbio está à direita do verbo a que se refere, ele já não equivale a uma oração principal de natureza modal (*é possível que*)

- (37b) **Uma palavra mudou, é possível que, sua opinião.*
(37c) *Uma palavra é possível que mudasse sua opinião.*

3.1.1 A determinação em relação ao SV e em relação ao enunciado.

Segundo Santos (2003) em estudo sobre o modo Subjuntivo, há determinações externas ao sintagma verbal que devem ser levadas em conta na descrição desse modo. Uma delas é o caso em que o verbo no modo Subjuntivo “não estabelece qualquer relação de determinação em relação a outro sintagma verbal, ou seja, quando não é expansão de [SVNP] e possui ele próprio o estatuto de núcleo predicativo”, em outras palavras, o que se considera oração independente ou frase simples. Segundo essa autora, mediante alguns testes com frases aceitas na língua, pode-se considerá-lo realmente independente (cf. Santos, 2003:354-355). Entre essas frases, encontra-se uma com o advérbio talvez⁶, além de outra em que o modo é o considerado Imperativo, por nossas gramáticas.

Na avaliação da autora, não é o advérbio que “pede” o Subjuntivo; o fato de ocorrer um verbo no Subjuntivo posposto ao advérbio talvez resulta da combinação entre um traço significativo de “não-afirmação”, do Subjuntivo, com os traços de “desejo” e “possibilidade” do advérbio, “combinação essa que é, por sua vez, apoiada pelas relações de determinação do ‘conjuntivo’ em relação ao monema verbal [...]” (*op. cit.*, p. 357). Portanto, numa perspectiva sintática, é pela posição da palavra talvez, ao determinar apenas o núcleo predicativo, que se justifica o Subjuntivo na oração; mas, ao se tornar um elemento enunciativo, modificando todos os elementos da frase, o advérbio frásico, essa determinação não se sustenta. Assim, em posição à esquerda do verbo, o advérbio antecipa o valor modal do ponto de vista

⁶ A autora inclui também uma frase em que a palavra oxalá, que consta em nossas gramáticas como interjeição, aparece com o mesmo valor morfossintático de talvez. O que confirma a natureza subordinada da oração com Subjuntivo, uma vez que oxalá é originada etimologicamente (segundo Houaiss, 2001) do “árabe *in xálláh* ‘se Deus quiser’ ou, mais provavelmente, do ár. *wa xálláh* (pronunciado comumente *wo xálláh*) ‘e queira Deus’, provavelmente pelo espanhol (primeiro registrado em 1495)”.

do falante, como em (37), mas a obrigatoriedade de se correlacionar deixa de existir se o conteúdo de “possibilidade” ou “dúvida” só é apresentado após uma afirmação do falante, em (37a).

Em uma frase encontrada na obra, citada nesta seção, de Santos, nota-se esse uso do advérbio, cujo valor é de pôr em dúvida a causa de uma asserção — *por isso*. Assim, o Indicativo do verbo opor e do ser se justifica em (*op. cit.*, p. 309):

(43) *É talvez por isso que, à primeira vista, a ideia de selecção não se opõe frontalmente à de determinação [...].*

Em cotejo, não se aceitaria:

(43a) **Talvez é por isso que, à primeira vista, a ideia de selecção não se opõe frontalmente à de determinação [...],*

mas:

(44) *Talvez seja por isso que, à primeira vista, a ideia de selecção não se oponha frontalmente à de determinação [...],*

A atitude do falante fica então marcada como de dúvida em relação ao seu enunciado com o modalizador talvez em posição anteposta ao verbo, não se aceitando em situação formal, sobretudo na escrita, o emprego do Indicativo em frases independentes com talvez antecedendo a forma verbal.

Brito (2003:423) afirma que,

os advérbios modais (*possivelmente, plausivelmente, certamente, talvez, etc.*) incluídos na gramática quer nos ‘advérbios de modo’ quer nos ‘advérbios de dúvida’, têm em comum exprimirem uma modalidade de tipo alético ou epistémico [...]. Caracterizam-se pela mobilidade e por serem advérbios frásicos [...] Mas há uma importante diferença entre eles: talvez em posição pós-verbal co-ocorre com o verbo no indicativo e em posição pré-verbal seleciona conjuntivo; os outros advérbios não conduzem ao conjuntivo: (sublinhado meu).

Essa diferença que leva a comportamentos sintáticos tão distintos de palavras com o mesmo valor semântico deve ser levada em conta justamente pelo caráter de maior gramaticalidade de talvez em relação a seus sinônimos e, portanto,

uma vinculação mais estreita ao modo Subjuntivo. Em outras palavras, perdida a idéia original de palavra composta em fases anteriores da língua — segundo Silveira (1960: 134) do lat. *tali vice* — com a idéia de “alguma vez”, “uma certa vez”, passa a “ter a acepção dubidativa” por volta do séc. XIX (Cunha, 1982), e então já gramaticalizado o vocábulo talvez ganha maior peso quanto à modalidade. O que já não se dá com os advérbios de formação derivada com o sufixo -mente, que, por pertencerem ao rol de itens lexicais da língua, estariam mais vinculados ao Indicativo, ficando assim mais lexicalizada a idéia da dúvida do falante. Não se deve esquecer que o Indicativo é o modo não-marcado em relação ao Subjuntivo.

Dentre as sete frases encontradas, do *corpus*, em que não está empregado o modo Subjuntivo com o verbo antecedido pelo advérbio talvez, deve-se salientar que, em quatro delas, o tempo verbal é o futuro do Indicativo, e dentre essas, uma apenas no futuro do presente do Indicativo. Observa-se então que a atitude do falante modalizada pelo advérbio em posição inicial tem uma relação semântica com o tempo verbal utilizado.

Com efeito, o futuro do pretérito do Indicativo em português, além da idéia de um acontecimento posterior a outro no passado, tendo como ponto de referência do fato o passado em relação ao momento da enunciação — *Nós iríamos ao cinema, mas com o temporal de ontem resolvemos ficar em casa.* (PR passado, indicado por ontem, e ME presente) —, reveste-se de um valor hipotético (a forma iríamos indica que a ação está vinculada à hipótese de não chover). Do mesmo modo, o futuro do presente do Indicativo, não encerrando um valor de típica facticidade, já que “seu valor de verdade não pode ser determinado no momento da enunciação” (Fiorin, 2002:154), faz com que a ele se vincule um caráter modal.

REGRA – O advérbio talvez anteposto ao verbo a que ele se refere seleciona a forma do modo **Subjuntivo**, ficando, no entanto, no **Indicativo**, se esse advérbio vier posposto ao verbo a que se refere.

3.2 A ORAÇÃO INTRODUZIDA POR PORQUE E SINÔNIMOS.

FRASE DO <i>CORPUS</i> EXAMINADO
31 – “[Se não errarmos, desconheceremos o que é ser correto, logo devemos ser corretos, respeitando a todos.] <u>Pois assim</u> sentimentos como amizade e amor, que para muitos indivíduos não possuem mais sentido, <u>volte</u> a ser comum entre as pessoas refletindo nas relações.” (EM – 143)
FRASES ACEITÁVEIS NA FORMA PADRÃO
31a – <u>Pois assim sentimentos</u> como amizade e amor[, que para muitos indivíduos não possuem mais sentido,] <u>voltarão</u> a ser comuns entre as pessoas... 31b – <u>Pois assim sentimentos</u> como amizade e amor[, que para muitos indivíduos não possuem mais sentido,] <u>talvez voltem</u> a ser comuns entre as pessoas... 31c – <u>Pois assim sentimentos</u> como amizade e amor[, que para muitos indivíduos não possuem mais sentido,] <u>voltariam</u> a ser comuns entre as pessoas...

As orações iniciadas pelas conjunções porque e pois estão entre as classificadas tanto na parataxe quanto na hipotaxe. E não se vê um caso de sinonímia entre a conjunção introdutora da coordenada explicativa e a da subordinada adverbial causal. Esses conceitos muitas vezes são confundidos pelos alunos, por serem ensinados levando-se em conta apenas o critério sintático. Mas é no plano do discurso que a distinção se torna inequívoca⁷.

A coordenação de orações implica a organização frasal em que as orações mantêm uma independência sintática, e a subordinação se caracteriza por construções em que uma oração, ou mais de uma, a subordinada, é constituinte de outra, a subordinante, ou oração principal, na tradição gramatical. Essa relação de dependência, se por um lado se considera no plano da sintaxe, no da semântica nem

⁷ Cf. Oliveira (2001, Unidade V, Texto 18).

sempre fica muito clara. Na verdade, pode-se reconhecer nas orações constituintes de “*Terezinha de Jesus deu uma queda, foi ao chão*” duas estruturas oracionais independentes sintaticamente, mas a segunda como seqüência semântica necessária da primeira, do mesmo modo que não se delimitam muito bem os vínculos sintáticos de *Os alunos não fazem a prova a caneta, pois o professor não é exigente*. Volta-se à noção de dependência e independência.

Como informa Azeredo (2001), palavra, sintagmas e orações se ligam no discurso por suas relações semânticas, relações essas nem sempre explicitadas por meio de elementos coesivos, os transpositores, pronomes, advérbios, concordância, etc. É muito comum, principalmente na modalidade falada, as pausas e a entonação estabelecerem os elos que serão intuídos pelo interlocutor, por força de fatores extralingüísticos, os culturais, por exemplo. Mas “intuídas ou explícitas, as associações se estabelecem tanto entre os constituintes da oração — e neste caso são fundamentalmente sintáticas — como entre orações — e neste caso são fundamentalmente discursivas *strictu sensu*” (itálico no original. *op. cit.*, p. 48). Assim, as ligações sintáticas se darão no plano da subordinação e as discursivas no plano da coordenação, o que nos permite afirmar que quanto maior o grau de gramaticalização maior será a vinculação sintática dos termos da oração.

Perini (1996) considera que “em muitos casos, a coordenação se aproxima dos fenômenos discursivos, muito menos dependentes da estrutura interna das formas lingüísticas e baseados, em vez disso, de preferência em fatos semânticos e cognitivos em geral”. E, indo além, o autor revela até ser “praticamente impossível” tratar da coordenação dentro da sintaxe, descrevendo a estrutura da coordenação por suas marcas formais.

Estudar-se o modo verbal levando em conta apenas a estrutura oracional, embora funcione, na maior parte das vezes é insuficiente, pois há orações independentes, coordenadas e absolutas, que trazem o verbo no modo Subjuntivo. Quanto ao fato de nem todas as orações subordinadas apresentarem o verbo no Subjuntivo, explica-se por ser o modo Indicativo o não-marcado, podendo invadir, portanto, os espaços em que se expressa a hipótese ou o não-realizado.

Mesmo considerando que a distinção entre coordenação e subordinação

tem um fundamento formal/funcional, que inclui a posição hierárquica das unidades associadas e o lugar dos instrumentos dessa incorporação: incorporado ao segmento subordinado – no qual funciona como *transpositor* – ou interposto aos segmentos associados – situação típica dos *coordenantes* (Itálico no original – Azeredo (2001:51),

a análise apoiada na visão discursiva pode resolver alguns desses impasses. Até mesmo porque alguns desses transpositores e ordenantes adquirem a mesma forma, embora com valores sintáticos e semânticos bem distintos no discurso. É o caso da conjunção se, que nossa tradição escolar denomina conjunção subordinativa condicional. Um estudo voltado para o aspecto discursivo das conjunções em Azeredo (2001:98) aponta para uma abordagem em que as conjunções são agrupadas por seu valor semântico.

Da mesma forma, encontra-se em Oliveira (2001:64) com uma ampliação desses elementos de ligação, dentre os quais se encontra o “grupo da causalidade — explicativas, causais e condicionais”. Desse modo, a oração iniciada por pois ou porque pode introduzir uma causa de um fato, e nesse caso tem-se a seqüência de orações *A pois B*, em que *A* é a conseqüência e *B*, o fato, como em exemplo inspirado no do autor:

(45) *O chão está molhado pois choveu*

ou introduzir uma oração que explica, ou justifica a enunciação da oração anterior, em exemplo sugerido por Oliveira (2001:72) ainda:

(46) *A atitude da menina foi estranha, pois ninguém a estava ameaçando,*

em que **A** *pois* **B** indica que **A** não chega a ser um fato; é antes uma opinião do locutor, portanto uma “tese”, e **B**, a justificativa, ou o argumento orientado para essa tese. Na verdade, o espaço da argumentação é fronteiro entre a objetividade e a subjetividade, já que quem argumenta está no limite entre a objetividade de quem precisa persuadir o interlocutor da veracidade — portanto da validade lógica — de uma tese e a subjetividade de quem usa todos os elementos — sobretudo os emocionais — para fazer valer o seu ponto de vista. Neste sentido, então, pois é um operador argumentativo com a característica de se aproximar da realidade, da factualidade.

Na frase do *corpus*, na caixa ao início do capítulo, observa-se que o locutor inicia o período com uma justificativa para a oração anterior: “*devemos ser corretos, respeitando a todos*”, “*Pois assim...*”. No entanto, há dois aspectos da organização frasal que devem ser notados. Em primeiro lugar o caráter de independência sintática próprio das orações coordenadas transparece na forma de apresentação no texto: a justificativa para a idéia posta anteriormente é uma oração independente. Por outro lado, essa justificativa aponta para uma idéia de futuridade — pois, se agirmos dessa maneira, algo acontecerá; pois assim equivale semanticamente a desta forma, um operador discursivo que pode indicar algo que ainda vai acontecer.

Por outro lado, construções com oração iniciada por porque podem indicar uma causa negada em favor de outra, e nesses casos as cláusulas causais é que serão negadas, ainda que a negação esteja na oração subordinante.

Cotejando-se as frases a seguir, o escopo da negação mostrará que em (47) é a causa (*porque precisasse de dinheiro*) da primeira asserção (*quis fazer o trabalho*) que está sendo negada, em favor de outra que pode estar declarada ou não, por isso o Subjuntivo na causal; já em (48) é a primeira asserção que está sendo negada. Assim, em (47) afirma-se que se *quis fazer o trabalho*, por algum motivo, e em (48) nega-se que se *quis fazer o trabalho*.

(47) Não quis fazer o trabalho porque precisasse de dinheiro. (mas porque ele me pareceu interessante)

(48) Não quis fazer o trabalho, porque / pois preferi viajar no fim de semana.

O modo verbal pode ser mais uma porta para se estabelecer a distinção semântica entre as conjunções porque e pois introdutoras de causa ou de explicação: nas coordenadas explicativas não há possibilidade de Subjuntivo, a menos que seja frase com talvez à esquerda do verbo a que se refere, conforme já descrito em **3.1**.

Tendo em vista, então, a independência gramatical da oração iniciada por pois (a **31** do *corpus* analisado), caracterizando-a como uma oração coordenada, o verbo deve ficar no futuro do presente ou no futuro do pretérito do Indicativo. A escolha por um ou outro tempo se daria de acordo com a atitude de expectativa ou de hipótese, respectivamente, do falante.

REGRA: As orações iniciadas por porque e pois, e sinônimos, quer de valor explicativo, quer causal terão o verbo no **Indicativo**; o **Subjuntivo** será usado com talvez à esquerda do verbo ou nas construções causais em que há causa negada em favor de outra.

3.3 A ORAÇÃO INICIADA POR EMBORA E SINÔNIMOS.

FRASES DO <i>CORPUS</i> EXAMINADO
<p>8 – “<u>Embora</u> a imprensa <u>faz</u> com que a mulher esteja em destaque, as pessoas em geral ainda têm aquelas velhas idéias que devem permanecer por muitas décadas a frente.” (PII, 2s)</p> <p>13 – “<u>Embora</u> em nosso mundo de hoje, <u>é</u> difícil ser adulto...” (PII, 2s)</p> <p>24 – “... <u>embora sabemos</u> que alguns podem ser perfeitos em algumas áreas, <u>embora</u> não <u>serão</u> em todos os sentidos da vida...” (EM – 49)</p> <p>38 – “O texto II é dissertativo, <u>embora está</u> na 1ª pessoa, o narrador apresenta um fato e argumenta sobre ele.” (EM – Vest. UERJ/2004)</p>
FRASES ACEITÁVEIS NA FORMA PADRÃO
<p>8a – <u>Embora</u> a imprensa <u>faça</u> com que a mulher esteja em destaque...</p> <p>13a – <u>Embora</u> em nosso mundo de hoje <u>seja</u> difícil ser adulto.</p> <p>24a – [...] <u>embora saibamos</u> que alguns podem ser perfeitos em algumas áreas, <u>embora</u> não <u>sejam</u> em todos os sentidos da vida [...]</p> <p>38a – O texto II é dissertativo, <u>embora esteja</u> na 1ª pessoa, [...]</p>

A oração iniciada pela conjunção embora, assim como por seus equivalentes semânticos ainda que, mesmo que, é classificada como oração subordinada adverbial concessiva. Além de o Subjuntivo ser o modo verbal da hipotaxe, ou subordinação, a exigência sintática do modo verbal, no caso das concessivas, produz fortes efeitos argumentativos na frase, o que seria uma interessante abordagem na sala de aula.

Conforme mencionado em 3.2, estudos recentes baseados em aspectos discursivos dos elementos gramaticais apontam para uma nova sistematização dos conectores nas estruturas oracionais em português. Assim, as relações semânticas que as orações estabelecem no texto se explicitam por meio de coordenantes e

subordinantes, que são gramaticalmente advérbios e locuções adverbiais, conjunções e locuções conjuntivas — coordenativas e subordinativas —, preposições e locuções prepositivas; e cabe mencionar que alguns autores incluem o pronome relativo entre os conectivos⁸, por ele “caracterizar uma oração subordinada”⁹.

E aqui se pode fazer uma distinção entre os elementos de coesão interoracional que expressam as diferentes relações sintático-semânticas e os de valor apenas sintático, como é o caso da conjunção denominada pela tradição gramatical **integrantes** ou **nominalizador** por alguns autores e **complementatizador** por Perini (1996:177). Efetivamente, em contraste com um elemento de ligação como em:

(49) *Todos sabem que o avião partiu há três horas,*

em que o subordinante “que” não tem outro valor além do sintático, há conjunções, como na frase:

(50) *Todos sabem de tudo, embora finjam que nada aconteceu,*

cujos valor semântico, além do sintático, é evidente.

Desta forma, Oliveira (2001:65) agrupa as conjunções segundo “critério de afinidade semântica, como fazem, entre outros, Charaudeau (1992:493-550) e Azeredo (1990:97-107)”, em sete grupos, dentre os quais o “grupo da oposição – constituído pelas conjunções adversativas, concessivas e opositivas (estas, não mencionadas pela NGB)”. E deve-se destacar o fato de que, ainda que de forma tímida, já se está utilizando esse novo critério para os estudos das orações complexas nas atividades de ensino de língua materna no âmbito das escolas de Ensino Fundamental e Médio, com as atividades com leitura e produção de textos, levando em conta a coesão e a coerência como elementos fundamentais para o

⁸ Como Azeredo (2002:219), que afirma sobre o pronome relativo: “Esta espécie de *pronome que é ao mesmo tempo um conectivo chama-se pronome relativo.*” (itálico no original)

⁹ In: Vilela e Koch (2001:226).

estabelecimento de sentido, para além da análise exclusivamente gramatical, no sentido restrito.

3.3.1 As conjunções contrastivas embora e mas no modo argumentativo de organização do discurso.

Fazem parte do grupo das conjunções do grupo da oposição, de acordo com Oliveira (2001), as concessivas, as adversativas e as opositivas. Essa reunião, de configuração semântica, já difere da tradicional, que relaciona as conjunções à estrutura oracional. E, na verdade, do ponto de vista estritamente gramatical, nem sempre fica clara aos alunos do nível fundamental ou médio a distinção entre as orações adversativas e as concessivas, já que ambas operam idéias contrastantes ou opostas.

Sob o aspecto discursivo, é a relação entre as proposições que manifestam as intenções do falante que caracteriza a argumentação. As relações argumentativas de um texto implicam a apresentação de explicações, justificativas, razões (Koch, 2002), e ainda idéias opositivas em relação aos enunciados anteriores. Como componente lingüístico que articula proposições em frases complexas, embora é um dos conectores que estabelecem relação de oposição, entendida como quebra de expectativa em relação ao que foi proposto na oração principal, muitas vezes considerado sinônimo de mas, conjunção adversativa. Mas há que se considerar que seu uso não está sujeito à mera escolha, pelo falante, de uma estruturação sintática, e sim a papéis diferenciados na organização discursiva.

Como marcas lingüísticas da enunciação, segundo a Semântica Argumentativa, para que se entenda o seu papel discursivo, é necessário recorrer às idéias de concessão e restrição. A concessão é “um recurso discursivo através do qual o argumentador concede razão a uma tese contrária à dele, ou a um argumento a ela favorável, dando a impressão de certa empatia para com o ponto de vista da outra parte”, nas palavras de Oliveira (2001:86). A interlocução pode se dar no âmbito interpessoal, em que a tese contrária vem imediatamente do interlocutor, ou no caso de texto escrito, que não epistolar ou equivalente, como artigos de jornais, artigos acadêmicos ou redações escolares, por exemplo, na forma de uma verdade socialmente admitida e repartida, fato confirmado ou mesmo declarações de autoridades constituídas. E a restrição é o argumento mais forte em favor da tese que se defende, conforme Oliveira (*op. cit.*).

Assim, num exemplo baseado em frase do *corpus* para este trabalho:

(51) O texto II está na 1ª pessoa, mas é dissertativo, pois o narrador apresenta um fato e argumenta sobre ele.

a verdade compartilhada (é constatação geral que as formas verbais e pronomes do texto II estão na 1ª pessoa) é a concessão e a proposição iniciada por mas é a restrição, o argumento em favor da tese defendida pelo locutor de que o que vale para a sua caracterização textual é o seu caráter de referencialidade.

Sabe-se que os textos dissertativos se pretendem mais impessoais do que os com uma carga de afetividade mais acentuada, como os do gênero epistolar ou mesmo os poéticos. Portanto, dentre as características desse tipo de organização textual, está a presença de pronomes e verbos flexionados na 3ª pessoa. No caso, o autor da frase estaria defendendo a tese de que o texto deve ser considerado dissertativo, “pois apresenta um fato e argumenta sobre ele”.

Caso o autor da frase (51) queira levar o interlocutor a concluir que, mesmo apresentando teses e argumentos, o texto deve ser classificado dentro de um gênero marcadamente pessoal, usaria a forma:

(52) *O texto II é dissertativo, mas está na 1ª pessoa.*

em que o seu argumento mais forte (frase iniciada por mas) estaria voltado para incluir o “texto II” na categoria de textos mais subjetivos¹⁰.

Dessa forma, em construções como (51) e (52) — **A, mas B** —, há três constituintes, dos quais dois estão expostos — a **concessão** e a **restrição** — e um terceiro está implícito e consiste na negação de uma consequência do inicialmente admitido — a **consequência negada da concessão**. E, segundo Oliveira (*op. cit.* p. 87),

a **restrição** é favorável à **tese do argumentador** e nega uma consequência “indesejável” da concessão, tornando-se argumentativamente mais forte do que esta, pelo simples fato de desempenhar no texto o papel de restrição. Isso significa que **A mas B** equivale a **A mas (o que importa é) B** (negritos no original).

Tanto a concessão quanto a restrição são tidas como assertivas verdadeiras pelo falante, o que determina o Indicativo, em termos semânticos, além do fato de a construção estabelecer duas proposições sintaticamente coordenadas, portanto independentes, sendo o mas um operador discursivo. Por outro lado, há construção em que o par **restrição/concessão** pode se estruturar com a conjunção embora e sinônimos, ou seja, pelas conjunções subordinativas concessivas, como na frase do *corpus*, já agora modificada para a forma aceitável gramaticalmente:

(53) *O texto II é dissertativo, embora esteja na 1ª pessoa.*

¹⁰ Essa noção de mais ou menos pessoalidade dos textos é a explorada nas aulas de produção de textos para distinguir a função emotiva da linguagem ou a função poética (textos poéticos, literários, de maneira geral), da função referencial, predominante nos textos jornalísticos e ensaios acadêmicos), segundo R. Jakobson

Neste caso, a concessão é que está introduzida pela conjunção, sendo verbalizada sob a forma de uma oração subordinada, portanto sintaticamente dependente de uma subordinante.

Ainda que pareçam similares por apresentarem proposições em relação semântica equivalente (em ambas há a aceitação de uma verdade comum, a concessão, e uma restrição do argumentador quanto à importância dessa verdade), o que se nota agora é que, ficando a concessão numa oração subordinada, sendo marcada pela conjunção, porém avaliada pelo falante como uma asserção de menor importância, ou uma verdade menor diante da restrição, seu verbo fica no Subjuntivo, o modo da não-realidade, das realidades de menor importância.

A vinculação entre concessão e restrição está no fato de que a primeira cria uma expectativa que acaba frustrada pela segunda. Tomando uma outra frase (a 8) da caixa:

(54) Embora a imprensa faça com que a mulher esteja em destaque, as pessoas em geral ainda têm aquelas velhas idéias...

seria de se esperar que “as pessoas em geral” mudassem de idéia, uma vez que “a imprensa” faz “com que a mulher esteja em destaque”, o que na realidade acaba não acontecendo, segundo a restrição que apóia o argumento do enunciador (as pessoas ainda pensam como no passado). É fato que a imprensa destaca o papel da mulher, mas o fato de maior peso é que as pessoas não mudam suas opinião sobre esse papel.

Ao escolher uma estrutura oracional de subordinação, com a cláusula adverbial iniciando a enunciação, pode haver uma inicial quebra de expectativa, ao passo que a coordenação sugere que o conflito vem ao final. Além desse recurso da linearidade das frases, é interessante que se perceba o papel do modo verbal na relação entre essas assertivas. Ao usar a conjunção mas, o falante sabe que a

restrição vem sempre após a concessão, o que já não acontece com a construção subordinada, em que a oração iniciada por conjunção concessiva pode vir antes ou depois da principal. Com efeito, a ordem das orações na estrutura de coordenação é determinante para o sentido do enunciado, talvez daí a razão da independência sintática das orações coordenadas.

A conjunção embora iniciando a concessão — daí a denominação gramatical de concessiva — caracteriza que:

- a ordem das orações não interfere no sentido da totalidade da frase (característica da subordinação);
- o verbo fica no Subjuntivo, o que lhe confere o *status* de oração subordinada.

Além do mais, o uso do Subjuntivo com as concessivas advém do fato de a verdade admitida (concessão) ter sua importância minimizada, já que o argumentador se utiliza da restrição para dar força à sua tese, o que leva a assertiva iniciada por embora para um estágio entre a realidade e a irrealidade. Em outra medida, a decisão de se iniciar um enunciado indica, nas palavras de Guimarães (2002:121), que:

a estratégia estabelece como começo algo que é dado como não predominante, algo que se nega como argumentação decisiva. Assim o tema já antecipa que o que se vai dar no comentário é que é predominante. Deste modo, aqui o que se põe como espaço de acordo inicial é posto como não sustentável na organização argumentativa. (grifo meu)

3.3.2 *Graus de hipótese das orações concessivas.*

Considerando que “as conjunções produzem uma avaliação enunciativa que mobiliza duas orações” (Guimarães, 2002:190), algumas nuances semânticas poderão ser percebidas no uso das diferentes conjunções concessivas. Assim, de acordo com o conector escolhido, na relação entre a subordinada e a principal, a concessiva pode ser a expressão do factual minimizado, do hipotético, ou do contrafactual, esta última forma de expressão da concessividade já explorada na seção anterior.

Considerem-se as seguintes frases em contraponto com a (54):

(55) *Mesmo que a imprensa destaque o papel da mulher, as pessoas em geral ainda terão aquelas velhas idéias...*

(56) *Mesmo que a imprensa destacasse o papel da mulher, as pessoas em geral ainda teriam aquelas velhas idéias...*

Os exemplos (55) e (56) apresentam um conteúdo semântico na subordinada iniciada pela conjunção mesmo que claramente hipotética, enquanto na iniciada por embora afirma-se o que a imprensa faz, na realidade, minimizando, contudo, o argumento. A relação, então, entre as proposições de cada enunciado considerado acima é de concessividade, mas a operação leva em conta os graus de hipótese da proposição encabeçada pela conjunção. Azeredo (2001:104), tratando dos sintagmas adverbiais concessivos, destaca o fato de que

os verbos das orações introduzidas por embora, ainda que, mesmo que, sem que, conquanto, posto que assumem forma subjuntiva. Se bem que constrói-se normalmente com subjuntivo, mas admite indicativo se a oração que introduz se pospõe à oração base. Apesar de que ocorre com indicativo.

Pode-se perceber daí que, ainda que todas concessivas, essas conjunções não possuem o mesmo valor semântico. Vejam-se as seguintes construções com

concessivas utilizando apenas os três primeiros conectores da lista de Azeredo (*op. cit.*):

(57) Mesmo que ele estude muito agora, não conseguirá boa colocação no concurso.

(58) Ainda que ele estude muito agora, não conseguirá boa colocação no concurso.

(59) Embora ele estude muito agora, não conseguirá boa colocação no concurso.

Em (57) e (58), há um valor semântico de hipótese mais acentuado na proposição concessiva: mesmo que e ainda que trazem a idéia de que o fato não se realiza, sendo apenas potencial, mas em (59) temos certeza de que o sujeito está realmente estudando no momento, mas mesmo assim não conseguirá o que almeja. Afinal, embora introduz uma concessão, que tem o caráter factual minimizado. As locuções conjuntivas mesmo que e mesmo se — e não é por acaso que além de se combinar com que, mesmo forma locução com se — são os mais representativos das concessivas hipotéticas, por sua configuração semântica contrastiva e condicional. Observe-se que, tendo em vista a coerência entre as proposições, a oração introduzida por mesmo que traz o verbo no pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito ou no presente do Subjuntivo, mas não comporta o futuro do Subjuntivo, ao passo que a iniciada por mesmo se já não tem o verbo no presente do Subjuntivo, e sim no futuro e nos outros tempos do Subjuntivo.

E aqui é interessante notar a implicação do esquema modo-temporal nessa modalização. Cotejem-se os exemplos acima em diferente perspectiva temporal, a da anterioridade:

(57a) Mesmo que ele estudasse muito, não conseguiria boa colocação no concurso.

(58a) Ainda que ele estudasse muito, não conseguiria boa colocação no concurso.

(59a) Embora ele estudasse, não conseguiria boa colocação no concurso.

Entre (59) e (59a), não há a mesma equivalência semântica, em que só se alterou a perspectiva temporal, como ocorre entre (57) e (57a), e entre (58) e (58a). O verbo no pretérito imperfeito do Subjuntivo da oração iniciada por embora não produz um efeito de sentido tão eficaz, ao concordar com o futuro do pretérito do Indicativo, como nas orações iniciadas pelas conjunções mesmo que e ainda que, por terem estas o valor de factualidade em menor grau, com valor hipotético mais acentuado do que aquela.

A factualidade fica clara com apesar de que e se bem que iniciando uma concessiva com “grau mínimo de hipótese”, segundo Azeredo (*op. cit.*), conforme se vê em:

(60) Não conseguirá boa colocação no concurso, se bem que estudou bastante.

(61) Não conseguirá boa colocação no concurso, apesar de que estudou bastante.

Nestes casos, o futuro do Indicativo, traduz uma expectativa de realidade, é o tempo que se conforma melhor à idéia da proposição concessiva. Com o futuro do pretérito do Indicativo, ficaria reforçado o valor hipotético da proposição. Comparem-se:

(60a) Não conseguiria boa colocação no concurso, se bem que tivesse estudado bastante.

(61a) Não conseguiria boa colocação no concurso, apesar de que tenha estudado bastante.

Desta forma, não apenas o valor semântico das conjunções é determinante para a relação que se estabelece entre a oração concessiva e a sua

principal, como ainda a correspondência entre tempo e modo dos verbos das proposições que se inter-relacionam.

REGRA – A oração iniciada por **conjunção concessiva** determina o uso do modo **Subjuntivo**, no presente, no pretérito imperfeito ou mais-que-perfeito, obedecendo à *consecutio temporum*.

Obs.: para o **Indicativo** podem levar o verbo: (a) facultativamente orações concessivas iniciadas por se bem que ou apesar de que podem facultativamente (opção mais coloquial); (b) e ainda as orações iniciadas pelo se concessivo – como em “se não fez o bem, também não fez o mal”.

3.4 AS CONSTRUÇÕES POTENCIAIS INTRODUZIDAS POR SE E QUANDO.

FRASE DO <i>CORPUS</i> EXAMINADO
<p>4 – “... se todos <u>pensarem</u> do mesmo jeito nós <u>teríamos</u> um país melhor...” (EF, 1s)</p> <p>5 – “<u>Se</u> o dinheiro <u>trouxesse</u> tanta alegria, <u>porque</u> será que <u>existe</u> pessoas ricas, milionárias mau-humoradas; sem um belo sorriso no rosto?” (EF, 1s)</p> <p>7 – “É claro que sempre haverá um certo espanto, <u>quando</u>, por exemplo, <u>falar-se-á</u> em uma torneira mecânica ou então um dono de casa.” (PII, 2s)</p> <p>9 – “se a cada planta que retirar-mos de um certo lugar, <u>for</u> plantada três no lugar desta, o mundo não <u>sofreria</u> danos, os seres <u>iriam</u> poder desfrutar das maravilhas que há dentro das florestas e matas e a natureza com certeza <u>iria</u> agradecer cada vez mais.” (PII, 2s)</p> <p>23 – “É mas se a pessoa por causa dessa boa solução, ela <u>entre</u> numa crise imaginária?” (EM – 16)</p> <p>33 – “digo que não pois é durante elas que mas [mais] estamos longe da verdade, enquanto nos encontrarmos tão angustiados que mesmo se a solução ali estiver a nossa frente não a <u>enxergaríamos</u>...” (EM – 160)</p> <p>36 – “... se o governo <u>incentivasse</u> mais a leitura, [...], pode ser que assim <u>cresça</u> o número de leitores no Brasil.” (EM – Vest. UERJ/2004)</p>
FRASES ACEITÁVEIS NA FORMA PADRÃO
<p>4a – Se todos <u>pensassem</u> do mesmo jeito, nós <u>teríamos</u> um país melhor.</p> <p>5a – <u>Se</u> o dinheiro <u>traz</u> tanta alegria, <u>por que</u> [será que] <u>existem</u> pessoas ricas, milionárias mau-humoradas, sem um belo sorriso no rosto?</p> <p>7a – É claro que sempre haverá um certo espanto, <u>quando</u> se <u>falar</u>, por exemplo, em uma torneira mecânica ou então um dono de casa.</p> <p>9a – Se a cada planta que retirarmos de um certo lugar, <u>forem</u> plantadas três no lugar, o mundo não <u>sofrerá</u> danos, os seres <u>irão</u> poder desfrutar das maravilhas que há dentro das florestas e matas e a natureza com certeza irá agradecer cada vez mais.</p> <p>23a – É, mas se a pessoa, por causa dessa boa solução, <u>entrar</u> numa crise imaginária?</p> <p>33a – Mesmo se a solução ali <u>estiver</u> a nossa frente, não a <u>enxergaremos</u>...</p> <p>36a – Se o governo <u>incentivasse</u> mais a leitura, [...], pode ser que assim <u>crescesse</u> o número de leitores no Brasil.</p>

A oração condicional tem como conjunção prototípica em português se.

O conteúdo lógico-semântico desse tipo de construção vai além, contudo, da idéia de

potencialidade para uma situação desejada ou vislumbrada, mesmo sabendo-se que o se inicia invariavelmente uma asserção hipotética. Deste ponto de vista, o modo verbal das orações condicionais é o Subjuntivo. A construção condicional está semanticamente associada à idéia de causalidade. Seu conteúdo proposicional pode ser “tomado como a razão ou motivo — real, admitido, suposto ou hipotético — do conteúdo da oração base”, segundo Azeredo (*op. cit.*, p. 100). Para demonstrar afinidade entre causalidade e condicionalidade, o autor apresenta algumas estruturas causais que tornam evidentes a natureza lábil da fronteira entre as duas categorias, como, por exemplo:

(62) *Se você é tão esperto, consegue descobrir a resposta.* (motivo real = Você consegue descobrir a resposta já que é tão esperto.)

(63) *Se você precisava do emprego, devia ter se preparado melhor.* (razão admitida = Você devia ter se preparado melhor, já que precisava do emprego.)

(64) *O cantor deixou de se apresentar não porque não houvesse público presente, mas porque as condições do palco não eram boas.* (motivo suposto)

(65) *Se ele trouxer a irmã, haverá briga entre os pretendentes.* (razão hipotética)

Aqui, mais uma vez, percebe-se como o sistema modo-temporal exprime esses conteúdos: as asserções com maior grau de hipótese com o verbo no Subjuntivo, a (64) no pretérito imperfeito para uma correlação com o pretérito perfeito do Indicativo na oração principal, e a (65), no futuro, correlacionado-se com o futuro do Indicativo na principal. Mas assim como a construção condicional nem sempre é iniciada pelo conectivo prototípico, este por sua vez pode introduzir construções em que a proposição esteja mais afastada do seu valor semântico básico. A relação entre o conectivo e o esquema modo-temporal, pois, pode definir o valor semântico da proposição. Além disso, quando é fundamentalmente uma expressão temporal, mas é uma forma que se confunde muitas vezes com a condicionalidade,

por seu sentido de potencialidade. E é neste caso que o Subjuntivo será selecionado por esta conjunção, conforme se verá adiante.

Como nos exemplos encontrados em Azeredo (*op. cit.*) para a estruturação da condicional em português, o que nas gramáticas escolares de caráter normativo-descritivo é dado como oração adverbial condicional, discursivamente apresenta valores semânticos distintos.

3.4.1 A visão factual e a visão hipotética nas condicionais.

Já foi mencionado que a maneira como o falante avalia, “vê”, o conteúdo semântico de seu texto é nomeada por Charaudeau (1992) “visão”. Assim, em uma frase como a (65) acima, há uma visão hipotética sobre o que se falou: é possível que haja uma briga no caso de ele trazer a irmã. Por outro lado, há uma visão factual em:

(66) *Se chove, pinga água pelo teto.*

(67) *Quando choveu, o chão da sala ficou molhado.*

Nessas duas frases, deve-se observar uma distinção entre as duas visões factuais: em (66), o falante informa um fato (“pingar”) que se repete sempre que outro (“chover”) acontece, é uma rotina que se repete, e o uso do presente do Indicativo é o que designa a atemporalidade da ação, enquanto que em (67), a visão é de um fato que realmente aconteceu (“chover” e “ficar”), e o pretérito perfeito do

Indicativo demarca a pontualidade das ações. Logo, em (66) a visão factual é generalizante e em (67) a visão factual é particularizante, por seu caráter pontual.

A condicionalidade costuma ser confundida, principalmente em análises de estudantes secundários, com a temporalidade. No caso das frases em questão, ambas poderiam ser iniciadas pela conjunção quando ou sempre que sem prejuízo do conteúdo proposicional. O que fará a distinção entre a visão factual generalizante ou a particularizante será, certamente, o tempo verbal, lembrando-se que fatos, ou o realizado, estão no domínio do Indicativo, e não-fatos, ou o não realizado, ficam no Subjuntivo. Assim, **se + presente do Indicativo** é a construção que indica uma ação que se repete habitualmente.

Por outro lado, sendo a oração iniciada pela conjunção quando, (67), ela deixará de apresentar uma visão estritamente hipotética do falante para apresentar um grau maior de factualidade, uma vez que quando tem um valor basicamente temporal. Há que se sublinhar o fato de que o futuro, tanto do Indicativo quanto do Subjuntivo, indica uma ação potencial por excelência, uma vez que, conforme indica Fiorin (2002:154), “a única possibilidade de fazer asserções no futuro depende da avaliação que o enunciador faz da necessidade, da probabilidade, possibilidade ou impossibilidade da ocorrência de um dado estado de coisas”. Daí, ainda que em (65) e (65a) haja uma idéia de expectativa, ou não realidade, ao se confrontarem:

(65a) Quando ele trouxer a irmã, haverá briga entre os pretendentes.

percebe-se que em (65) está pressuposta a idéia de *ele trazer a irmã* ou *não trazer*, ficando a segunda proposição condicionada à primeira hipótese, e em (65a) não há hipótese, mas o fato de *ele trazer a irmã* num futuro em relação ao momento da enunciação.

A conjunção se, quando estritamente condicional, pode-se alternar com a conjunção caso. Seria interessante observar que o substantivo latino *cāsus, us*, que, entre outros significados, designa “acontecimento; acaso; ocasião; desventura, infortúnio; doença; caso, circunstância” (Houaiss, 2001), passou pelo processo de gramaticalização para a conjunção caso em português. Assim se equivale a no caso de, enquanto quando corresponde a no momento em que. Com caso, no entanto, o tempo verbal selecionado não será o futuro, mas o presente:

(68) Caso ele traga a irmã, haverá briga entre os pretendentes.

Confirmando-se a possibilidade de uso do Indicativo ou do Subjuntivo de acordo com a visão factual e hipotética, na descrição de Brito (2003:706), a factualidade mostra-se em frases com orações condicionais em que o conteúdo proposicional das duas orações se encontra “no mundo real, no intervalo de tempo relevante. A oração A constitui uma condição suficiente de B e B é a consequência necessária de A”, enquanto “nas condicionais hipotéticas, a proposição A remete para um mundo possível criado lingüisticamente pelo enunciado” (*idem*, p. 706).

O que se percebe em relação ao sistema modo-temporal é que, enquanto o Subjuntivo é o modo selecionado para este tipo de construção, independente do ponto de referência do fato expresso pelo verbo em relação ao momento da enunciação, o tempo já estará sujeito não à perspectiva temporal do enunciador, mas ao valor discursivo da asserção. Nessas construções, observa-se que na condicional hipotética com perspectiva de anterioridade, tanto com se como com caso, o tempo não se altera, confirmando a oposição de tempos gramaticais proposta por H. Weinrich, levando em conta o valor discursivo dos tempos verbais, em pretérito perfeito e pretérito imperfeito para o mundo da narrativa (fato, provado, acontecido)

e presente e futuro para o mundo do comentário (além de fato, hipótese, dúvida, probabilidade, desejo, possibilidade).

A frase baseada na 7¹¹ da caixa, iniciada com quando,

(69) É claro que sempre haverá um certo espanto, quando se falar, por exemplo, em uma torneira mecânica ou então um dono de casa

mostra que, para uma correlação coerente, a temporal seleciona o futuro do Subjuntivo, uma vez que está numa região fronteira entre o fato e a hipótese, segundo a noção de visão de Charaudeau (*op. cit.*).

Gryner (1995:79), em estudo sobre a vinculação entre a cláusula condicionante e a condicionada, em construções de condicionais potenciais, indica como parâmetro para sua análise o “caráter que o locutor atribui à relação entre os fatos referidos pelas cláusulas condicional e principal, conforme sua experiência do fato”. E, de acordo com essa associação entre os fatos, eles podem vir expressos de forma não-generalizada, pontual, ou eventual, como em nosso exemplo (65), ou de maneira constante, regular ou generalizada, como no exemplo (66). A autora ainda se refere ao fato de as condicionais serem confundidas com as temporais por apresentarem traços comuns. Efetivamente, é muito comum em conversas a temporalidade e a condicionalidade caminharem em paralelo, como nos diálogos em que o interlocutor faz uma correção para a possibilidade:

*(70) — Quando ele chegar, saberemos o que aconteceu.
— Se ele chegar...*

Não é objetivo deste estudo detalhar o esquema modo-temporal dos verbos em geral, mas seria esclarecedor um estudo mais aprofundado dos modos nas

¹¹ As frases das redações analisadas apresentam a numeração de acordo com o Anexo I – *Corpus* analisado. Ao passarem para rol de exemplos desta dissertação, com a redação alterada por mim, seguem a numeração dos exemplos então criados.

orações temporais. No entanto, não se deve deixar de notar que um fato no futuro tem sempre uma feição hipotética, diferentemente das proposições no presente, que apresentam fatos freqüentes, ou no pretérito, fatos acontecidos, o que poderia justificar o Subjuntivo em orações iniciadas por quando. Com efeito, o uso do Subjuntivo com quando se realiza apenas com os futuros, como em (70) e (71). Destaque-se que ambas admitem o futuro do Subjuntivo, que tem uso muito restrito.

(71) — *Quando ele chegasse, saberíamos o que aconteceu.*

As generalizações podem ser introduzidas por sempre que e é reconhecido o seu valor atemporal, e nas palavras da autora:

As condicionais generalizadas costumam ser confundidas com as temporais, com as quais compartilham alguns traços. No entanto, a tradição gramatical já as identificava como condicionais, associando-as a determinados aspectos temporais (atemporal, acronístico, habitual e permanente), ora a aspectos epistêmicos (gnômica), ou a conteúdos generalizantes (princípios universais, verdades eternas). (Gryner, *op. cit.*)

Desta forma, o advérbio temporal se estende às duas asserções, podendo a frase (69) equivaler a:

(69a) *É claro que haverá um certo espanto, sempre que se falar, por exemplo, em uma torneira mecânica ou então um dono de casa.*

3.4.2 A condicional generalizante.

Já a condicional que apresenta uma visão factual, ou real, além de iniciada por se, pode ser introduzida por já que, como em (62), em que o modo selecionado é o Indicativo. Confira-se:

(62a) *Já que é tão esperto, você consegue descobrir a resposta.*

Se nas construções com cláusulas adverbiais condicionais potenciais prototípicas, as que apresentam formas verbais finitas, ou desenvolvidas, o esquema de tempo e modo é de **se + futuro do Subjuntivo + futuro do Indicativo**, ou **se + pretérito imperfeito do Subjuntivo + futuro do pretérito do Indicativo** — tendo em conta as frases em registro escrito padrão — dependendo da perspectiva temporal, as condicionais em que a conjunção se equivale a já que, no entanto, não selecionam o modo Subjuntivo. Isto porque, neste último caso, nem sempre há propriamente a visão hipotética característica das condicionais potenciais.

Observe-se a frase baseada na 5 do *corpus*:

(72) *Se o dinheiro traz tanta alegria, por que [será que] existem pessoas ricas, milionárias mal-humoradas, sem um belo sorriso no rosto?*

A primeira oração não é uma projeção de hipótese, ou uma condição para a segunda proposição. Em verdade, o que se tem aqui é o equivalente a *Se [é verdade que] o dinheiro traz felicidade, [eu pergunto] por que...*, em que a primeira proposição é uma asserção com valor de verdade para um dos interlocutores — o ouvinte — e a interrogação que vem a seguir vale para o falante. Assim, como tema, a oração iniciada por se em (72) é fato para um interlocutor, e o comentário é fato apenas para o enunciador.

Com efeito, Ducrot, ao explicar a estrutura dos conteúdos pressuposicionais da construção condicional, sustenta que:

uma proposição do tipo se p, q não tem como significação primeira “p é causa de q”, nem “p é condição de q” (se bem possa indicar tais relações). Seu valor fundamental é permitir a realização sucessiva de dois atos ilocucionais: 1º pedir ao ouvinte que imagine “p”; 2º introduzido o diálogo nesta situação imaginária, afirmar que aí “q”. (Ducrot, 1977:179) (meu o sublinhado)

A polifonia, neste caso, garante que cada proposição apresenta visão factual de cada um dos interlocutores. Bakhtine, ao propor o conceito de polifonia como a manifestação de diferentes vozes nas enunciações, conforme já mencionado, em estudos sobre a linguagem de Dostoievski, mostra que a linguagem de maneira geral é dialógica em seu interior. Assim, os enunciados de uma língua, embora produzidos por cada um dos falantes como manifestação individual, seriam produto da interação social, o que é o responsável pelo estabelecimento do sentido. Viu-se como em enunciados com proposições concessivas esse dialogismo interno se apresenta: o argumento iniciado por embora é uma verdade aceita pelo locutor como uma estratégia argumentativa de concordar com seu interlocutor inicialmente,

para em seguida, invocar um argumento mais forte em favor de sua tese, ou seja, concorda, num aspecto de importância secundária, com o opositor (real ou imaginário, presente ou ausente, que pode ou não ser o leitor/ouvinte), para em seguida “tirar-lhe o tapete” sob os pés. (Oliveira, 2001:86-87)

O produtor de textos escolares de cunho argumentativo deve, pois, perceber essas vozes para dominá-las em seu discurso.

O uso da conjunção se na frase (72) mostra que a proposição fica no limite entre a hipótese e o fato, mas não é generalizante. Essa região fronteira se justifica pela fusão das duas vozes, conforme aludido acima: para uma — a do ouvinte — é fato; para a outra — a do enunciador — é hipótese. Assim, o enunciador põe em cheque uma verdade que ele quer de alguma forma minimizar. No plano da enunciação, a primeira assertiva “*Se o dinheiro traz tanta alegria*” é a condição para a interrogação subsequente.

Em estudo sobre a possibilidade de equivalência semântica entre as formas desenvolvidas e reduzidas (conceito da tradição gramatical para a expressão das orações subordinadas com formas verbais finitas e formas verbais não-finitas)

nas construções condicionais em português, baseando-se na “teoria dos espaços mentais e na noção de perspectiva epistêmica”, Ferrari (1998) apresenta além das condicionais de conteúdo, as condicionais:

- epistêmicas: as subordinadas a uma principal que lhe traz uma conclusão, como na frase “Se o bebê chora, está com fome” — se [eu sei que] o bebê chora, [concluo que] está com fome.
- pragmáticas (referentes a atos de fala): as que remetem a uma informação dada, como o exemplo (72), comentado nesta seção.

Crenças culturalmente partilhadas ou verdades eternas caracterizam, segundo esse estudo, as construções de condicionais tanto pragmáticas como epistêmicas, o que leva ao uso do Indicativo, em oposição à construção de condicionais de conteúdo, estas organizadas essencialmente por hipóteses passíveis de realização ou condicionais contrafactuais (Brito, 2003: 708-709), selecionando então o Subjuntivo.

Embora não seja o escopo deste trabalho o estudo das construções com formas verbais infinitas, seria interessante comparar a afirmação de Ferrari (*op. cit.*) sobre esses dois tipos de condicionais — as condicionais de conteúdo, potenciais, de um lado, e as condicionais pragmáticas e epistêmicas, de outro — com o emprego dos modos verbais nesses tipos de frase. Segundo a autora,

as condicionais de conteúdo podem ser *finitas*, normalmente introduzidas pela conjunção “se”, apresentando-se no futuro do subjuntivo [...] e no pretérito imperfeito do subjuntivo [...], ou *não-finita*, apresentando-se como construções gerundiais [...]. As condicionais epistêmicas e pragmáticas atuam como re-introductoras de espaços mentais sob a forma de construções finitas. (sublinhado meu. Ferrari, *op. cit.*, p. 243)

Desse modo, seu estudo mostra que apenas as condicionais de conteúdo, ou potenciais, ou sejam, as que se formam com os tempos do Subjuntivo em

correlação com os do Indicativo na oração principal podem ter como correspondente uma construção reduzida, com o gerúndio. Já as condicionais epistêmicas ou as pragmáticas, ou sejam, as que oferecem uma informação conhecida e apresentam o verbo no Indicativo em correlação com o Indicativo na sua principal, não comportam a construção reduzida equivalente.

REGRA – As construções condicionais hipotéticas, iniciadas por se ou sempre que, selecionam **Indicativo** na subordinante e **Subjuntivo** na subordinada, enquanto as condicionais epistêmicas e pragmáticas selecionam o **Indicativo** em ambas as asserções. A escolha dos tempos se ajustará à perspectiva temporal do locutor, sabendo-se que os tempos do Subjuntivo na perspectiva de posterioridade — do mundo comentado ficam em distribuição complementar nas condicionais introduzidas por se.

3.5 O ESQUEMA MODO-TEMPORAL NAS ORAÇÕES COMPLETIVAS.

FRASES DO <i>CORPUS</i> EXAMINADO
<p>11 – “<u>É inevitável</u> que rodovias e estradas <u>devessem ser</u> melhoradas, mas não há motivo para esse grande número de queimadas e derrubadas.” (PII, 2s)</p> <p>12 – “Tudo isso poderá ser revertido com atos <u>simplis</u> que nós mesmos podemos fazer como: reciclar o lixo, não deixarmos a porta da geladeira aberta por muito tempo, jogar o lixo no lixo, nos <u>certificarmos</u> que as autoridades <u>cuidem</u> para que o esgoto não polua os mares e rios...” (PII, 2s)</p> <p>15 – “Mais os familiares que não aceitam é porque geralmente <u>tem o sonho de que</u> os filhos se casem, <u>constituem</u> uma, tenham filhos, que seja normal.” (PII, 2s)</p> <p>16 – “Os defensores do aborto normalmente <u>argumentam</u> que o feto não <u>tenha</u> realmente ‘vida própria’ mas que <u>seja</u> uma extensão da mãe, podendo ser, portanto ‘impedidos de se desenvolver’.” (PII, 2s)</p> <p>19 – “não concordo com a <u>opinião expressa de que não se deve</u> corrigir a redação do aluno porque os ditames da gramática normativa são discutíveis ou porque o aluno pode ficar inibido ou desestimulado.” (GL)</p> <p>20 – “Penso que o aluno deve entender que as correções em sua redação <u>não significam que ele não sabe</u> escrever e sim, que ele precisa aprimorar sua escrita formal.” (GL)</p> <p>32 – “Os erros podem ter conseqüências muito graves. <u>Acredito</u> que <u>há</u> uma maneira de ‘descobrirmos’ sem afetar a nada nem a ninguém...” (EM – 154)</p> <p>35 – “Lembro-me da história de Icáro que <u>diz que</u> tentar dar um passo maior que a perna <u>possa</u> ser o erro de alguém que sofrerá com as conseqüências.” (EM – 200)</p>
FRASES ACEITÁVEIS NA FORMA PADRÃO
<p>11a – <u>É inevitável</u> que rodovias e estradas <u>devam ser</u> melhoradas, mas não há motivo para esse grande número de queimadas e derrubadas.</p> <p>12a – Tudo isso poderá ser revertido com atos <u>simples</u> que nós mesmos podemos fazer como: reciclar o lixo, não deixarmos a porta da geladeira aberta por muito tempo, jogar o lixo no lixo, nos <u>certificarmos</u> de que as autoridades <u>cuidam</u> para que o esgoto não polua os mares e rios...</p> <p>15a – Mas os familiares que não aceitam é porque geralmente <u>têm</u> o sonho de que os filhos se casem, <u>constituam</u> uma, tenham filhos, que seja normal.</p> <p>16a – Os defensores do aborto normalmente <u>argumentam</u> que o feto não <u>tem</u> realmente “vida própria”, mas que <u>é</u> uma extensão da mãe, podendo ser, portanto, “impedidos de se desenvolver”.</p> <p>20a – Penso que o aluno deve entender que as correções em sua redação <u>não significam</u> que ele não <u>sabe</u> escrever e sim, que ele precisa aprimorar sua escrita formal.</p> <p>35a – Lembro-me da história de Ícaro que <u>diz</u> que tentar dar um passo maior que a perna <u>pode</u> ser o erro de alguém que sofrerá com as conseqüências.</p>

FRASES POSSÍVEIS NA FORMA PADRÃO

19a – Não concordo com a opinião expressa de que não se deva corrigir a redação do aluno porque os ditames da gramática normativa são discutíveis ou porque o aluno pode ficar inibido ou desestimulado.

32a – Os erros podem ter conseqüências muito graves. Acredito que haja uma maneira de descobirmos sem afetar nada nem a ninguém.

Entre as orações complexas, “que têm termos determinantes ou argumentais complexos, representados sob forma de outra oração” (Bechara, 2002: 464), estão as **orações completivas**, denominadas pelas gramáticas escolares **subordinadas substantivas** por terem valor de um sintagma nominal dentro de outra oração. São predicatividades orientadas no sentido de outra predicatividade que lhe é superior sintaticamente e são introduzidas pelos complementadores¹² que e se. Nessa relação, o modo verbal da completiva será determinado, de maneira geral, pelo conteúdo lexical do núcleo predicativo da oração subordinante. As regras para o uso dos modos nas completivas levarão em conta não apenas a intenção do falante, mas em alguns casos a relação sintática, como no caso das orações subordinadas iniciadas por se, em que o modo será sempre o Indicativo, como se verá a seguir.

Não obstante, o uso do modo verbal pode estar condicionado pelo tempo do verbo da oração principal ou subordinante, conforme se observa nos exemplos em que Perini (1996:176) mostra a possibilidade tanto de Indicativo quanto de Subjuntivo em completiva do verbo “pensar”. Deve-se notar aqui que o **sujeito** das duas orações se reporta ao mesmo elemento:

(73) *Ele pensou que estivesse/estava protegido.*

(74) *Ele pensava que estivesse/estava protegido.*

(75) *Ele pensa que *esteja/está protegido.*

¹² Mateus *et alii* (2003:597) utiliza o termo “complementador”, enquanto Perini (1996:177) fala em “complementatizador” para o que as gramáticas escolares denominam as “conjunções integrantes” que e se.

Assim, com o verbo da subordinante nos tempos do mundo narrado, os do pretérito, há possibilidade de completiva tanto no Indicativo como no Subjuntivo, mas os tempos do mundo comentado, o presente e o futuro, só se correlacionariam com outro no Indicativo. No entanto, já não se pode sustentar essa afirmação se na oração subordinada não houver essa identidade de sujeito:

(76) Penso que ele já esteja/está protegido.

Enquanto o modo da completiva, de maneira geral, pode ser o Indicativo ou o Subjuntivo, de acordo com as relações que se estabelecem no plano sintático-semântico entre ela e sua oração principal, a concordância dos tempos entre subordinada e subordinante estará sujeita apenas à necessidade de coerência. No entanto, a liberdade de combinação entre os tempos do Indicativo será maior do que com os tempos do Subjuntivo. Assim, nas completivas que empregam o Indicativo, todos os tempos podem ser usados, desde que não se comprometa a coerência do enunciado, conforme os exemplos abaixo:

(77) Digo / disse/ direi que faço / fiz / fazia / fizera / farei / faria o trabalho.

Com os tempos do Subjuntivo, no entanto, essa amplitude de possibilidades se reduz, de um lado pelas restrições que se devem às “características lexicais dos verbos da oração regente”, conforme aponta Ilari (2001:70), para quem “o estudo da expressão do tempo nas orações subordinadas substantivas deveria começar pelo estudo dos verbos regentes e das opções que facultam quanto aos tempos e modos do verbo da subordinada”, e, de outro, por um “automatismo gramatical” (*idem, op. cit.*), que determina o uso, no mundo comentado, do presente e, no mundo narrado, o pretérito imperfeito. Em verdade, não se encontra o futuro do Subjuntivo em orações completivas introduzidas por nominalizador.

Quanto às “características lexicais dos verbos da oração regente”, na expressão do autor, não se deve esquecer que alguns verbos, como desejar, determinam na completiva além do modo Subjuntivo, por seu conteúdo de subjetividade, a expressão do tempo numa perspectiva temporal de posterioridade. Com verbos da modalidade representativa¹³, como o de conjectura, presumir, a relação temporal é distinta, como se comprova confrontando-se os seguintes exemplos:

(78) *Desejo que você faça/ *fizesse uma boa viagem.*

(79) *Desejava que você *faça/ fizesse uma boa viagem.*

(80) *Presumo que ele fez / fará boas viagens a vida toda.*

(81) *Presumo que ele faça boas viagens daqui em diante.*

(82) *Presumo que ele fizesse / faria boas viagens se não fosse tão econômico.*

Por outro lado, como o Subjuntivo é considerado o modo da subordinação, e a completiva é a oração subordinada que integra o **sintagma nominal** nas funções de **sujeito**, **objeto**, **predicativo**, **complemento preposicional** (Azeredo, 2001:64-65) da oração principal, é basicamente ao núcleo verbal que se reportam as completivas.

No *corpus* analisado, as construções que foram corrigidas são as que funcionam como complemento de verbos e complemento preposicional de nome, classificadas nas gramáticas escolares, respectivamente, como subordinada substantiva objetiva e subordinada substantiva completiva nominal. Não obstante, numa das frases corrigidas, a **11** (do *corpus* analisado), o que chamou a atenção foi a concordância entre um tempo do comentário, o presente do Indicativo, na oração principal com um tempo da narrativa, o pretérito imperfeito do Subjuntivo na

¹³ Expressão utilizada em PINTO (1994:85).

subordinada. Trata-se de uma oração subordinada na função de sujeito da principal. Neste caso, não é o tempo da oração encaixada que não concorda com o tempo da principal, já que esta é uma formação perfeita na língua, como em (83), mas a natureza semântica do adjetivo do núcleo predicador da oração principal não possibilita essa concordância, uma vez que evitar é uma ação que necessariamente aponta para o futuro, como em (84), e certamente só se evita ou não se evita o que ainda pode acontecer. Então, dependendo da escolha lexical a relação de tempo deve obedecer à *consecutio temporum*:

(83) *Era/ é compreensível que eles fossem os escolhidos para o cargo.*

mas

(84) *Era / *é inevitável que eles fossem os escolhidos para o cargo.*

Numa outra via, não se pretende discutir a classificação de termos como complemento nominal e adjunto adnominal e a distinção possivelmente equivocada que as gramáticas tradicionais vêm estabelecendo ao longo do tempo entre esses termos. Vai-se considerar aqui também como oração completiva a que integra uma frase na função de complemento preposicional — na denominação de Vilela e Koch (2001) — de um adjetivo ou de um nome. Para esses autores

os chamados complementos preposicionais cobrem um painel não pequeno de possibilidades, dependendo de:

- verbos: depender de, duvidar de, adequar-se a, recorrer a, optar por, contar com, etc.

- adjetivos: apto para, contente com, desejoso de, adequado a, etc.

- substantivos: fazer referência a, estar de acordo com, ter consideração por, pôr o acento em, etc. (*op. cit.*, p. 372)

Além de Bechara (2002:467-468), Azeredo (2001) não considera as orações preposicionadas com a função de complemento nominal como subordinadas substantivas, o que nos leva a não usar, portanto, tal denominação. Segundo Azeredo, “só cabe a classificação de ‘substantivas’ às orações que, introduzidas por pronomes

indefinidos ou advérbios interrogativos ocupem a posição de um SN, pois esses transpositores integram as orações que introduzem” (*op. cit.*, p. 64).

Dessa forma, há duas possibilidades de formar a oração subordinada completiva com verbo na forma finita: (a) iniciada por pronomes indefinidos ou advérbios interrogativos, que, como os pronomes relativos, integram as orações que introduzem e são elementos de ligação, responsáveis pela transposição do termo nominal a um oracional, como se verifica em

(85) *Já conheço que sala utilizaremos para a reunião.*

(86) *Decidimos qual sala utilizaremos para a reunião.*

(87) *Só sabemos quantos são os participantes.*

e (b) introduzidas por nominalizadores que e se, como em

(88) *Já sabemos que a reunião será na sala da Coordenação.*

(89) *Quero saber se a reunião será na sala da Coordenação.*

Não está nas intenções deste trabalho descrever os constituintes das orações complexas e suas relações sintáticas e, portanto, mesmo concordando em alguns aspectos com os autores citados, vou considerar completivas as orações constituintes de oração com função de sujeito, como (83), objeto, como (85), aposto, predicativo, como em (90), e complemento preposicional de substantivo, a (91):

(90) *O importante é que os filhos sejam felizes.*

(91) *Os pais têm o sonho de que os filhos se casem.*

Incluir as completivas nominais e as adjetivais no grupo das orações relativas, como sustenta Bechara (2002:468), em suas palavras:

Sendo as expressões preposicionadas de desejo de glória, ânsia de liberdade, desejoso de glória, ansioso de liberdade modificadores dos núcleos nominais (e por isso mesmo chamados complementos nominais) e funcionalmente partícipes da natureza dos adjetivos, manda a coerência que as orações que funcionam como complemento nominal sejam incluídas entre as adjetivas – como fazemos aqui – e não entre as substantivas, como faz a tradição

entre nós. Como vimos elas são primitivamente substantivas, mas que, num segundo momento de estruturação, para funcionarem como modificadoras de substantivos e adjetivos, são transpostas a adjetivas mediante o concurso da preposição. (destaque sublinhado meu)

seria ignorar que estas últimas são iniciadas pelo pronome relativo, com seu duplo valor, o de conectivo e o de constituinte da oração subordinada, enquanto as primeiras são introduzidas pelo nominalizador, não fazendo parte da oração subordinada. Um estudo comparativo mais detalhado do modo verbal entre as orações completivas nominais e as relativas poderia trazer algumas conclusões interessantes quanto à posição defendida por Bechara.

3.5.1 *As completivas sem nominalizador e as introduzidas por se.*

Não se pode dizer que a modalidade expressa pelo verbo da oração subordinada nesse tipo de construção seja determinada pelo conectivo, mas as completivas verbais iniciadas pelo nominalizador se trazem o verbo no Indicativo, o que fica evidente ao se contrastarem as formações de (92) e (93) com (94) e (95):

(92) *Imaginamos se a sala está/ *esteja vazia.*

(93) *Imaginávamos se a sala estava/ *estivesse vazia.*

(94) *Imaginamos que a sala está vazia/ esteja vazia.*

(95) *Imaginávamos que a sala estava/ estivesse vazia.*

Mas não se pense que, por ter o mesmo valor gramatical do que, o nominalizador se terá o mesmo valor discursivo, e esta distinção está na base da seleção de modo das completivas verbais. Nas construções com orações

completivas, se introduz essencialmente orações que ocupam a função de um sintagma nominal na interrogação indireta. Brito (2003:460,463) se refere a dois tipos de interrogativas: as totais (ou globais), que apresentam como resposta “sim” ou “não”, em razão de o foco da interrogação recair sobre apenas um constituinte da oração, e as parciais (ou de instanciação), iniciadas por pronomes, adjetivos ou advérbios interrogativos, sobre os quais irá, então, incidir o foco da pergunta. Tanto se como os pronomes, adjetivos e advérbios interrogativos funcionam no discurso indireto como transpositores, o que coloca esses últimos sempre na posição inicial da oração subordinada:

(96) Perguntou se a sala estava vazia.

(96a) Perguntou: — A sala está vazia?

(97) Perguntou quantas janelas havia na sala.

(97a) Perguntou: — Quantas janelas há na sala?

Como as frases interrogativas diretas não apresentam o verbo no modo Subjuntivo, pode-se fazer uma correlação entre as construções referidas acima e o modo Indicativo nas orações completivas verbais. Com efeito, em frases interrogativas, a atitude do falante diante do que está sendo dito não pode ser outra que não querer saber; portanto é o Indicativo, o modo não-marcado, o modo da interrogação que se usa nesse contexto, uma vez que não há uma posição formada do falante, como certo ou incerto, como verdadeiro ou duvidoso. Não se estão levando em conta aqui as frases interrogativas usadas como estratégias discursivas pelos falantes com intenção de solicitação, ou de ameaça, etc., como *Você pode me passar o sal?* ou *Você sabe com quem está falando?*

No entanto, nem todas as completivas sem o nominalizador equivalem a uma interrogação direta. E nesse caso, mesmo que essas orações apresentem valor

argumental, as posições quanto a essas construções ainda são controversas, pois, segundo Bechara (2002),

alguns autores preferem desdobrar o *quem* em *aqueles(s) que*, *aquela(s) que* e considerar a unidade *o, a, os, as*, como pronomes demonstrativos representados na oração adjetiva pelo pronome relativo *que*, de modo que, não aceitando a substantivação nesses casos analisam a subordinada como adjetiva: *Não conheço quem chegou = Não conheço aquele que chegou [...]* São possíveis as duas maneiras de analisar tais construções.

Ocorre o mesmo com outros pronomes e advérbios relativos destituídos de antecedentes. (*op. cit.*, p. 468-469)

Quanto ao modo verbal empregado nessas construções, é digno de nota o comportamento semelhante ao das orações relativas, em que o uso do Indicativo ou do Subjuntivo é determinado apenas pela visão do falante — quer de realidade ou factual, quer potencial ou hipotética — sobre o que foi descrito ou declarado, como em:

(98) *Informou a quem quis / quisesse ouvir o telefone dos envolvidos.*

(98a) *Informou àqueles que quiseram / quisessem ouvir o telefone dos envolvidos.*

(99) *Quem fez / tiver feito o melhor poema será premiado.*

(99a) *Aquele que fez / tiver feito o melhor poema será premiado.*

Esse comportamento análogo ao das relativas se confirma quando do emprego dos tempos verbais: enquanto as completivas ocorrem, quando com Subjuntivo, apenas com o presente e o pretérito imperfeito, as relativas não apresentam restrições quanto aos tempos quer do Indicativo, quer do Subjuntivo.

Por outro lado, sabe-se que, quando há uma negação em orações subordinantes constituídas por verbos ou nomes com determinadas características semânticas, a subordinada completiva pode ter o modo verbal no Subjuntivo, como em (100) e (101), mas se a completiva for introduzida por se ela manterá o verbo no Indicativo, como em (102):

(100) Tenho certeza de que a indústria terá um grande impulso este ano.

(101) Não tenho certeza de que a indústria tenha um grande impulso este ano.

(102) Não tenho certeza se a indústria terá um grande impulso este ano.

O nominalizador se, então, determina sempre o modo Indicativo nas orações completivas introduzidas por ele.

3.5.2 A completiva introduzida por que e o valor dos termos subordinantes para o modo da subordinada.

Já as orações completivas verbais introduzidas pelo transpositor que trarão o verbo no Subjuntivo quando formarem frases imperativas no discurso direto. As frases imperativas, do mesmo modo, estão vinculadas ao contexto, tanto que necessitam de um interlocutor de quem o falante espera a realização do que está pedindo ou mandando. Não é sem razão que o modo verbal Imperativo tem sua base morfológica no presente do Subjuntivo. O comportamento do verbo dizer, que pode ser declarativo de ordem ou declarativo assertivo, evidencia esse emprego do Subjuntivo, como em (103), com a correspondência com a frase imperativa, (103a), no discurso direto, em comparação com (104) e (104a):

(103) Disse-lhe que fizesse o trabalho em uma semana.

(103a) Disse-lhe: — Faça o trabalho em uma semana.

(104) Disse-lhe que fiz o trabalho em uma semana.

(104a) Disse-lhe: — Fiz o trabalho em uma semana.

Já os outros tipos de completivas verbais, nominais ou adjetivais com o nominalizador que ou sem ele trarão o Indicativo ou o Subjuntivo de acordo com o conteúdo semântico do núcleo “que as selecciona” (Duarte, 2003). E este é um aspecto que pode apresentar alguma dificuldade em se delimitar qual o âmbito de um ou outro modo verbal. De maneira geral, o Indicativo é o modo da oração subordinada cuja subordinante apresenta verbo, ou nome, que indique uma certeza, uma declaração, uma verdade.

Em estudo minucioso dos modos verbais em frases do português, Brandão (1963) apresenta um rol de frases em que o emprego do Indicativo ou do Subjuntivo é determinado pelo valor lexical de itens da oração principal, apresentados aqui em quadro comparativo:

DESCRIÇÃO, EM CLÁUDIO BRANDÃO	
INDICATIVO na <u>subordinada</u>	SUBJUNTIVO na <u>subordinada</u>
I – COM OS VERBOS:	I – COM OS VERBOS:
a) dizer, declarar, afirmar, provar, jurar, negar;	a) pedir, rogar, suplicar, deprecar, instar, requerer, solicitar;
b) observar, notar;	b) mandar, ordenar, prescrever, determinar, intimar, decretar, deliberar, votar, proibir, vedar, impedir, obstar;
c) ver, ouvir, sentir, perceber, conhecer, saber;	c) permitir, consentir, sofrer, conceder;
d) crer, cuidar, julgar, pensar, imaginar, supor, presumir, achar, parecer;	d) querer, desejar, pretender, exigir;
e) mostrar;	e) fazer, conseguir, obter, alcançar, impetrar;
II – TENDO POR BASE EXPRESSÕES IMPESSOAIS:	f) aconselhar, avisar, admoestar, persuadir, convencer, recomendar, exortar;
a) ser verdade, ser certo, ser indubitável, ser fora de dúvida, ser manifesto, não haver dúvida;	g) obrigar, forçar, constranger;
b) ser crença, ser doutrina, ser opinião;	h) esperar, aguardar;
c) acontecer, suceder, acrescentar;	i) temer, recear;

d) resultar, inferir, concluir, colher.	j) admirar(-se), espantar(-se), maravilhar(-se), pasmar(-se), estranhar;
	l) alegrar-se, gozar-se, folgar, deleitar-se, entristecer-se, afligir-se, sentir, magoar-se, doer-se, pesar de, arrepender-se.
	m) importar, convir, cumprir, revelar, ser ou fazer-se mister, haver mister, ser necessário / preciso / conveniente / importante / relevante / urgente / inevitável e equivalentes, e ainda ter necessidade de.
	II – TENDO POR BASE EXPRESSÕES IMPESSOAIS:
	a) é necessário, é justo, é bom, importa, cumpre, basta “e outros dizeres de significação análoga”.

Algumas considerações cabem quanto a essa descrição. Ainda que se possa atualmente criticar descrições baseadas apenas em ocorrências de uma determinada modalidade lingüística, como no caso de Brandão, apenas a literária e de uma extensão temporal desmesurada a ponto de se tornar lassa, principalmente se o destino é o ensino de língua materna, o autor aponta o que Charaudeau denomina “visão do enunciador”. Como o Subjuntivo é o modo marcado em oposição ao Indicativo (o não-marcado nesse par), ou seja, se este último é o “modo da realidade”, “ou da certeza”, haja vista a definição como enunciador de fatos “verdadeiros ou supostos verdadeiros”, em orações com os verbos arrolados acima que não apresentem esses traços semânticos, aquele será o empregado. O autor, então, apresenta exemplos destacando essas ocorrências, em forma de observações, como com o verbo crer, em que há ambas as possibilidades, dependendo do ponto de vista (visão) do enunciador. Essa característica envolve a noção de graus de verdade, ou o que Oliveira (a) (2003:253-254) indica como um verbo que

apresenta dois sentidos de crença, forte e fraca, sendo a primeira parafraseável por “tomado como verdadeiro” e a segunda por “tomado como provável, pelo menos em certo grau específico”.

Assim, o sentido forte advém de permitir uma asserção, pois asserir uma proposição implica que se crê no estado de coisas descrito e nesse caso *crer* justifica a sua asserção. (*op. cit.*, pp.253-254)

Para Oliveira(a) (*op. cit.*, p. 261), os verbos com sentido de crença ou conhecimento “seleccionam o modo Indicativo ou admitem os dois modos”, e ela restringe ao primeiro caso os verbos saber, ignorar, crer e achar enquanto há dupla possibilidade com os verbos acreditar, calcular, desconfiar, julgar, presumir, suspeitar. Mas tanto o verbo crer como o acreditar apresentam essa dupla possibilidade, desde que se leve em conta essa oposição. O que dizer dos exemplos abaixo, observando em (105) e (108) o conteúdo de crença fraca, ou apenas provável?

(105) *Creio que ele seja o novo diretor.*

(106) *Creio que ele será o novo diretor.*

(107) *Creio que ele era o novo diretor.*

(108) *Acreditamos que ele seja o novo diretor.*

(109) *Sempre acreditamos que ele seria o novo diretor.*

Vendo-se por outro ângulo, podem-se associar os modos verbais às modalidades básicas do discurso que, segundo estudos de semântica argumentativa, sustentam qualquer ato de enunciação: a modalidade do saber e a do crer (sei que, e todos os seus equivalentes semânticos) implica um fato, e creio que, uma opinião. Com efeito, (106) mostra o verbo crer muito próximo do saber, do fato, pela presença do Indicativo na completiva, enquanto em (105), entendemos o Subjuntivo como expressão de uma opinião.

Brandão ainda destaca o carácter de formalidade que envolve o uso do Subjuntivo, com verbos que normalmente seleccionam o Indicativo na completiva. É o caso de frases em que a completiva formada de SN na função de sujeito da oração superior vem à esquerda do verbo, como em

(110) *Há muito tempo sabia-se que ele seria escolhido para o cargo.*

(111) *Que ele fosse o escolhido para o cargo já se sabia há muito tempo.*

Nesse caso, fica claro que a opção do falante se investe de maior formalidade, já que traz uma oração cuja posição padrão é à direita do verbo da principal, além do fato de o modo Subjuntivo ser uma marca da subordinação, conforme expõe Perini (1996):

O subjuntivo pode ser também considerado uma marca de subordinação, porque só em certas estruturas excepcionais, e pouco freqüentes, pode ocorrer em uma oração não-subordinada.

Além disso, em alguns poucos casos, o subjuntivo pode ser a única marca explícita de subordinação, como em

(42) O requerente solicita seja feita uma devassa.

Aqui, a ocorrência de *que* antes da subordinada é opcional. (*op. cit.*, p. 142)

Há que se considerar ainda que o Indicativo se situa no plano da informalidade, da coloquialidade, o que explica o uso do Indicativo na oralidade, como *Você quer que eu lavo?*

Considerando que sempre se tentou demarcar, e com alguma precisão, no caso de estudiosos da língua com uma orientação normativa, os usos do Indicativo e do Subjuntivo, é interessante observar que tanto gramáticos tradicionais, como Brandão, quanto os que se propõem a fazer um estudo de cunho descritivo esbarram em dificuldades para tal tarefa. Duarte (2003: 603), na intenção de descrever “a selecção de modo indicativo e conjuntivo determinada pelas propriedades dos núcleos lexicais da frase superior que seleccionam a oração completiva”, percebe como se torna difícil estabelecer um comportamento previsível para o uso desses modos. Com efeito, em sua própria descrição, assim como Brandão (*op. cit.*), a autora arrola os verbos que, nas completivas, determinam o uso de Indicativo e os

que determinam o emprego do Subjuntivo, da seguinte forma (esquematisada para este trabalho):

DESCRIÇÃO, EM INÊS DUARTE	
INDICATIVO I – COM OS VERBOS:	SUBJUNTIVO I – COM OS VERBOS:
a) <u>inacusativos</u> : acontecer, suceder, ocorrer, parecer, etc.;	a) <u>psicológicos</u> : aborrecer, agradar, comover, contrariar, desagradar, desgostar, entristecer, impressionar, interessar, ofender, preocupar, surpreender, etc.;
b) <u>epistêmicos</u> : achar, acreditar, considerar, pensar, saber, supor, etc.;	b) <u>declarativos de ordem</u> : ordenar, negar, suplicar, dizer, etc.
c) <u>declarativos</u> : afirmar, concluir, declarar, dizer, jurar, prometer, etc.;	c) <u>psicológicos factivos</u> : detestar, gostar, lamentar, achar bem/mal, etc.;
d) <u>de inquirição</u> : perguntar, investigar, pedir, etc.;	d) <u>volitivos e optativos</u> : querer, desejar, pretender, tencionar, etc.;
e) <u>perceptivos</u> : ver, ouvir sentir;	e) <u>causativos</u> : deixar, mandar, fazer, fazer com, etc.;
f) <u>psicológicos não emotivos pronominais</u> : lembra-se, esquecer-se, recordar-se, etc.;	f) <u>preposicionados</u> : autorizar a, opor-se a, ansiar por, etc.;
II – COM OS NOMES E ADJETIVOS:	II – COM OS ADJETIVOS:
g) <u>derivados de verbos epistêmicos e declarativos</u> : conclusão, prova, certo/certeza, consciente/consciência, afirmação, sabedor, seguro/segurança, demonstração, etc..	g) <u>avaliativos factivos</u> : aborrecido, agradável, angustiante, animador, bom, censurável, lamentável, perigoso, simpático, etc.;
	h) <u>avaliativos não factivos</u> : benéfico, complicado, custoso, difícil, fácil, simples, urgente, útil, etc.;
	i) <u>modais</u> : possível, obrigatório, necessário, impossível, etc.;
	j) <u>psicológicos não epistêmicos</u> : ansioso, impaciente, responsável; contrário, receptivo, desejoso, etc.;
	III – COM OS NOMES:
	l) <u>avaliativos factivos</u> : aflição, afronta, chatice, crueldade, deslumbramento, honra, etc.;
	m) <u>modais</u> : necessidade, obrigação, etc.;
	n) <u>epistêmicos</u> : hipótese, idéia, problema, questão, etc.;

Tanto a lista de Brandão quanto a de Duarte, para citar apenas dois dos estudos dentre os inúmeros existentes para o português, fazem ver que a maior parte das construções com orações completivas traz o verbo no Subjuntivo, o que já pode confirmar a sua relação com o a subordinação, conforme sustentam muitos autores. Além disso, há a predominância do uso do Subjuntivo, o modo das orações características da hipotaxe, em completivas argumentos de verbos preposicionados, de maneira geral.

Não obstante, um rol de verbos, nomes e adjetivos com tal detalhamento poderia configurar alguma confusão na descrição, uma vez que, como visto anteriormente, um verbo pode ter diferentes valores discursivos, como o verbo dizer, ou nuances quanto ao maior ou menor grau de certeza do falante, como os verbos de crença, crer e acreditar. Para citar apenas um dos problemas com a descrição de Brandão (*op. cit.*), há listas “tendo por base expressões impessoais” que, só por essa definição, tanto levam o modo da subordinada para o Indicativo — “é verdade, é certo, é indubitável” — quanto para o Subjuntivo — “é justo, é importante” —, da mesma forma como na lista de Duarte (*op. cit.*) com relação aos nomes “epistêmicos”. Além do mais, contradizendo o próprio elenco de Duarte, figura como exemplo da autora entre os verbos que selecionam o Indicativo, os de inquirição, a frase “Pediram-me [_{SComp} que *substituiu* o colega que adoeceu com sarampo.] (*op. cit.*, p. 600 – grifos no original).

O que, em verdade, essas listas sugerem é, por um lado, o estreito vínculo entre o Indicativo e a asserção — como com os verbos declarativos, perceptivos —, e entre o Subjuntivo e a não-asserção — como com os verbos causativos e declarativos de ordem —, e por outro, o caráter de subjetividade dos conteúdos semânticos dos verbos e nomes psicológicos, psicológicos factivos, volitivos, optativos, avaliativos,

modais. No entanto, ainda que se queira estabelecer um critério semântico rigoroso que delimite os usos de Indicativo ou de Subjuntivo nas orações completivas, pode-se esbarrar em alguma dificuldade, como em frases com o nome “hipótese”, cujo valor semântico é indubitável de não-verdade, mas que pode levar o verbo para um ou outro modo:

(112) Pensou-se na hipótese de que ele pode/ possa preencher o cargo.

Considerando que a oposição básica entre o Indicativo e o Subjuntivo se encontra em realidade versus não-realidade, e que o primeiro é a expressão da objetividade, ao passo que o segundo está impregnado de subjetividade, ainda que se trate de asserções factivas, verbos como lamentar, desagradar, agradar, gostar e similares selecionam o modo Subjuntivo nas suas completivas. Comparem-se as frases abaixo, em que as orações completivas expressam um fato, mas de (113) a (115) esse fato vem avaliado positiva ou negativamente pelo falante:

(113) Lamento que você fosse o escolhido.

(114) Desagradou-nos que ele fosse o escolhido.

(115) Gosto que ele seja o escolhido.

(116) Sabemos que ele foi o escolhido.

(117) Informe-me que ele foi o escolhido.

Os valores discursivos dos modos verbais se mostram uma interessante motivação para o trabalho com alunos na sala de aula em questões como as desse caso, em que se mostra que é o ponto de vista do enunciador o que determina qual é a construção adequada: com Indicativo, há uma certeza quanto ao fato de “ele poder preencher o cargo”, com o Subjuntivo, o falante se mostra não tão certo quanto a esse fato ou, ao menos, afetivamente distante de tal fato.

De todo modo, a escolha pelo Subjuntivo em frases em que há indiferença quanto ao modo mais adequado deixa transparecer, como afirma Duarte (2003:605), “maior distância do locutor relativamente à verdade do conteúdo proposicional da frase completiva.”

Das frases do *corpus* que apresentaram irregularidade quanto ao uso do modo verbal na forma padrão, além da ocorrência de frase com **marcador de negação**, que será vista em 3.5.3, distinguiram-se:

a) três em que o Subjuntivo foi empregado em orações completivas verbais quando a forma adequada seria o Indicativo: *certificar-se de que cuidem* por *certificar-se de que cuidam*, *argumentar que ele tenha* por *argumentar que ele tem*, e *dizer que algo possa ser* por *dizer que algo pode ser*. Nas três construções em que se observou essa inadequação com relação ao modo verbal, os verbos da subordinante estão na categoria de verbos declarativos de certeza: *certificar-se (de)*, *argumentar* e *dizer*; devendo selecionar, portanto, o Indicativo na subordinada;

b) uma em que o verbo é de crença, *acredito que há* por *acredito que haja*, em que, a despeito de se poder entender o uso do Indicativo como atitude de crença forte, este não parece ser o caso, pois no enunciado o que “há” é uma “maneira de descobrirmos”, mas o fato é visto como possibilidade, já que o enunciador não indica qual é essa “maneira”; e neste caso o Subjuntivo é o modo adequado;

c) um único caso em que a oração completiva é complemento de um substantivo da oração superior, *sonho de que os filhos constituem* por *sonho de que os filhos constituam*, em que o nome faz parte de uma expressão equivalente a verbo volitivo: ter o sonho = sonhar, como equivalente de desejar, pretender, tencionar.

d) uma frase em que a concordância dos tempos — do comentário com da narrativa — se realiza em razão do valor semântico do núcleo predicativo da oração principal.

3.5.3 *A negação nas completivas.*

De maneira geral, as asserções afirmativas não necessitam de marcadores dessa afirmação, salvo em certas situações comunicativas em que o falante intenciona acentuar o caráter afirmativo a sua proposição, como em *Devemos sim retomar imediatamente o projeto*, ou em frases com força ilocucionária, como *Eu afirmo que ele estará pronto para o trabalho às seis em ponto*. A negação lingüística pode ser expressa por diferentes operadores — não, sem, nenhum, nem todos —, além dos afixos — i-, in-, des- — e das e construções sintáticas — frases introduzidas por sem que, etc. Mas é a negação frásica, em que os marcadores de negação — não, nem, sem — ou quantificadores negativos — ninguém, nada, nunca, nenhum — (Matos, 2003:770) atuam sobre os constituintes das orações, que vai operar algumas distinções quanto ao emprego dos modos verbais.

Essa negação tem posição, de maneira geral, à esquerda do constituinte negado, enquanto o seu oposto, ou a afirmação, não vem necessariamente marcado, conforme indica Matos (*idem e ibidem*):

O valor negativo ou positivo presente nas expressões lingüísticas é freqüentemente designado como **polaridade**, respectivamente, *polaridade negativa* ou *positiva*. No português a polaridade positiva é raramente assinalada pela presença de um marcador específico. (grifos no original)

Assim, em orações complexas, o que é negado pode ser o constituinte da oração subordinante ou o da subordinada, ou toda a frase. O inter-relacionamento do emprego do Subjuntivo e do Indicativo com os valores negativo ou positivo fica evidente em frases como:

(118) *Sempre soube que ele era um poeta.*

(119) *Nunca soube que ele fosse um poeta.*

O que se poderia estabelecer em princípio é que a negação fica no âmbito da irrealidade, ou da não-certeza, daí que a negação na oração subordinante pode implicar em mudança de Indicativo para Subjuntivo na sua completiva, como em:

(120) *É verdade que ele é um poeta.*

(120a) *Não é verdade que ele é / seja um poeta.*

(121) *Parece que ele é o pai da menina.*

(121a) *Não parece que ele é / seja o pai da menina.*

Essa alteração quanto ao modo verbal deve-se ao fato de a negação em oração subordinante de completiva introduzida por que incidir na frase como um todo, conforme estudo de Guimarães (2002)¹⁴. Pode-se considerar ainda que, como em (120a) e (121a), a escolha pelo Indicativo dá à frase uma feição mais informal.

Mas (119) em cotejo com (119a) leva à leitura de que, nesta, o pressuposto é de que ele era poeta verdadeiramente, o constituinte negado é saber; afinal, sobre o que existe pode-se saber ou não saber. Já em (119), o Subjuntivo em *ele fosse poeta* indica que o enunciador nega, além do fato de *saber*, o de *ele ser poeta*.

(119a) *Nunca soube que ele era um poeta.*

¹⁴ Em estudo sobre a relação entre as conjunções e a forma como elas “ligam orações”, isto é entre as conjunções e a sua classificação como coordenativas ou subordinativas, Guimarães (*op. cit.*, p.73) mostra: “Numa frase como Ricardo não disse que todos viajaram hoje a negação incide, claramente, sobre a frase como um todo”.

No entanto, conforme já visto, com a completiva iniciada por se não há essa possibilidade, como se confirma confrontando-se (118) e (119) com (122):

*(122) Nunca soube se ele era /*fosse um poeta.*

Igualmente, ao se comparar (120) com (123), constata-se que não há alteração do modo verbal em frases cuja polaridade negativa esteja na oração subordinada:

(123) É verdade que ele não é um poeta.

A maior parte das frases em que essa mudança ocorre a partir da negação frásica, no geral, é formada por argumento externo do verbo da subordinante, ou sujeito oracional, como postulam as gramáticas escolares. Assim, a asserção negada modifica a relação entre os modos, uma vez que a polaridade negativa indica a inexistência do que está sendo enunciado, como em:

(124) É certo que ele vem à festa. / Não é certo que ele venha à festa.

(125) É evidente que ele vem à festa. / Não é evidente que ele venha à festa.

(126) É garantido que ele vem à festa. / Não é garantido que ele venha à festa.

(127) É fato que as exportações estão garantindo o crescimento econômico. / Não é fato que as exportações estejam garantindo o crescimento econômico.

Entretanto, se o verbo da subordinante exprime a modalidade epistêmica, que informa a crença ou o conhecimento do falante, nem sempre a negação provoca a alteração para o Subjuntivo, uma vez que o falante pode indicar que é a ação que está sendo negada enquanto a asserção da completiva continua expressando uma visão factual, como em:

(128) Dissemos que ele ganhou o prêmio. / Não dissemos que ele ganhou o prêmio.

Pode-se inferir de (128) que *ele ganhou o prêmio* realmente, mas *não dissemos isso*, ou porque não houve vontade de dizer, ou porque dissemos outra coisa. O verbo dizer em (128) é o equivalente semântico de revelar, mas como emitir uma opinião ou asseverar o comportamento da frase pode mudar:

(129) Digo que ele ganha o jogo facilmente. / Não digo que ele ganhe o jogo facilmente.

Constata-se que o Subjuntivo na completiva evidencia a avaliação do falante — a incerteza — expressa pelo verbo da subordinante, em oposição ao Indicativo, que exprimirá, no mesmo contexto, a certeza.

É o caso de uma das frases do *corpus*, em que se observou o emprego do Indicativo pelo Subjuntivo numa construção subordinada completiva nominal com uma ocorrência de negação frásica:

*(130) *Não concordo com a opinião expressa de que não se deve corrigir a redação do aluno porque os ditames da gramática normativa são discutíveis ou porque o aluno pode ficar inibido ou desestimulado.*

Há negação na oração subordinante e na completiva nominal inteira, formada por coordenação, em que o operador porque introduz explicação: *não se deve corrigir a redação do aluno, porque os ditames da gramática normativa são discutíveis ou porque o aluno pode ficar inibido ou desestimulado*. Desta forma, sendo o escopo da negação um verbo que marca a modalidade declarativa de concordância, concordar, de forte peso subjetivo, o conteúdo da completiva, argumento do nome opinião, pode ser visto como um fato minimizado. Há então a possibilidade de uso do Subjuntivo na coordenada à explicativa iniciada por porque:

(130a) Não concordo com a opinião expressa de que não se deva corrigir a redação do aluno porque os ditames da gramática normativa são discutíveis ou porque o aluno pode ficar inibido ou desestimulado.

Dessa forma, viu-se que a polaridade negativa representada pelo advérbio não ou por outras expressões de negação, como nunca, pode concorrer para a determinação de uso do Indicativo ou do Subjuntivo nas orações completivas, e a análise desses fatores apenas no plano gramatical, sem entrar nos aspectos discursivos, pode não dar conta de todas as ocorrências.

REGRAS:

1 – Completivas introduzidas por **se**, característico das interrogativas indiretas, terão os verbos nos tempos do **Indicativo**, por serem orações equivalentes a uma interrogação direta.

2 – Completivas introduzidas **sem o nominalizador** terão o verbo ou nos tempos do **Indicativo** ou nos do **Subjuntivo**, segundo a “visão” do falante sobre o enunciado.

3 – Completivas introduzidas por **que** trazem os tempos:

a) do **Indicativo**, quando argumentos de verbos, nomes ou adjetivos epistêmicos e declarativos com valor de certeza ou de verbos e nomes perceptivos, que revelam a informação com objetividade;

b) do **Subjuntivo**, quando argumentos de verbos, nomes ou adjetivos de valor semântico subjetivo; verbos e nomes preposicionados, desde que não sejam os epistêmicos e declarativos de 3a; e verbos causativos e declarativos de ordem, que revelam a informação com subjetividade;

c) do **Indicativo** ou do **Subjuntivo**, de acordo com o grau de certeza do falante quanto à veracidade da assertiva, quando argumentos de nomes de valor epistêmico, como os modalizados, optativos, volitivos, ou de verbos de crença ou de conhecimento.

4 – O **Subjuntivo** é empregado na oração completiva de subordinante que apresente o marcador de polaridade negativa, se este denotar a inexistência do que se declara na subordinada.

3.6 O ESQUEMA MODO-TEMPORAL NAS ORAÇÕES RELATIVAS.

FRASES DO <i>CORPUS</i> EXAMINADO
<p>2 – “O sonho, na verdade, é um projeto que <u>possa</u> ser realizado, mas para que o seja é preciso ter tranquilidade na vida, ter uma vida digna, uma vida que possa ser bem vivida.” (PII, 3s)</p> <p>3 – “[Alguns indivíduos pensam, sonham com essas histórias, imaginando, um dia, poder estar ali, no lugar dos protagonistas.] Outros, imaginam não só (com) histórias, mas sonham com uma vida perfeita, de acordo com o que lhe <u>fosse</u> conveniente” (PII, 3s)</p> <p>6 – “Um novo conceito que pode surgir é uma nova guerra dos sexos, onde a batalha é entre os heterossexuais e os homossexuais.” (PII, 2s)</p> <p>10 – “Qualquer coisa que <u>exista</u>, precisou de algum recurso natural em alguma fase de sua concretização.” (PII, 2s)</p> <p>14 – “Mas pessoas que gostam de sair, ir a shows, boates, que <u>gostem</u> de badalação, concerta elas não se adaptariam no campo.” (PII, 2s)</p> <p>18 – “Pelo fato de estarmos vivendo em uma sociedade muito desigual e competir os jovens buscam ser o centro das atenções e, é claro, passam a desrespeitar o próximo, deixando de lado valores morais e de cidadania, tornando-se indivíduos insensíveis, em busca das condições que lhes <u>permitted</u> maior conforto e privilégios.” (PII, 2s)</p> <p>21 – “Como a coesão é possibilitada na estrutura textual pela possibilidade do encadeamento sintático de estruturas textuais que <u>façam</u> o texto caminhar de forma harmoniosa rumo a sua coerência, é possível evidenciar os três fatores listados acima:...” (GL)</p> <p>25 – “Porém devemos nos educar e nos preparar para uma formação de caráter e personalidade individual, que se <u>adapta</u> em uma sociedade.” (EM – 60)</p> <p>26 – “Quando a imaginação para benefício da sociedade e além do que <u>possamos</u>, surgem vários defeitos e com ela a crise.” (EM – 80)</p> <p>37 – “... com isso, publicam matérias sem nenhum conteúdo cultural, mas que <u>desperte</u> a curiosidade dos leitores.” (EM – Vest. UERJ/2004)</p>
FRASES ACEITÁVEIS NA FORMA PADRÃO
<p>2a – O sonho, na verdade, é um projeto que <u>pode</u> ser realizado.</p> <p>3a – ... sonham com uma vida perfeita, de acordo com o que lhe <u>seja</u> conveniente.</p> <p>18a – ... condições que lhes <u>permitam</u> maior conforto e privilégios.</p>
FRASES POSSÍVEIS NA FORMA PADRÃO
<p>6a – Um novo conceito que pode surgir é uma nova guerra dos sexos, em que a batalha <u>seja</u> (ou <u>se dê</u>) entre os heterossexuais e os homossexuais.</p> <p>10a – Qualquer coisa que <u>existe</u> (ou <u>exista</u>), precisou de algum recurso natural em alguma fase de sua concretização.</p> <p>14a – Mas pessoas que gostam (gostem) de sair, ir a <i>shows</i>, boates, que <u>gostam</u> (gostem) de badalação, com certeza elas não se adaptariam no campo. (PII, 2s).</p>

21a – Como a coesão é possibilitada na estrutura textual pel[a possibilidade d]o encadeamento sintático de estruturas [textuais] que fazem (façam) o texto caminhar de forma harmoniosa rumo a sua coerência, é possível evidenciar os três fatores listados acima:..

25a – ... uma formação de caráter e personalidade individual que se adapte (adapta) em uma sociedade.

26a – Quando há imaginação para benefício da sociedade e além do que podemos (possamos), surgem vários defeitos e com ela a crise.

37a – ... publicam matérias sem nenhum conteúdo cultural, mas que despertam (desperte)a curiosidade dos leitores...

Se os modos e tempos verbais têm seu uso, talvez na maioria dos contextos, determinado pela sintaxe, é nas **orações relativas** que o critério semântico se torna fundamentais, e a avaliação do falante quanto à certeza e à incerteza, à realidade ou não-realidade de suas afirmações se manifesta pelo uso dos modos. A oração relativa, a adjetiva das gramáticas escolares, submete-se à predicação da subordinante, mas em relação a um elemento nominal desta última, ficando o uso dos modos fortemente vinculado “à avaliação que o falante faz do estado de coisas implicado da frase” (Vilela e Koch, 2001: 399).

Assim a frase:

(131) Premiaremos o aluno que fez todos os trabalhos durante o ano.

apresenta uma combinação entre futuro do presente na oração subordinante e pretérito perfeito do Indicativo na subordinada, uma vez que as afirmações são rigorosamente possíveis numa mesma frase: a premiação se dará num momento posterior ao momento da enunciação do falante e a caracterização do indivíduo se reporta a ação anterior ao ME, sendo duas proposições que expressam fatos. Aqui se leva em conta a conceituação de Vilela e Koch para as frases relativas, em que afirmam que “o traço semântico-funcional geral de todas as frases relativas é o de caracterizarem indivíduos, grupos ou classes de indivíduos ou estados de coisas por meio de descrições de estados de coisas (= frases subordinadas)” (*op. cit.*, p. 397).

Em frases como:

(132) *Premiaremos o aluno que fizer todos os trabalhos durante o ano.*

(133) *Premiaremos o aluno que faça todos os trabalhos durante o ano.*

a combinação entre futuro do presente na oração principal, como visão de realidade/certeza e o Subjuntivo — presente e futuro, que apontam para uma possibilidade/probabilidade — também é legítima por ser a caracterização expressa pela subordinada vista pelo enunciador como uma incerteza. Observe-se que em (131) há uma certeza quanto à premiação, ela realmente acontecerá, mas em (132) e (133) essa certeza não existe, pois há a possibilidade até mesmo de nenhum aluno fazer todos os trabalhos.

Segundo Azeredo (2001:90), as relativas, iniciadas por pronomes relativos, podem também “acumular um conteúdo circunstancial de *causa*, *concessão*, *condição*, *finalidade*, *resultado*”, que são valores frásicos do adjetivo. Assim, os exemplos (132) e (133), como nas condicionais, trazem o verbo no Subjuntivo, o modo das construções condicionais potenciais, ou de conteúdo.

Quanto ao comportamento sintático-semântico, as relativas restritivas são as que “contribuem para a identificação do ser a que se refere o antecedente”, enquanto as não-restritivas, ou explicativas, são “irrelevantes para essa identificação”. Há que se concordar com Azeredo (*op. cit.*) quanto ao fato de haver certa imprecisão de algumas gramáticas na conceituação das restritivas e as explicativas, usando como critério o fato de ser dispensável para a estrutura frasal. Como não há palavras dispensáveis do ponto de vista textual ou discursivo, o que se comenta é que uma não-restritiva tem autonomia em relação aos elementos frásicos, atuando como reforço discursivo às vezes até de grande relevância comunicativa,

como na seguinte frase de um comunicado da companhia distribuidora de gás oficial da cidade do Rio de Janeiro:

(134) Esta visita de revisão, que é gratuita, está sendo feita pela primeira vez na cidade e tem como objetivo zelar pela segurança dos consumidores.

O que se percebe com relação ao comportamento dos modos e tempos verbais nas relativas é o modo das não-restritivas ser sempre o Indicativo, em virtude de serem proposições que estabelecem uma descrição sobre o que é conhecido ou uma afirmativa sobre o que é tido como certeza ou real. Ademais, se as restritivas se aproximam semanticamente das adverbiais finais, condicionais ou temporais, para citar apenas algumas, pode-se estabelecer um parentesco das não-restritivas com as coordenadas explicativas, bem como com o aposto explicativo — daí, talvez, a denominação desse tipo de oração na tradição gramatical —, principalmente por se relacionarem a substantivos próprios e pronomes. A relação sintática das restritivas com a oração subordinante é, pois, hipotática, ao passo que a das não-restritivas se aproxima da parataxe, o que leva a considerar a relativa de (134) equivalente a uma coordenada aditiva.

(134b) Esta visita de revisão está sendo feita pela primeira vez na cidade, tem como objetivo zelar pela segurança dos consumidores e é gratuita.

Essa aproximação de relativas restritivas e não-restritivas, respectivamente, com hipotaxe e parataxe, denuncia o fato de que, se na subordinação os constituintes se articulam numa relação de dependência, em que há uma hierarquização dos termos, as restritivas são modificadores de um SN da oração principal e as não-restritivas, ainda que mantendo as características de termo subordinado sintaticamente, assumem, de maneira geral, um caráter de coordenação,

na medida em que podem ser dispensadas sintaticamente, conforme assinalam Vilela e Koch (2001:399), por equivalerem a “informações suplementares”.

Assim, verifica-se a relação hipotática em (135), em que a relativa funciona como um termo subordinado a outro da oração, ou uma relação paratática em (136) com equivalência em (136a) ou (136b):

(135) Os alunos da 5ª série que são barulhentos ficarão para uma conversa,

(136) Os alunos da 5ª série, que são barulhentos, ficarão para uma conversa,

(136a) Os alunos da 5ª série são barulhentos e ficarão para uma conversa,

(136b) Os alunos da 5ª série ficarão para uma conversa, porque são barulhentos.

Não se está defendendo, no entanto, uma revisão quanto ao valor gramatical das orações adjetivas, assegurando que devem ser analisadas, por exemplo, como coordenadas, mas apenas chamando atenção para o fato de que o uso do Indicativo ou do Subjuntivo numa relativa não é determinado sintaticamente, como se viu com as adverbiais, por exemplo. Some-se a isso o fato de as relativas pertencerem ao único tipo de oração subordinada (com verbos na forma finita) não iniciada por conjunções, mas por pronomes, o que possivelmente lhe permite uma maior amplitude quanto ao uso dos modos verbais, bem como uma flexibilização da correlação de tempos.

As relativas fazem parte de um sintagma nominal e ainda podem assumir características do próprio SN, como as completivas sem o nominalizador, frases (85) a (87). Não é sem razão a polêmica em torno de se considerarem as orações introduzidas por advérbios e pronomes relativos, em construções sem o seu antecedente na oração subordinante, como nas interrogativas indiretas, ou

interrogativas subordinadas — termo que melhor define essa construção, segundo Perini (1996: 156). Para alguns estudiosos, esse “paralelo” com as interrogativas subordinadas se deve ao fato de os pronomes e advérbios relativos, quem, quantos, qual, onde, por exemplo, ao transporem as construções que passam a funcionar como sintagma nominal, não apresentarem os seus antecedentes. Daí, serem essas estruturas denominadas por Brito e Duarte (2003:675) “relativas livres” e analisadas como subordinada relativa, e, em outra mão, consideradas subordinadas substantivas por Azeredo (2001:64).

Neste trabalho, de uma forma simplificada em virtude da especificidade do estudo em questão, as orações encabeçadas por pronomes indefinidos e advérbios interrogativos são consideradas subordinadas completivas, uma vez que ocupam o lugar de argumento de verbos, substantivos e adjetivos da oração subordinante. Mas não deixa de ter relevância observar-se que dentre as chamadas orações subordinadas substantivas, esse é o único tipo de construção em que há possibilidade de se usarem todos os tempos do Subjuntivo. Por meio dos modos verbais, então, pode-se entender a evidente proximidade entre as completivas e as relativas (Cf. o item 3.5 desta dissertação).

As restritivas terão o verbo no Indicativo ou no Subjuntivo de acordo com a atitude do enunciador em face do estado de coisas que está descrevendo, ou com a natureza da descrição estabelecida na relativa, em suma de acordo com sua visão do acontecimento. Das construções relativas analisadas no *corpus* deste trabalho, grande parcela das restritivas pode apresentar o verbo em um ou outro modo, de acordo com a língua padrão, tendo em conta seu valor discursivo, isto é, como o “falante manifesta suas intenções e sua atitude perante os enunciados” (Koch, 2002:85) e a forma como o ouvinte os compreende. No trabalho com textos

escolares, professores e alunos devem levar em conta o melhor caminho para a expressão tanto quanto para a compreensão dessas nuances de significação provocadas pela “visão” do enunciador.

Desta forma, algumas frases que apresentam erros, em termos de língua padrão, quanto ao sistema modo-temporal, entraram no espaço da caixa denominado FRASES ACEITÁVEIS NA FORMA PADRÃO; outras foram selecionadas para uma análise quanto a outras possibilidades de uso dos tempos e modos, com vistas à clareza da expressão, no espaço da caixa denominado FRASES POSSÍVEIS NA FORMA PADRÃO.

A maior parte das orações relativas da caixa é formada por orações restritivas e, portanto, podem ser ter o verbo no **Indicativo** ou no **Subjuntivo**. Diferentemente das orações adverbiais, que de maneira geral têm o modo verbal determinado pelas conjunções que as introduzem, e mais próximas das orações completivas, em que o modo é determinado, na maioria das vezes, pelo valor lexical do predicador a que se refere, o modo nas construções relativas restritivas obedece ao critério semântico, conforme visto acima.

No entanto, tratando-se de redações escolares, sobretudo quando se exige, no vestibular, por exemplo, que o aluno construa textos de um gênero com especificidades bem marcadas, como o texto dissertativo-argumentativo, não se devem levar em consideração apenas as relações sintático-semânticas da frase do enunciador destacada do texto. Com efeito, é a totalidade do texto que vai fornecer pistas para que se perceba a intencionalidade do falante.

Dessa forma, percebe-se que em *O sonho, na verdade, é um projeto que possa ser realizado*, há uma asserção na oração principal cujo caráter de realização e certeza é marcado pela expressão adverbial “na verdade”, que atua discursivamente como uma expressão modalizadora, ou advérbio de frase, o que permite concluir que

o falante vê, ainda que com uma atitude de certeza quanto à sua afirmação, o *sonho* como uma não-realidade. Além do mais, essa idéia de não factualidade é reiterada pelo substantivo *projeto*, cujo valor lexical é de algo a ser realizado no futuro, esboço, intenção, o que poderia levar o verbo no futuro do Indicativo. Dessa forma, a leitura seria a de que ele está certo da realização desse plano.

Igualmente, valem alguns comentários quanto à frase **6** do *corpus*:

(137) *Um novo conceito que pode surgir é uma nova guerra dos sexos, em que a batalha seja/será entre os heterossexuais e os homossexuais.*

Em (137), a proposição em que se inscreve o antecedente da relativa em questão — “*um novo conceito que pode surgir é uma nova guerra dos sexos*” — traz alguns elementos que possibilitam a modalização na relativa *em que a batalha seja ou será entre os heterossexuais e os homossexuais*. Primeiramente, o que parece em desacordo com o aceitável na língua, tomando como referência Vilela e Koch (2002:399), ao afirmarem que “o modo destas construções [relativas não-restritivas], tratando-se de algo real (ou tido como tal), é o Indicativo”, pode não ser tão discordante, uma vez que, nesse caso, a não-restritiva pode ser “vista” pelo falante como algo que está por vir, não-existente, sendo o Subjuntivo uma escolha apropriada ou, ainda, o futuro do presente do Indicativo. Deve-se ter em conta que nessa frase há dois elementos gramaticais que reforçam a incerteza no plano discursivo: o verbo da relativa — “*que pode surgir*” —, que exprime uma modalidade epistêmica (como probabilidade), e o artigo indefinido — “*uma nova guerra*” —, que, numa abordagem discursiva, segundo Oliveira (2001), são usados com “substantivos que designam entidades inteiramente novas no universo do discurso”. Compare-se a frase (137) a (137a) e (137b):

(137a) *O que pode surgir a nova guerra dos sexos em que a batalha será entre os heterossexuais e os homossexuais.*

(137b) **O que pode surgir é a nova guerra dos sexos em que a batalha seja entre os heterossexuais e os homossexuais.*

O artigo definido diante do substantivo referência para a relativa não apenas mostra que a formação harmônica deve ser com o Indicativo, como delinea a relativa como restritiva. Por outro lado, se a “visão” se conforma com a especificação¹⁵ de um tipo de *guerra*, o modo adequado pode ser o Indicativo.

Na terceira frase da caixa acima, *Qualquer coisa que exista, precisou de algum recurso natural*, o verbo da oração principal no tempo do mundo narrado por excelência, pretérito perfeito do Indicativo, implica uma visão de factualidade, o que não se harmonizaria com um tempo do mundo comentado, presente, do modo que representa uma possibilidade hipotética, o Subjuntivo. Mas como o antecedente da relativa modificado por um pronome indefinido, *qualquer*, indica “uma quantificação ou qualificação imprecisa” (Vilela e Koch, 2001: 232), a concordância coerente se faz, portanto, ou da forma que o enunciador apresentou em sua redação, ou com os dois verbos, o da subordinada e o da principal, no modo Indicativo:

(138) *Qualquer coisa que existe, precisou de algum recurso natural.*

Igualmente, em

(139) *... com isso, publicam matérias sem nenhum conteúdo cultural, mas que despertem / despertam a curiosidade dos leitores.*

embora a relativa apresente frase assertiva, o enunciador modaliza a caracterização do núcleo do SN a que a relativa se refere, com o Subjuntivo — *que despertem a*

¹⁵ Conforme ensina Evanildo Bechara, em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, pp. 44-45, sobre a função gramatical das palavras, em português: “a ‘explicação’ e a ‘especificação’ são funções do nível do grupo de palavras e se expressam mediante a posição do adjetivo. [...] em *o boi manso*, o adjetivo é ‘especificativo’ (porque serve para opor um boi manso a outros bois não mansos).”

curiosidade—, ou seja, entende-se que as matérias publicadas não têm na realidade “nenhum conteúdo cultural”, mas **podem** despertar curiosidade dos leitores. O Indicativo na relativa, contudo, levaria à leitura de que o enunciador acredita que as matérias “que despertam a curiosidade dos leitores” são as “sem nenhum conteúdo cultural”. Neste caso, a escolha do enunciador vai determinar a que leitura seu texto corresponde, e ele deve ter posse desse conhecimento.

Quanto à frase 21 da caixa, a despeito de sua construção, de maneira geral, desconsertada, “*as estruturas textuais*” a que o enunciador se reporta são responsáveis realmente pela coesão textual, ou, em suas palavras, elas é que são responsáveis por o “*texto caminhar harmoniosamente*”, e isto não é visto como uma possibilidade ou uma eventualidade, o que deveria levar o verbo da relativa para o Indicativo, como forma preferível. Mas o autor da frase, empregando o Subjuntivo, deixa claro na sua afirmativa que as estruturas sintáticas podem fazer o texto “caminhar harmoniosamente”; afinal, esse caminho harmonioso de um texto pode depender, além do encadeamento sintático, de outros fatores, como, por exemplo, o encadeamento de itens lexicais.

São as relativas com Subjuntivo que, de maneira geral, expressam os conteúdos circunstanciais de concessão, condição, finalidade ou resultado, conforme indica Azeredo (2001:90). Essa relação, já mencionada acima, entre os conteúdos semânticos de expressões adjetivos e adverbiais ainda é destacada pelo autor, ao lembrar que “muitas construções adverbiais parecem provir historicamente de construções adjetivas cujo transpositor se uniu ao antecedente numa locução de valor circunstancial, fenômeno comum nas construções temporais e comparativas” (*op. cit.*, p. 91).

Dessa forma, nas frases **18** e **25** da caixa, o que se percebe é que o valor de finalidade das relativas restritivas fica minimizado com o uso do Indicativo, conforme em (140) e (141) em contraste com (140a) e (141a):

(140) Os jovens buscam ser o centro das atenções, tornando-se indivíduos insensíveis, em busca das condições que lhes permitem maior conforto e privilégios.

(140a) Os jovens buscam ser o centro das atenções, tornando-se indivíduos insensíveis, em busca das condições que lhes permitam maior conforto e privilégios.

(141) Devemos nos educar e nos preparar para uma formação de caráter e personalidade individual que se adapta em uma sociedade.

(141a) Devemos nos educar e nos preparar para uma formação de caráter e personalidade individual que se adapte em uma sociedade.

Por trazer, por um lado, uma proposição numa perspectiva de posterioridade — evidente na repetição do item lexical *buscar*, em (140), e no uso do verbo da modalidade deôntica *dever*, em (141) — e, por outro, a expectativa do enunciador quanto à característica que dá ao antecedente — *condições para que tenha conforto e privilégio e personalidade individual para que se adapte em sociedade* —, o tempo verbal ser o presente do Subjuntivo.

Há que se observar, ainda, que a natureza potencial, ou mesmo, às vezes, de não facticidade, do futuro do presente do Indicativo implica em muitos casos ser esse tempo equivalente semântico ao presente do Subjuntivo, como pode ocorrer em (137), (139) e (140).

A questão, no caso das construções relativas, não se limita ao que seria correto ou incorreto de acordo com as normas da língua padrão, ou ao que é adequado ou não adequado, mas como o modo verbal pode atuar como um elemento de coesão responsável pela clareza e coerência do texto escrito. Destacando-se da

frase apenas os antecedentes e suas relativas, ambas as formas são gramaticalmente possíveis, mas o enunciador deve orientar a leitura do seu texto para as suas intenções.

REGRA – Nas **orações relativas**:

a) quando o conteúdo semântico da oração principal deixa claro que se trata de:

- **factualidade**, o modo adequado é o **Indicativo**;
- **não factualidade**, o modo adequado é o **Subjuntivo**;

b) quando o contexto da oração principal é neutro quanto a factualidade/não factualidade:

- a escolha de **Indicativo** implica que o falante vê o conteúdo de sua frase como fato e a do **Subjuntivo** significa que ele o vê como hipótese.

4 CONCLUSÃO.

Ao finalizar este trabalho, fica a convicção de que, se este estudo do emprego dos modos Indicativo e Subjuntivo, e da conseqüente correlação dos tempos, está longe de ser conclusivo, ao se olhar para algumas perspectivas de análise de construções verbais, na sala de aula de classes intermediárias, que não levem em consideração apenas descrições formais, ou normas prescritivas, a descrição gramatical, aliada às necessidades comunicativas, pode ser um estimulante convite a uma investigação mais detalhada. Não obstante, o interesse pelos fenômenos que dizem respeito aos fatos da língua não precisa ser, necessariamente, dos professores; com efeito, um dos fins do ensino de língua materna é que o aluno se torne um usuário não apenas competente nas atividades de produção e leitura de diferentes configurações textuais, mas capaz de, por meio da reflexão sobre os fatos da língua, adquirir habilidades lingüísticas para além das suas necessidades comunicativas cotidianas.

Assim, o saber metalingüístico não se torna uma sucessão de regras nem sempre inteligíveis para o aluno; ao contrário, ele vê nelas a forma de organizar o saber lingüístico que já dominava antes de ingressar na escola. Com razão, muitas das críticas que se fazem ao ensino de Português nas escolas brasileiras são relativas a um ensino normativo, que, sabe-se bem, não conduz aos objetivos esperados ao final do processo escolar. Desta forma, conhecer as regras de organização das frases, para efeitos discursivos, no que se refere aos modos verbais, significa refletir sobre que efeitos tirar do que se está enunciando e como quer ser lido, muito mais do que

escolher a forma correta de acordo com o que a gramática normativa prescreve. E, neste sentido, o exame dos modos deve partir do seu papel essencial na frase, que é o da predicabilidade, associando-se o uso dos modos Indicativo e Subjuntivo à configuração frásica, assim como a relação dos tempos ao modo usado, em lugar do estudo voltado apenas para os elementos mórficos.

O que, então, permite sugerir que o ensino dos modos verbais esteja nos capítulos relacionados ao estudo dos operadores discursivos, ou conjunções, para estudantes do Ensino Médio, é o fato de que, das frases que apresentam inadequações quanto ao uso do Indicativo e do Subjuntivo, bem como a correlação dos tempos (*consectutio temporum*), do *corpus* analisado, a maior parte delas é formada de construções frasais complexas, com apenas uma ocorrência de coordenação. Nesse *corpus* ainda se encontram formas inaceitáveis do Indicativo em frases com o advérbio talvez à esquerda do verbo a que se refere, o que pode parecer em princípio uma construção de oração independente, quebrando o quadro geral dos exemplos, mas o que se constatou é que esse tipo de construção expressa um ato ilocutório, em que o advérbio talvez equivale semanticamente a uma oração subordinante como *é possível que* ou *pode ser que*, o que reforça a ligação do Subjuntivo com a subordinação.

De maneira geral, como os modos verbais informam a atitude do falante perante o que diz, como realidade ou como não-realidade, em português essa subjetividade é indicada gramaticalmente, por meio de marcas desinenciais de tempo e modo, sendo o Indicativo, o modo base, o não-marcado em relação ao Subjuntivo, que é o modo marcado. As proposições em que o falante indica a expressão da facticidade trazem o verbo no Indicativo, e, quando o conteúdo é visto como não facticidade, o verbo fica no Subjuntivo. Daí, a certeza vir expressa pelo Indicativo

(*Estou certo de que ele chega cedo para a festa*), e quando esta certeza é negada, usa-se o Subjuntivo (*Não estou certo de que ele chegue cedo para a festa*).

Destaque-se, ainda, o fato de, em variedades mais informais no plano oral, o Subjuntivo ser quase inexistente, o que leva a concluir que essa oposição dos modos é própria das variedades com algum grau de formalidade, sobretudo na modalidade escrita.

Por outro lado, do ponto de vista da coordenação e da subordinação das orações, tem-se que: enquanto o emprego dos tempos verbais em orações independentes sintaticamente ou em coordenadas, no Indicativo, está sujeito à significação externa da proposição, ou à sua referencialidade, os tempos do Subjuntivo correspondem aos tempos que enunciam as duas atitudes comunicativas: a do comentário, no presente ou no futuro (de forma excludente, em distribuição complementar), e a da narrativa, o pretérito imperfeito, nas orações complexas introduzidas por conjunção. Diferentemente dos outros dois tipos de subordinação de orações, nas construções relativas, iniciadas por pronomes relativos, todos os tempos do modo Subjuntivo são possíveis.

Com o auxílio tanto de teorias gramaticais que privilegiam o aspecto formal, como a gramática gerativa, quanto das que exploram os aspectos semânticos, como a Semântica Argumentativa e a Análise do Discurso, pode-se indicar a relação dos modos Indicativo e Subjuntivo, objeto deste trabalho, com o arranjo sintático das frases do português. O Indicativo é o modo das orações independentes sintaticamente, e, portanto, das orações coordenadas, enquanto o Subjuntivo é o modo da subordinação. Com efeito, pode-se mesmo evocar nossos primeiros contatos com a conjugação do Subjuntivo, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, em que se decoram as pessoas de cada tempo situando-as num contexto frasal: ... *que*

eu cante, que tu..., se eu cantasse, se tu..., ou ainda *quando/se eu cantar, quando/se tu...* É inequívoco, pois, o liame deste modo com a hipotaxe. Já o Indicativo, ainda que ocorra em menos contextos nas orações completivas, será necessariamente o modo de todas as orações iniciadas pelo nominalizador se.

Ao se estabelecerem as regras para o emprego dos modos verbais na **forma padrão**, tendo por base as construções subordinadas, viu-se que:

(a) há uma relação entre conjunção e valor argumentativo e semântico com a previsibilidade de determinado modo verbal, nas **orações adverbiais**, que são introduzidas por conjunções que expressam o valor da circunstância da oração subordinada em relação à sua superior: o Subjuntivo é o modo obrigatório na oração **concessiva**, e na **condicional potencial**, que expõem proposições não-factuais, ou por enunciar, respectivamente, uma realidade minimizada em face de uma outra considerada mais importante pelo falante, ou por ser uma hipótese; no Indicativo ficam as condicionais generalizantes, que são expressão de fatos;

(b) as **completivas**, as subordinadas substantivas das gramáticas escolares:

- que são introduzidas pelo nominalizador que, que não encerra valores semânticos, trazem os modos verbais determinados pelo valor lexical do constituinte subordinante, delimitando em muitos casos o uso de um ou outro modo, e possibilitando a escolha do falante, como com os verbos de crença ou conhecimento, entre o Indicativo ou o Subjuntiva para indicar a sua visão factual ou hipotética, de certeza ou de dúvida, acerca do que está enunciando;

- sem o nominalizador, as iniciadas por pronomes ou advérbios relativos sem o seu antecedente trazem o verbo no Indicativo ou no Subjuntivo de acordo com o modo como o enunciador vê seu enunciado, como certeza ou não-certeza, num parentesco evidente com as construções relativas — como em *Vou perguntar a quem for à festa / Vou perguntar a quem foi à festa*; mas as que formam o discurso indireto, do tipo *Quero saber quem foi a festa*, trazem o verbo no Indicativo.

(c) as **relativas**, cuja palavra introdutora acumula os papéis de sintagma nominal ou determinante da subordinada com o de transpositor, são as que possibilitam maior amplitude nos empregos do Indicativo e do Subjuntivo; nesse tipo de construção, as regras sintáticas são bem limitadas, privilegiando-se a semântica, pois a escolha de um ou outro modo dependerá, na maior parte das vezes, da “visão” da atitude do enunciador perante o que está enunciado.

O esquema modo-temporal dos verbos em textos formais do português deve ser tratado, pois, na sala de aula, com base no conhecimento das estruturas já dominadas pelos falantes, com vistas à compreensão dessas estruturas e do funcionamento das formas lingüísticas, assim como à reflexão sobre as regras que descrevem seu emprego e sobre o que pode levar os estudantes, como falantes privilegiados por essa capacidade de reflexão, a formular outras a partir de sua vivência lingüística. Assim sendo, morfossintaxe e semântica se cruzam na explicitação das regras que orientam os alunos no sentido de serem produtivos em todas as variedades lingüísticas, sobretudo na forma escrita padrão.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ABREU, A. S.. *A arte de argumentar*. SP: Ateliê Editorial, 1999.
- ARNAULD, A. & LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- AZEREDO, José Carlos. *Iniciação à sintaxe do português*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. *Fundamentos de gramática do português*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- AZEVEDO, Milton M. *O Subjuntivo em português: um estudo transformacional*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerba, 2002.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral*. Campinas: Pontes, 1995.
- BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1963. 852 pp.
- BRITO, Ana Maria. Categorias sintática. In: MATEUS, Maria Helena M. *et alii*. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. pp. 323-432. 423.
- CÂMARA Jr., J. Mattoso. *Dispersos*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- _____. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *Princípios de lingüística geral*. 5. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1980.
- CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens e de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- COSTA, Sônia Bastos Borba. *O aspecto em português*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- DUARTE, Inês. Subordinação completiva – as orações completivas. In: MATEUS, Maria Helena M. *et alii*. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. pp. 593-651.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Cultrix, 1977.

- FAVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- FERRARI, Lilian Vieira. Estrutura conceptual: contraste entre construções condicionais finitas e não-finitas em português. In: VALENTE, André Crim.(org.) *Língua, lingüística e literatura: uma integração para o ensino*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pp. 229-244.
- GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1977.
- GRYNER, Helena. Graus de vinculação nas cláusulas condicionais. In: BRAGA, M. Luíza e KOCH, Ingedore G. Villaça. (orgs.). *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (28), Jan./Jun. 1995, pp. 69-83.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. 3. ed. Campinas, S. P.: Pontes, 2002.
- HENRIQUES, Claudio Cezar & SIMÕES, Darcília Marindir P. (orgs.). *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- HENRIQUES, Claudio Cezar. *Morfologia portuguesa em perspectiva sincrônica: teoria e prática*. (mimeo.) Rio de Janeiro: ILetras,UERJ, 2003.
- HOUAISS, Antônio, e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KATO, Mary A. *No mundo da escrita*. São Paulo: Ática, 1987.
- KOCH, Ingedore Vilaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Contexto, 2002.
- MARTINET, André. *Elementos de lingüística geral*. Lisboa: Sá da Costa, 1973.
- MATOS, Gabriela. Aspectos sintáticos da negação. In: MATEUS, Maria Helena M. et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. pp. 767-793.
- OLIVEIRA(a), Fátima. Modalidade e modo. In: MATEUS, Maria Helena M. et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. pp. 243-272.
- OLIVEIRA(b), Ieda de. *O contrato de comunicação da literatura infantil e juvenil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- OLIVEIRA(c), Helênio Fonseca de. “Língua padrão, língua culta, língua literária e contrato de comunicação.” *Online*: disponível na Internet via <http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno10-09.htm>. Arquivo consultado em dezembro de 2003.
- _____. “Como e quando interferir no comportamento lingüístico do aluno.” *Online*: disponível na Internet via <http://www.collconsultoria.com/> Arquivo consultado em dezembro de 2002.
- _____. *Descrição do Português à Luz da Lingüística do Texto*. Rio de Janeiro: UFRJ/EB – CEP, 2001 (mimeo.).
- _____. *Lingüística aplicada ao ensino de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: UFRJ/VITAE, 1993 (mimeo.).

- ORLANDI, Eni P.. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma História das Idéias no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- PERINI, Mário A.. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1996.
- PINTO, Milton José. *As marcas lingüísticas da enunciação*. Rio de Janeiro: Numen, 1994.
- RODRIGUES, Andréa. Os níveis de atuação do *mas* no discurso. *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas, 28:37-44, jan./jun. 1995.
- ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- SANTOS, Maria Joana de Almeida Vieira dos. *Os usos do conjuntivo em língua portuguesa. s/l: Fundação Caloute Gulbenkian, 2003*.
- SILVA, A. Epifanio Dias da. *Syntaxe histórica portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1970.
- SILVEIRA, Souza da. *Lições de Português*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação; uma proposta para o ensino de 1^o e 2^o graus*. São Paulo: Cortez, 1996.
- VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VILELA, Mário e KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.
- VOGT, Carlos & DUCROT, Oswald. De *magis* a *mas*: uma hipótese semântica. In: VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo, HUCITEC/FUNCAMP, 1980. pp. 103-128.

Anexo I – *Corpus analisado.*

I – FRASES EXTRAÍDAS DE REDAÇÕES DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO, DO COLÉGIO PEDRO II E DO COLÉGIO ESTADUAL PROF. ERNESTO FARIA, AMBOS NO RIO DE JANEIRO.

Algumas observações quanto à transcrição das frases: a) não se fizeram correções gramaticais nem de ortografia, mantendo-se a forma escrita original, por não ser este o objetivo do trabalho; b) para que fique mais claro o sentido do enunciado, foram utilizados colchetes [] quando da transcrição de frase complementar, ou parênteses () para os termos dispensáveis à organização sintática do enunciado.

Antes da frase entre parênteses encontra-se a abrev. do colégio, seguida da série: (PII, 2s) ou (EF, 1s).

1. (PII, 2s) “talvez muitas pessoas nem apreciam.”

CORREÇÃO: Talvez muitas pessoas nem apreciem.

2. (PII, 3s) “O sonho, na verdade, é um projeto que possa ser realizado, mas para que o seja é preciso ter tranquilidade na vida, ter uma vida digna, uma vida que possa ser bem vivida.”

CORREÇÃO: O sonho, na verdade, é um projeto que pode ser realizado

3. (PII, 3s) “[Alguns indivíduos pensam, sonham com essas histórias, imaginando, um dia, poder estar ali, no lugar dos protagonistas.] Outros, imaginam não só (com) histórias, mas sonham com uma vida perfeita, de acordo com o que lhe fosse conveniente”

CORREÇÃO: Outros, imaginam não só com histórias, mas sonham com uma vida perfeita, de acordo com o que lhe seja (for ou é) conveniente.

4. (EF, 1s) “... todos tem que lutar para conseguir o que precisa porque se todos pensarem do mesmo jeito nós teríamos um país melhor...”

CORREÇÃO: (a) ... todos têm que lutar para conseguir o que precisa porque se todos pensarem do mesmo jeito nós teremos um país melhor.

ou: (b) ... todos têm que lutar para conseguir o que precisa porque se todos pensassem do mesmo jeito nós teríamos um país melhor.

5. (EF, 1s) “Se o dinheiro trouxesse tanta alegria, porque será que existe pessoas ricas, milionárias mau-humoradas; sem um belo sorriso no rosto?”

CORREÇÃO: Se o dinheiro traz tanta alegria, por que será que existem pessoas ricas ... sem um belo sorriso no rosto?

6. (PII, 2s) “Um novo conceito que pode surgir é uma nova guerra dos sexos, onde a batalha é entre os heterossexuais e os homossexuais.”

CORREÇÃO: “Um novo conceito que pode surgir é uma nova guerra dos sexos, onde a batalha seja (ou se dê) entre os heterossexuais e os homossexuais.”

7. (PII, 2s) “É claro que sempre haverá um certo espanto, quando, por exemplo, falar-se-á em uma torneira mecânica ou então um dono de casa.”

CORREÇÃO: “É claro que sempre haverá um certo espanto, quando se falar, por exemplo, em uma torneira mecânica ou então um dono de casa.”

8. (PII, 2s) “[Este mundo machista não deixou de existir hoje]. Embora a imprensa faz com que a mulher esteja em destaque, as pessoas em geral ainda têm aquelas velhas idéias que devem permanecer por muitas décadas a frente.”

CORREÇÃO: Embora a imprensa faça com que a mulher esteja em destaque, as pessoas em geral ainda têm aquelas velhas idéias

9. (PII, 2s) “Pois se a cada planta que retirar-mos de um certo lugar, for plantada três no lugar desta, o mundo não sofreria danos, os seres iriam poder desfrutar das maravilhas que há dentro das florestas e matas e a natureza com certeza iria agradecer cada vez mais.”

CORREÇÃO: (a) Pois se a cada planta que retirarmos de um certo lugar, forem plantada três, o mundo não sofrerá danos, os seres irão poder desfrutar das maravilhas que há dentro das florestas e matas, e a natureza com certeza irá agradecer cada vez mais.”

ou (b) Pois se a cada planta que retirássemos de um certo lugar, fossem plantada três, o mundo não sofreria danos, os seres iriam poder desfrutar das maravilhas que há dentro das florestas e matas, e a natureza com certeza iria agradecer cada vez mais.”

10. (PII, 2s) “Qualquer coisa que exista, precisou de algum recurso natural em alguma fase de sua concretização.”

CORREÇÃO: Qualquer coisa que existe, precisou de algum recurso natural em alguma fase de sua concretização.

11. (PII, 2s) “É inevitável que rodovias e estradas devessem ser melhoradas, mas não há motivo para esse grande número de queimadas e derrubadas.”

CORREÇÃO: É inevitável que rodovias e estradas sejam ser melhoradas, mas não há motivo para esse grande número de queimadas e derrubadas.

12. (PII, 2s) “Tudo isso poderá ser revertido com atos simplis que nós mesmos podemos fazer como: reciclar o lixo, não deixarmos a porta da geladeira aberta por muito tempo, jogar o lixo no lixo, nos certificarmos que as autoridades cuidem para que o esgoto não polua os mares e rios...”

CORREÇÃO: Tudo isso poderá ser revertido com atos simples que nós mesmos podemos fazer como: reciclar o lixo, não deixarmos a porta da geladeira aberta por muito tempo, jogar o lixo no lixo, nos certificarmos de que as autoridades cuidam para que o esgoto não polua os mares e rios...

13. (PII, 2s) “Embora em nosso mundo de hoje, é difícil ser adulto.”

CORREÇÃO: Embora, em nosso mundo de hoje, seja difícil ser adulto.

14. (PII, 2s) “Mas pessoas que gostam de sair, ir a shows, boates, que gostem de badalação, concertiza elas não se adaptariam no campo.”

CORREÇÃO: (a) Mas pessoas que gostam de sair, ir a *shows*, boates, que gostam de badalação, com certeza não se adaptarão no campo.

ou (b) Mas pessoas que gostem de sair, ir a *shows*, boates, que gostem de badalação, com certeza não se adaptariam no campo.

15. (PII, 2s) “Mais os familiares que não aceitam é porque geralmente tem o sonho de que os filhos se casem, constituem uma, tenham filhos, que seja normal.”

CORREÇÃO: ... é porque geralmente têm o sonho de que os filhos se casem, constituam uma, tenham filhos, que seja normal.

16. (PII, 2s) “Os defensores do aborto normalmente argumentam que o feto não tenha realmente ‘vida própria’ mas que seja uma extensão da mãe, podendo ser, portanto ‘impedidos de se desenvolver’.”

CORREÇÃO: Os defensores do aborto normalmente argumentam que o feto não tem realmente ‘vida própria’ mas que é uma extensão da mãe, podendo ser, portanto ‘impedidos de se desenvolver’.

17. (PII, 2s) “Por isso a cota deveria ser feita de tal maneira para que os de renda mais baixa fossem favorecidos e terem mais chances de estudar numa universidade melhor.”

CORREÇÃO: ... para que os de renda mais baixa fossem favorecidos e tivessem mais chances de estudar numa universidade melhor.

18. (PII, 2s) “Pelo fato de estarmos vivendo em uma sociedade muito desigual e competir os jovens buscam ser o centro das atenções e, é claro, passam a desrespeitar o próximo, deixando de lado valores morais e de cidadania, tornando-se indivíduos insensíveis, em busca das condições que lhes permitem maior conforto e privilégios.”

CORREÇÃO: ... condições que lhes permitam maior conforto e privilégios.

II – FRASES EXTRAÍDAS DE TEXTOS PRODUZIDOS POR DE ALUNOS DO 7º PERÍODO – 2003 DA GRADUAÇÃO EM LETRAS (UERJ).

Antes da frase entre parênteses encontra-se a abrev.: (GL)

19. (GL) “não concordo com a opinião expressa de que não se deve corrigir a redação do aluno porque os ditames da gramática normativa são discutíveis ou porque o aluno pode ficar inibido ou desestimulado.”

CORREÇÃO: ... não se deve corrigir a redação do aluno porque os ditames da gramática normativa sejam discutíveis ou porque o aluno possa ficar inibido.

20. (GL) “Penso que o aluno deve entender que as correções em sua redação não significam que ele não sabe escrever e sim, que ele precisa aprimorar sua escrita formal.”

CORREÇÃO: ... que as correções em sua redação não significam que ele não saiba escrever e sim, que ele precisa aprimorar sua escrita formal.”

III – FRASES EXTRAÍDAS DE TEXTOS PRODUZIDOS POR DE CANDIDATOS AO MESTRADO DA UERJ EM LÍNGUA PORTUGUESA – 2003.

Antes da frase entre parênteses encontra-se a abrev.: (GL)

21. (GL) “Como a coesão é possibilitada na estrutura textual pela possibilidade do encadeamento sintático de estruturas textuais que façam o texto caminhar de forma harmoniosa rumo a sua coerência, é possível evidenciar os três fatores listados acima:...”

CORREÇÃO: ... “Como a coesão é possibilitada na estrutura textual pela possibilidade do encadeamento sintático de estruturas textuais que fazem o texto caminhar de forma harmoniosa rumo a sua coerência, é possível evidenciar os três fatores listados acima:...”

IV – FRASES EXTRAÍDAS DE TEXTOS PRODUZIDOS POR DE CANDIDATOS AO EXAME VESTIBULAR PARA UERJ EM 2003.

Antes da frase entre parênteses encontra-se a abrev. EM, equivalente a Ensino Médio, seguida de número relativo à numeração do conjunto de redações desse exame obtidas para fins de análise.

22. (EM –18) “Talvez esquecemos que podem deixar marcas monstruosas...”

CORREÇÃO: ...Talvez esqueçamos que podem deixar marcas monstruosas.
(ou) Esquecemos talvez que podem ...

23. (EM – 16) “(Vivi) – Eu entendo que não tem boa solução, sem uma boa crise.

(Paulinha) – É mas se a pessoa por causa dessa boa solução, ela entre numa crise imaginária?”

CORREÇÃO: É mas se a pessoa, por causa dessa boa solução, entra numa crise imaginária?

ou

É mas se a pessoa, por causa dessa boa solução, entrar numa crise imaginária?

24. (EM – 49) “O homem desde o seu surgimento, enquanto podemos assimilar este surgimento pelo saber, procura de forma intensa chegar à perfeição, embora sabemos que alguns podem ser perfeitos em algumas áreas, embora não serão em todos os sentidos da vida...”

CORREÇÃO: ... embora saibamos que...

25. (EM – 58) “Porém devemos nos educar e nos preparar para uma formação de caráter e personalidade individual, que se adapta em uma sociedade.”

CORREÇÃO: ... que se adapte...

26. (EM – 80) “Quando a imaginação para benefício da sociedade e além do que possamos, surgem vários defeitos e com ela a crise.”

CORREÇÃO: Quando há imaginação para benefício da sociedade e além do que podemos...

27. (EM – 82) “Esta pergunta talvez jamais poderá ser respondida, mas se o homem aprender...”

CORREÇÃO: Esta pergunta talvez jamais possa ser respondida, mas se o homem aprender...

28. (EM – 110) “Partindo da máxima ‘errar é humano’ e da Teoria do Caos que dita que o universo tende para a desordem talvez poderíamos justificar a imensa quantidade de erros cometidos ao longo do processo histórico.”

CORREÇÃO: talvez possamos justificar. ou talvez podéssemos justificar

29. (EM – 120) “Não erraria ou tentaria não errar, não teria crises graves e não teria marcas profundas, mas talvez (*sic*) deixaria de experimentar outro sabor, o sabor talvez amargo, mas experimentaria...”

CORREÇÃO: ... mas talvez deixasse...

30. (EM – 136) “Talvez subestimamos neste último século nossa capacidade de resolver problemas.”

CORREÇÃO: ... mas talvez deixasse...

31. (EM – 143) “Pois assim sentimentos como amizade e amor, que para muitos indivíduos não possuem mais sentido, volte a ser comum entre as pessoas refletindo nas relações.”

CORREÇÃO: Pois assim sentimentos como ... voltarão a ser comuns entre...

ou

Para que assim sentimentos como ... voltem a ser comuns entre...

32. (EM – 154) “Os erros podem ter conseqüências muito graves. Acredito que há uma maneira de ‘descobrimos’ sem afetar a nada nem a ninguém.”

CORREÇÃO: Acredito que haja uma maneira de descobrirmos sem afetar...

33. (EM – 160) “digo que não pois é durante elas que mas (*sic*) estamos longe da verdade, enquanto nos encontrarmos tão angustiados que mesmo se a solução ali estiver a nossa frente não a enxergaríamos...”

CORREÇÃO: enquanto nos encontrarmos tão angustiados que, mesmo se a solução ali estiver a nossa frente, não a enxergaremos...

34. (EM – 176) “Talvés (*sic*) tudo poderia ser bem mais fácil se antes de tomar determinada atitude refletisse-se um pouco sobre suas conseqüência (*sic*) que tanto podem ser positivas quanto negativas.”

CORREÇÃO: Talvez tudo pudesse ser bem mais fácil se... refletisse-se...

35. (EM – 200) “Lembro-me da história de Icáro (*sic*) que diz que tentar dar um passo maior que a perna possa ser o erro de alguém que sofrerá com as conseqüências.”

CORREÇÃO: ... diz que tentar dar um passo maior do que a perna pode ser o erro...

36. (EM – Vest. UERJ/2004) “No entanto se o governo incentivasse mais a leitura, instalando bibliotecas nas escolas, contratando profissionais para trabalhar mostrando para a população como é maravilhoso ler, pode ser que assim cresça o número de leitores no Brasil.”

CORREÇÃO: ... se o governo incentivasse ... pode ser que / talvez crecesse...

37. (EM – Vest. UERJ/2004) “... com isso, publicam matérias sem nenhum conteúdo cultural, mas que desperte a curiosidade dos leitores.”

CORREÇÃO: ... publicam matérias sem nenhum conteúdo cultural, mas que despertam a curiosidade dos leitores...

38. (EM – Vest. UERJ/2004) “O texto II é dissertativo, embora está na 1ª pessoa, o narrador apresenta um fato e argumenta sobre ele.”

CORREÇÃO: ... embora esteja na 1ª pessoa, o narrador apresenta um fato e argumenta sobre ele.

39. (EM – Vest. UERJ/2004) “Dessa maneira, a formação de um público leitor será bem estruturada e a literatura brasileira seja uma fonte de prazer.”

CORREÇÃO: Dessa maneira, a formação de um público leitor será bem estruturada e a literatura brasileira será uma fonte de prazer.

Obs.: 1. As redações analisadas encontram-se em poder da mestranda ou do seu orientador, para eventuais consultas.

2. O exemplo 17 deste *corpus* não foi utilizado na dissertação por se tratar de erro visivelmente de atenção por parte do escritor.

Anexo II – Proposta de exercícios.

Em vista das incorreções encontradas no *corpus* analisado quanto ao uso dos modos verbais, e ainda considerando-se que o Subjuntivo, em oposição ao Indicativo, ocorre basicamente em orações subordinadas, esta proposta de exercícios orienta-se no sentido da gramática da frase. Não obstante, o que dará suporte a escolhas, descobertas ou formas que expressem a avaliação do falante sobre o que deseja comunicar, sempre será o projeto de comunicação subjacente à produção do texto onde se insere a frase, que é a unidade básica do texto.

Os tipos de exercícios aqui sugeridos visam, dessa forma, o âmbito do período.

I – Com o objetivo de que os alunos reflitam sobre os diferentes graus de formalidade que envolve o uso do Subjuntivo e do Indicativo, podem-se preparar exercícios de transformação de frases, de situações comunicativas informais, coloquiais, em situações formais, como expressões da língua falada, do tipo “Periga o diretor trazer péssimas notícias da Sede” para “Talvez o diretor traga péssimas notícias da Sede”.

II – Frases que expressam dúvida do falante apresentam os advérbios talvez, quicá, possivelmente, porventura, acaso.

a) Podem-se criar frases desse tipo, em que esses advérbios se anteponham e depois se posponham ao verbo a que se referem, para que os alunos percebam as alterações no modo verbal, principalmente quando o advérbio usado é talvez, e o efeito de sentido ou mesmo as alterações quanto à intenção comunicativa que essa mudança de lugar na frase estabelece.

b) O professor pode, ainda, apresentar enunciados com o advérbio talvez anteposto ao verbo, mas que se refere a outro termo da frase, para que ao aluno justifique o uso do Indicativo, como em “*Talvez por ter largado o fumo, eu era capaz de ir do*

Leblon a Copacabana, ir e voltar, ir e voltar, do nascer do sol ao início da tarde”
(Chico Buarque¹⁶).

c) Outro tipo de exercício com talvez com o objetivo de mostrar a relação entre o modo Subjuntivo e a subordinação seria o de transformar o advérbio em expressão do tipo ser + adjetivo, como é possível que, ou pode ser que (como orações subordinantes).

III – O modo Subjuntivo está associado à expressão do envolvimento sentimental do falante, como atitudes de ordem, pedido, súplica, desejo, lamento, etc., ou à argumentatividade.

a) Podem-se propor exercícios de transformação de períodos compostos (coordenação) em períodos complexos (subordinação), tendo em vista a oração que apresenta a concessão e a que apresenta a restrição. Nesse caso, ressalta-se que a concessão, considerada como verdade de menor importância para o falante, introduzida pela conjunção embora, e sinônimos, traz o verbo no Subjuntivo. Na construção coordenada com oração iniciada pela conjunção mas, e sinônimos, que introduz a restrição, vista como a verdade de maior relevância, o verbo fica no Indicativo. Por exemplo:

Ele não é rico, mas é feliz. \Rightarrow Embora não seja rico, ele é feliz.
(concessão) (restrição) (concessão) (restrição)

b) Transformação de frases completivas de verbos e nomes que expressam sentimento do falante, como lamentável, lamentar, deplorar, sentir, desejar, querer, ser bom, etc, em frases que apresentam ausência de sentimento, como dizer, afirmar, declarar, afirmação, etc. para verificação da seleção do modo verbal na subordinada, que fica contaminada pela subjetividade ou referencialidade da oração subordinante.

IV – O modo Indicativo exprime a visão factual do falante, do julgado como verdadeiro, enquanto o Subjuntivo, a não factualidade ou a não realidade. Assim, pode-se sugerir que os alunos, diante de orações completivas em que o modo é o Indicativo, reescrevam-nas com marcadores de negação, por exemplo, advérbios não ou nunca, observando a devida alteração do modo verbal.

¹⁶ In BUARQUE, Chico. *Budapeste*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 157.

V – Um exercício com a oração condicional (introduzida por se e sinônimos) pode levar os alunos a perceberem que esse tipo de construção pode expressar tanto “uma condição necessária para que se realize ou se deixe de realizar o que se declara na principal”, a hipotética, quanto “um fato – real ou suposto – em contradição com o que se exprime na principal”¹⁷, a generalizante (Cf. **3.4.2** da dissertação).

a) Assim, podem-se sugerir frases com um ou outro tipo de condicional em que o aluno usará o Subjuntivo ou o Indicativo de acordo com o tipo, respectivamente, hipotética ou generalizante.

b) Com um exercício de transformação de frases de uma atitude comunicativa para outra, ou seja, de frases do tempo da narrativa para o tempo do comentário (usando a proposta de Weinrich), o aluno perceberá que, embora sinônimas de se (condicional hipotética), as conjunções caso, desde que, sem que, uma vez que e contanto que em frases nos tempos do comentário, trazem o verbo para o **presente** do Subjuntivo, e não para o **futuro** do Subjuntivo, como ocorre com se. Exemplo:

Tempos da narrativa	Tempos do comentário
<p>a) Se ele tivesse vontade, seria o gerente. Caso ele vontade, seria o gerente. Seria o gerente, desde que vontade. Seria o gerente, uma vez que vontade.</p>	<p>a) Se ele tiver vontade, será o gerente. Caso ele vontade, será o gerente. Será o gerente, desde que vontade. Será o gerente, uma vez que vontade.</p>

VI – Com construções relativas, iniciadas por pronomes relativos, os alunos poderão observar:

a) que efeito de sentido se opera na frase substituindo-se o modo verbal da relativa, como em “*Pessoas que consertam/consertem aparelhos de ar-condicionado arranjam trabalho com facilidade no Rio de Janeiro.*”

b) em comparações entre relativas não-restritivas e restritivas, numa relação de pares de frases, estas últimas apresentam o verbo no Indicativo ou no Subjuntivo segundo a visão do falante, enquanto as primeiras apresentam o verbo apenas no Indicativo.

¹⁷ In: BECHARA (2002: 327).

VII – A concordância dos tempos no Subjuntivo se faz de acordo com a atitude comunicativa (narrativa X comentário, ou seja, pretérito X não-pretérito) em orações introduzidas por conjunção subordinativa, sendo que os tempos do comentário, desde que no modo Subjuntivo, se apresentam em distribuição complementar.

a) O professor pode apresentar frases iniciadas por conjunções como embora, ainda que, se, mesmo que, em que o verbo está no pretérito imperfeito do Subjuntivo, para que o aluno transforme em tempo do comentário; neste caso ele deverá perceber e selecionar o tempo do comentário adequado: ou o **presente** ou o **futuro** do Subjuntivo.

b) O mesmo tipo de exercício pode ser proposto com orações completivas iniciadas pelo complementador que, para que o aluno perceba qual o tempo do comentário é selecionado por essa conjunção, no caso apenas o **presente** do Subjuntivo.

c) E ainda podem-se formular exercícios em que o aluno perceba a distinção entre as completivas que admitem apenas do **presente** do Subjuntivo – iniciadas pela conjunção que – e as que não são introduzidas pela conjunção, do tipo “Perguntei qual história iríamos contar” ou “Perguntaremos a quem estiver na sala”, que apresentam, com relação aos tempos tanto do Indicativo quanto do Subjuntivo, as características das orações relativas.

Resumo

O estudo desenvolvido neste trabalho centraliza-se no EMPREGO DE MODOS E TEMPOS VERBAIS em textos escritos na variedade padrão. Propõe-se, após análise de redações argumentativas de alunos das fases finais do Ensino Médio e verificação de frases malformadas nesses textos, a sistematizar o EMPREGO DOS MODOS VERBAIS, e a CONCORDÂNCIA DE TEMPOS, como forma de construção frástica, por meio da explicitação de regras semântico-sintáticas que orientam tal emprego. É finalidade desta dissertação, ainda, apontar o emprego do Indicativo e do Subjuntivo, bem como o da *consecutio temporum*, como um relevante conteúdo gramatical para o desenvolvimento da competência discursiva em redações argumentativas, em concordância com o que se espera dos estudantes nessa fase terminal do Ensino. Nesse sentido, ao final do trabalho, sugerem-se atividades didáticas como subsídio para ajudar o professor a evitar erros dessa natureza no desempenho escrito de seus alunos.

Abstract

The present study focuses on the USE OF VERBAL MOODS AND TENSES in pattern written texts. Its proposal is, after the analysis of argumentative essays written by students on the last grades of High School (Ensino Médio) and the examination of wrongly constructed phrases in those texts, to systematize and orientate THE USE OF VERBAL MOODS AND THE AGREEMENT OF TENSES as a way of constructing phrases, making semantic-synthetic rules explicit. Its also an aim of this dissertation to point out the use of the Indicative and of the Subjunctive, as well as that of the *consecutio temporum*, as a relevant grammatical topic for the development of essay writing competence in argumentative essays, in accordance with what is expected from students at this final stage of Schooling. In order to achieve these aims, at the end of this study, didactic activities are proposed so as to help the teacher to avoid mistakes of that kind in his students' written performance.

Índice

1	Introdução	0
1.1	A língua padrão no texto escolar.	12
1.2	Erro e adequação.....	17
2	Considerações iniciais acerca do emprego do Indicativo e do Subjuntivo.....	20
2.1	Valores sintático-semânticos dos modos Indicativo e Subjuntivo.....	20
3	Análise do <i>corpus</i> : regras para o uso dos modos verbais e, no Subjuntivo, para o emprego dos tempos.	40
3.1	A oração iniciada com o modalizador talvez.....	42
3.1.1	A determinação em relação ao SV e em relação ao enunciado.	46
3.2	A oração introduzida por porque e sinônimos.	50
3.3	A oração iniciada por embora e sinônimos.....	55
3.3.1	As conjunções contrastivas embora e mas no modo argumentativo de organização do discurso.....	57
3.3.2	Graus de hipótese das orações concessivas.	62
3.4	As construções potenciais introduzidas por se e quando.....	66
3.4.1	A visão factual e a visão hipotética nas condicionais.	68
3.4.2	A condicional generalizante.....	72
3.5	O esquema modo-temporal nas orações completivas.	77
3.5.1	As completivas sem nominalizador e as introduzidas por se.....	83
3.5.2	A completiva introduzida por que e o valor dos termos subordinantes para o modo da subordinada.	86
3.5.3	A negação nas completivas.....	95
3.6	O esquema modo-temporal nas orações relativas.....	100
4	Conclusão.....	112
5	Referências bibliográficas.....	117
	Anexo I – <i>Corpus</i> analisado.....	120
	Anexo II – Proposta de exercícios	126

Resumo	130
Abstract.....	131